

MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A Violência Sexual através de Vozes de Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica

Uma experiência de estágio curricular numa Casa de Abrigo

Daniela Filipa Santos Almeida

M

2019



A Violência Sexual através de Vozes de Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica

Uma experiência de estágio curricular numa Casa de Abrigo

Daniela Filipa Santos Almeida

Relatório de Estágio apresentado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, sob a orientação da Professora Doutora Maria José Magalhães

Outubro 2019

Resumo

Não obstante todos os passos dados em direção à igualdade de gênero, alguns valores patriarcais, machistas, sexistas e misóginos ainda perduram nos mais variados contextos sociais, jurídicos e políticos, contribuindo para uma contínua legitimação e naturalização de vários tipos de violência contra as mulheres. A violência sexual é uma violência de gênero, atualmente reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos, nomeadamente, da liberdade e autodeterminação sexual. Sendo um fenómeno que afeta, na sua grande maioria, o sexo feminino, cada vez se torna mais premente identificar e desconstruir os mecanismos da sua ocultação e, acima de tudo, de legitimação, uma vez que o seu reconhecimento social parece ainda não ser suficiente para a sua prevenção e, idealmente, erradicação. Abordar a ocorrência deste fenómeno no seio de relações de intimidade e, consequentemente, no espaço privado, revela-se um desafio, pois vários são os mitos e construções sociais a si associados que contribuem para a sua invisibilidade e silenciamento. Se, hoje em dia, se assume a violência física/psicológica como formas de violência doméstica, o mesmo ainda não se verifica com a violência sexual.

Através de uma experiência de estágio numa Casa de Abrigo para mulheres vítimas/sobreviventes de violência doméstica, procurou-se, com base numa abordagem mais próxima e direta com as vítimas, permitir, dar tempo e espaço a mulheres para contarem os seus percursos de vida, numa perspetiva holística, que não pretendeu colocar o foco apenas na violência sofrida, mas assumindo a violência sexual o aspeto que se esperou aprofundar. Tal abordagem foi realizada através da construção de suas narrativas biográficas, de forma a explorar as vivências individuais e a interpretação de tais experiências, juntamente com a compreensão das perceções e significações que as mulheres vítimas/sobreviventes de violência doméstica atribuem e associam à violência sexual. É na desocultação dos seus discursos e na escuta das suas vozes e experiências que se abre uma oportunidade para compreender como diversas construções sociais e estereótipos influenciam a forma de encararem e viverem as suas relações amorosas e suas dinâmicas abusivas, assim como exercitam resistência(s) ou podem contribuir para delinear estratégias de combate e de transformação social nesta problemática.

Palavras-Chave: violência sexual, histórias de vida, perspetiva educacional, vítimas/sobreviventes

Abstract

Despite all the steps taken towards gender equality, some patriarchal, sexist and misogynistic values still persist in the most varied social, legal and political contexts, contributing to a continuous legitimization and naturalization of various types of violence against women. Sexual violence is a gender-based violence that is currently recognized as a serious violation of human rights, namely, of sexual freedom and self-determination. Being a phenomenon that affects the vast majority of women, it is becoming increasingly urgent to identify and deconstruct the mechanisms of its concealment and, above all, of legitimization since its social recognition still does not seem to be sufficient for its prevention and, ideally, eradication. Addressing the occurrence of this phenomenon within intimacy relationships and, consequently, in the private space, is a challenge, since there are several myths and social constructions associated with it that contribute to its invisibility and silencing. If, nowadays, physical/psychological violence is assumed as forms of domestic violence, this is not yet the case with sexual violence.

Through an experience of an internship in a shelter for women victims/survivors of domestic violence, we sought, based on a closer and more direct approach with the victims, to allow, give time and space to women to tell their life paths, from a holistic perspective, which did not intend to focus only on the violence suffered, but assuming the aspect of sexual violence that we hoped to deepen. This approach was carried out through the construction of their biographical narratives, in order to explore the individual experiences and the interpretation of such experiences, together with the understanding of the perceptions and meanings that women victims/survivors of domestic violence attribute and associate to sexual violence. It is in the unblinding of their discourses and in listening to their voices and experiences that an opportunity opens up to understand how various social constructions and stereotypes influence the way they face and live their loving relationships and their abusive dynamics, as well as exercise resistance(ies) or can contribute to outline strategies for combat and social transformation in this problem.

Keywords: sexual violence, life stories, educational perspective, victims/survivors

Résumé

Malgré toutes les mesures prises en faveur de l'égalité des sexes, certaines valeurs patriarcales, machistes, sexistes et misogynes persistent encore dans les contextes sociaux, juridiques et politiques les plus divers, contribuant à la légitimation et à la naturalisation continues de divers types de violence contre les femmes. La violence sexuelle est une violence sexiste qui est actuellement reconnue comme une violation grave des droits de l'homme, à savoir la liberté sexuelle et l'autodétermination. S'agissant d'un phénomène qui touche la grande majorité des femmes, il devient de plus en plus urgent d'identifier et de déconstruire les mécanismes de sa dissimulation et, surtout, de sa légitimation, car sa reconnaissance sociale ne semble toujours pas suffisante pour sa prévention et, idéalement, son éradication. S'attaquer à l'apparition de ce phénomène dans les relations intimes et, par conséquent, dans l'espace privé, est un défi, car plusieurs mythes et constructions sociales y sont associés qui contribuent à le rendre invisible et à le réduire au silence. Si, de nos jours, la violence physique/psychologique est considérée comme une forme de violence domestique, ce n'est pas encore le cas de la violence sexuelle.

A travers l'expérience d'un stage dans un centre d'accueil pour femmes victimes/survivantes de violence domestique, nous avons cherché, à partir d'une approche plus proche et plus directe avec les victimes, à permettre, donner du temps et de l'espace aux femmes pour raconter leur parcours de vie, dans une perspective holistique, qui ne se concentre pas seulement sur la violence subie, mais assume l'aspect des violences sexuelles que nous souhaitons approfondir. Cette approche a été mise en œuvre par la construction de leurs récits biographiques, afin d'explorer les expériences individuelles et l'interprétation de ces expériences, ainsi que la compréhension des perceptions et des significations que les femmes victimes/survivantes de la violence domestique attribuent et associent à la violence sexuelle. C'est dans la déocultation de leurs discours et dans l'écoute de leurs voix et de leurs expériences que s'ouvre une occasion de comprendre comment diverses constructions et stéréotypes sociaux influencent la manière dont ils font face et vivent leurs relations amoureuses et leur dynamique abusive, ainsi que l'exercice de résistance(s) ou peuvent contribuer à définir des stratégies pour combattre et transformer ce problème en société.

Mots-clés: Violence sexuelle, récits de vie, perspective éducative, victimes/survivantes

Índice

Introdução Geral	8
1. Caracterização da Instituição	12
2. Definição do Objeto de Estudo e de Intervenção	13
3. Escolha e Pertinência do Contexto de Estágio	13
Capítulo I - Enquadramento Teórico	16
1.1 Definição da Problemática	16
Capítulo II – Fundamentações Epistemo-Metodológicas	25
2.1 Entrada no Terreno	25
2.2 Opções Epistemo-Metodológicas	29
2.2.1 Abordagem Qualitativa	29
2.2.2 Método Biográfico e Entrevistas Semi-Estruturadas	30
2.2.3 Observação Participante e Notas de Terreno	33
2.3 Questões Éticas	35
Capítulo III – Narrativas Biográficas	38
Capítulo IV – Análise e Discussão de Dados	77
4.1 A Fachada do Príncipe Encantado	80
4.2 Violência Sexual e o seu Reconhecimento	81
4.3 Estratégias do Agressor e Resistência das Vítimas	88
4.4 Importância da Denúncia e da Sobrevivência	91
Conclusões	94
Referências Bibliográficas	98
Apêndices	

Índice de Apêndices

Apêndice I – Guião de Entrevista

Apêndice II – Consentimento Informado

Introdução Geral

A elaboração do presente relatório de estágio surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação e enquadra-se no domínio Educação, Corpo, Género e Violência. O estágio em questão teve início em Outubro de 2018 e terminou em meados de Junho de 2019. O local escolhido foi uma Casa de Abrigo que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, mulheres e seus/suas filhos/as, caso seja essa a necessidade. Juntamente com o trabalho educacional que teve de ser desenvolvido, inerente e subjacente ao papel de uma profissional em Ciências da Educação em contexto de Casa de Abrigo, e que diz respeito a tarefas de acolhimento, esclarecimento e acompanhamento das vítimas, completou-se o trabalho de investigação e intervenção com base na realização de narrativas biográficas de algumas das mulheres residentes na casa, com foco, sempre que possível, na violência sexual.

Vivemos num tempo em que os movimentos de emancipação das mulheres e as questões de género referentes ao alcance da igualdade de género na vida social estão cada vez mais presentes em (quase) todo o lado. As mulheres começam a alcançar o(s) lugar(es) a que sempre lutaram para chegar e os homens começam a entender que tais mudanças e progressos são algo inevitável. Por outras palavras, começamos a viver numa época em que não discutir e, essencialmente, não reconhecer a importância destas questões, seja em que contexto for, se torna sinal de retrocesso. Contudo, tal reconhecimento e discussão não é sinónimo de afirmar que este processo de mudança se tenha dado de forma pacífica, que já esteja totalmente consolidado, nem que a sua consolidação seja garantida.

Alguns valores patriarcais, machistas e sexistas ainda se notam nos dias de hoje, quer nos meios de comunicação social, quer nos sistemas de justiça, quer nos discursos políticos, quer nos discursos do quotidiano. Esta situação tem as suas repercussões na vida das mulheres e, como tal, não podem mais continuar a ser ignoradas, visto que se traduzem em vários tipos de violência direccionadas ao sexo feminino. É neste sentido que está na hora de se começar a questionar a presumível ordem natural dos fenómenos sociais que se desenrolam à frente de todos/as nós.

O conceito de *violência contra as mulheres* emergiu na década 1970, no decorrer da segunda vaga dos movimentos feministas, e tal emergência foi o resultado da reflexão

e análise no seio dos grupos de mulheres que, progressivamente, evidenciaram que as diversas formas de violência contra as mulheres tinham em comum as discriminações e opressões das mulheres, o que mais tarde vem a ser designado como dimensão patriarcal da sociedade industrial e capitalista (Magalhães, 2005). Este tipo de violência é cometido em diversos locais, não se restringindo apenas ao espaço doméstico e às relações de intimidade, visto que atos de violência direcionados contra as mulheres são testemunhados nos espaços públicos das mais diversas instituições e, inclusive, nos postos de trabalho.

Passados 23 anos da emergência do conceito foi gerada uma definição oficial das Nações Unidas sobre *violência contra a mulher*, divulgada na Conferência de Direitos Humanos de 1993, sendo esta, a seguinte: “

todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada” (Conferência de Direitos Humanos, 1993: 3 in Berger & Giffin, 2005: 418)

Não basta falar apenas da violência contra as mulheres como um fenômeno em grande escala, mas também perceber e identificar de onde parte essa violência e quem a exerce. Embora não se deva descurar ou desvalorizar os casos de violência contra homens perpetrados por mulheres, comparando a dimensão desses dois tipos de violência, a violência contra as mulheres, perpetrada por homens, denota uma alta incidência e severidade, daí ser possível estabelecer uma relação entre a violência masculina e o gênero feminino.

Tal situação advém de uma sociedade construída com base no machismo e patriarcado, visto que a violência contra as mulheres se realiza num contexto ideológico e simbólico onde são os homens que detém o poder sobre as mulheres (Magalhães, 2005). A justificação para o exercício desse poder e consequente violência, na grande maioria, reduz a vítima ao fato de esta ser mulher, logo, violável e violentável (Hagemann-White, 1998 in *ibidem*).

Um dos tipos de violência contra as mulheres mais marcante, e sendo sobre esse que se pretende focar, é a violência sexual. Fleury e Meneghel (2015 in Dantas & Vasconcellos, 2017) defendem que é um tipo de violência que atinge todas as mulheres de todas as classes *sociais*, e em qualquer momento da vida, e que se revela numa das

formais mais perversas, humilhantes e destruidoras de violência contra a mulher. Embora seja um dos tipos mais marcantes de violência, também é dos mais silenciados e, infelizmente, aquele em que a taxa de condenação é mais baixa. Mais uma vez, a razão incide na resistência do sistema patriarcal em reconhecer tais delitos e uma das estratégias mais usadas para tal tem sido a culpabilização da vítima (Sottomayor, 2017).

Porto (2014 in Dantas & Vasconcellos, 2017) afirma que a violência sexual é todo o ato de constrangimento que tenha como objetivo limitar a autodeterminação sexual da vítima e tanto pode ocorrer através de violência física como grave ameaça verbal. Por outras palavras, é qualquer comportamento que force alguém, contra sua vontade, a participar ou manter uma relação sexual, sendo que, a forma de violência sexual mais ocorrente é a violação.

O percurso de reconhecimento e condenação do estupro como uma violação dos direitos humanos nem sempre foi encarada como tal. Anteriormente, esta era considerada um delito contra o património das famílias. Paralelamente, havia costumes que a legitimavam no seio familiar, o que difundia a ideia de que no casamento não ocorre violação, nem que essa fosse perpetuada através de atos sexuais forçados e impostos sobre a mulher (Mendes, 2016). Mediante a necessidade de colocar um entrave a este tipo de situações, a violação foi considerada como uma violação grave contra a pessoa em 1982; em 1998, foram integrados no conceito de violação o coito anal e oral e, apenas em 2007, se estendeu o enunciado à introdução vaginal, oral ou anal de partes do corpo ou objetos (*ibidem*).

Ao contrário da ideia geral prevalecente na sociedade, os crimes de violação não são apenas cometidos por estranhos contra as vítimas. Pelo contrário, são cometidos, na sua grande maioria, por homens conhecidos das mulheres, podendo entre estes estar o marido, o companheiro ou outro familiar. O Artigo 36º da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (conhecida como Convenção de Istambul), já adotada por Portugal, ressalta a necessidade de incluir, como autores da violação, cônjuges, ex-cônjuges e outros parceiros. Sem esta inclusão, a lei torna-se insuficiente na proteção da liberdade e autodeterminação sexual das mulheres (Mendes, 2016).

Em Portugal, embora a violação ainda não seja considerada um crime público; segundo diversas investigadoras/es e várias ONG, essa mudança se assume urgente na prevenção de tais situações de violência sexual. Isto porque, acarretaria consigo uma significativa vantagem para as mulheres vítimas, que seria lhes retirar a angústia, sofrimento e até vergonha, inerentes a uma decisão tão dolorosa como é apresentação de queixa de uma violência desta dimensão. Segundo Clara Sottomayor (2017), a natureza pública deste crime, ao contrário da natureza semipública, que perpetua o sistema do silêncio e a continuação e impunidade da violação, passaria uma mensagem clara e intensa de reprovação do comportamento dos violadores e/ou potenciais violadores, por parte da sociedade, o que poderá ter um efeito dissuasor da prática de tal crime.

Através do estágio realizado e de uma abordagem mais pessoal e próxima às mulheres sobreviventes de violência doméstica, permitida por tal contexto, juntamente com o trabalho de investigação realizado com as mesmas, pretendeu-se, através da visibilização dos seus discursos e escuta das suas vozes e experiências, compreender como podemos alterar a legitimação e a invisibilidade dos vários tipos de violência sexual, tendo por base uma reflexão acerca das perceções/significações que atribuem ao fenómeno.

Assim, no que remete à estrutura do presente relatório, este organiza-se da seguinte forma: num primeiro momento, faz-se a caracterização da instituição onde se realizou o estágio, define-se o objeto de intervenção e o objeto de estudo e finaliza-se com uma pequena reflexão acerca da pertinência da escolha do contexto de estágio. No primeiro capítulo, consta o enquadramento teórico, definindo-se a problemática em que assenta todo o trabalho desenvolvido. Em seguida, no segundo capítulo, estão presentes as fundamentações epistemo-metodológicas que serviram de base ao trabalho de intervenção e investigação, onde, num primeiro ponto, se reflete um pouco acerca da entrada no terreno e como tal processo se revelou crucial no desenvolver do restante trabalho para, num segundo ponto, se discorrer acerca das opções metodológicas feitas e as questões éticas subjacentes a todo o processo. No terceiro capítulo, apresentam-se as Narrativas Biográficas das participantes, na primeira pessoa e nos seus próprios termos, para, em seguida, no quarto capítulo, se proceder à análise e discussão dos dados recolhidos. Por último, tecem-se algumas considerações finais.

1. Caracterização da Instituição

Como já foi referido anteriormente, o local de estágio escolhido foi uma Casa de Abrigo que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, juntamente com os/as seus/suas filhos/as sempre que esse seja o caso. Por motivos de confidencialidade, e tendo sempre em vista respeitar e cumprir as condições éticas subjacentes ao trabalho de intervenção e investigação junto de vítimas de violência doméstica, o nome da instituição não será divulgado. No entanto, é possível referir que é uma Casa de Abrigo de pequenas dimensões que segue uma filosofia feminista.

O objetivo da casa de abrigo consiste no acolhimento temporário de vítimas, com tudo o que isto implica, que chegam através das entidades encaminhadoras definidas por lei. No que respeita à intervenção feita pela instituição, o ato de acolher as vítimas envolve proporcionar-lhes um ambiente protetor, seguro, agradável, confiante, com condições de privacidade e dignidade no sentido de, num primeiro momento, as ajudar a integrar e a reforçar a decisão que acabaram de tomar. Este processo torna-se fundamental, pois inicia uma fase de instalação numa nova casa e num ambiente, à partida, desconhecido. Posteriormente, após tais decisões já estarem mais consolidadas, o objetivo principal é trabalhar no novo projeto de vida da vítima ou do agregado familiar (mãe e crianças), a nível profissional, económico, escolar dos/as filhos/as, respeitando sempre a sua vontade. Isto é, o que fazer a partir de agora? Aqui, a vítima é a principal orientadora do seu projeto, contando com o apoio por parte da instituição, no sentido de a ajudar e facilitar o acesso aos diversos serviços, o que se revela bastante importante, pois trata-se de mulheres que, ao longo de toda a sua vida, já se depararam com bastantes obstáculos.

A importante intervenção da Casa de Abrigo junto das vítimas é assegurada pelo trabalho intenso que é desenvolvido pela equipa técnica. A instituição conta com uma Diretora Técnica que, para além de desempenhar as funções que tal cargo acarreta, é também psicóloga, e, ainda, com o apoio de uma Assistente Social. O funcionamento de uma casa de abrigo é permanente, toda a semana e em todas as horas (24/7), o que é assegurado por um quadro de pessoal auxiliar composto por Coordenadoras de Lar. Estas trabalham num regime de turno rotativo, desempenhando funções como a gestão de conflitos entre as vítimas e entre as crianças (etc.), a dinamização de atividades junto das mesmas, a organização e gestão diária da casa de abrigo, evitando ao máximo aplicar uma rigidez constante em termos do cumprimento do regulamento interno da instituição. Desta

forma, a casa de abrigo e a sua equipa técnica pretendem empoderar, ajudar, apoiar e motivar as vítimas, tendo em conta as condições em que se encontram à chegada à instituição.

A nível do estágio que foi realizado, tive a oportunidade de estar presente em ambos os pólos de intervenção no contexto, isto é, tanto acompanhei a Diretora Técnica e a Assistência Social em atendimentos e diligências relacionados com os novos projetos de vida das vítimas, como assumi o papel de coordenadora de lar por diversas vezes. Ambas as oportunidades, ainda que distintas entre si, revelaram ser um instrumento fundamental e imprescindível na construção e solidificação do meu lugar na instituição. Este ponto é devidamente desenvolvido, numa parte posterior do presente relatório.

2. Definição do Objeto de Estudo e de Intervenção

Tendo em conta o contexto onde se realizou o estágio, o objeto de intervenção teve por base o acolhimento, acompanhamento e apoio a mulheres e suas crianças, vítimas de violência doméstica, em contexto de Casa de Abrigo. Relativamente ao objeto de estudo, e sendo que este deve assumir uma forma mais específica e focada, pretendeu-se abordar as questões da violência sexual, junto de mulheres vítimas de violência doméstica, residentes na casa. Mais concretamente, pretendeu-se que tal abordagem fosse feita através da construção de narrativas biográficas. Isto é, através de suas histórias de vida, permitir e dar tempo e espaço a mulheres de contarem os seus percursos e experiências de vida e as suas subjetividades, numa perspetiva holística que não pretende colocar o foco apenas na violência sofrida porém, ao mesmo tempo, assumindo a violência sexual o aspeto que se esperou aprofundar.

Deste modo, o objetivo primordial e a questão central da minha investigação-intervenção, foi refletir acerca das vivências individuais e a interpretação de tais experiências, juntamente com a compreensão das perceções e significações que as mulheres vítimas de violência doméstica atribuem e associam à violência sexual, através da construção das suas histórias de vida.

3. Escolha e Pertinência do Contexto de Estágio

A escolha do tema de intervenção e do objeto de estudo em questão prendeu-se, num primeiro momento, com questões de motivação e interesse pessoal. A violência sexual sempre foi uma área que me despertou interesse e, como tal, a vontade de trabalhar

estas questões sempre foi bastante significativa. Associado a esta motivação, está o facto de, através de estudos de prevalência, se vir percebendo um alto índice de vitimização de mulheres e meninas por violência sexual, ao mesmo tempo que, este ainda constitui um campo recente de estudo nas Ciências da Educação. A escolha da Casa de Abrigo, como contexto de estágio, surgiu como uma interessante oportunidade de trabalhar e estudar estas questões, junta de mulheres que, possivelmente, já terão passado por essa experiência.

Assim, associando a motivação pessoal a uma oportunidade única de abordagem destas questões, em contexto de casa de abrigo, surge também a pertinência e relevância que este tema tem vindo a assumir, recentemente, na sociedade. Temas como a violência doméstica e a violência sexual têm sido alvo de uma atenção cada vez maior por parte de investigadores/as e, simultaneamente, por parte da comunicação social. Contudo, e não obstante toda esta visibilidade em torno do tema, a intervenção social focada nesta temática, que constitui um grave atentado aos direitos humanos, considera-se ainda insuficiente, uma vez que continuam a persistir atitudes e comportamentos reveladores de relações de poder desiguais e assimétricas entre homens e mulheres que, por sua vez, resultam, em casos mais extremos, no uso das variadas formas de violência (Costa, 2013).

A violência sexual, infelizmente, é uma realidade bastante presente na vida das mulheres Europeias, no entanto, em Portugal, a vergonha de assumir a ocorrência de tais experiências continua a perdurar, o que resulta na ausência de denúncias por parte das vítimas. Isto deve-se a valores e comportamentos/atitudes machistas e patriarcais, que oprimem e ocultam as vozes das mulheres, remetendo-as para um lugar silenciado. Tais preconceitos e as lacunas em termos de políticas sociais e judiciais de apoio às vítimas de violência sexual resultam, muitas vezes, na aceitação e naturalização de mitos, estereótipos, construções e representações sociais que influenciam a forma como as mulheres encararam e viveram dinâmicas abusivas nas suas relações amorosas. Mais recentemente, a criação de respostas sociais e as vozes de diversas vítimas têm produzido mudanças sociais neste campo e proporcionado, às vítimas, algumas, ainda que pequenas, janelas de oportunidade de sair e recuperar da violência.

Nesta linha de pensamento, torna-se urgente identificar essas mesmas dinâmicas abusivas e perceber de que modo se pode modificar a invisibilidade e legitimação das várias formas de violência sexual, ao rever as crenças, representações sociais,

comportamentos, atitudes que a naturalizam (Mendes, 2016). Ao centrar a abordagem nas vivências pessoais e individuais destas mulheres, surge então a necessidade de analisar tal problemática numa perspetiva mais direta, pessoal e próxima da vítima (Belchior, 2014), uma vez que, ao desocultar os seus discursos e escutar as suas vozes e experiências, abre-se uma oportunidade para compreender a forma como tais mitos, estereótipos, crenças e construções/representações sociais são percecionados e surgem nas próprias vozes das mulheres vítimas de violência sexual e como as mulheres exercitam resistência(s) ou podem contribuir para delinear estratégias de combate e de transformação social.

Tal desocultação permitirá entender de que forma se estabelecem e, acima de tudo, se encaram as dinâmicas abusivas, por parte das vítimas, de forma a refletir e encontrar estratégias para atuar, no sentido de promover a sua desconstrução e o início de um caminho para a mudança e transformação pessoal e social. Os contributos das Ciências da Educação e, neste caso, de um/a profissional especializado/a nesta área, assumem um papel fundamental, visto que servem para problematizar as realidades, de forma a analisá-las criticamente e a sobre elas refletir. É exatamente esta postura reflexiva que se torna fulcral no trabalho a desenvolver junto das vítimas, uma vez que a reflexão constitui o primeiro passo para a mudança e consciencialização (Rosário, 2017).

Foi exatamente a necessidade de analisar a problemática da violência sexual numa perspetiva mais direta e próxima da vítima, tal como mencionado em cima, que justificou e tornou pertinente e clara, a nível pessoal, a decisão de realizar um estágio numa Casa de Abrigo. Só desta forma consegui ter tempo e espaço para criar uma relação viável de confiança com as mulheres residentes na casa, o que se revelou não só algo desafiante e moroso, mas também uma das componentes mais ricas e recompensantes que ajudou na concretização do trabalho que me propus realizar.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1.1 Definição da Problemática

Não obstante todos os passos já dados a favor da igualdade de género, alguns valores patriarcais, machistas e sexistas ainda perduram e se encontram presente nos dias de hoje, quer nos meios de comunicação social, nos discursos políticos e nas relações sociais do quotidiano. Esta situação tem as suas repercussões nas vidas das mulheres e, como tal, não pode mais continuar a ser ignorada, uma vez que se traduz em vários tipos de violência direcionados às pessoas do sexo feminino.

Se, por um lado, ainda que algumas mudanças sociais tenham sido significativas e tenham tido a sua influência na alteração de muitas mentalidades, por outro, variados aspetos das vidas dos homens e das mulheres permanecem inalterados (Martins, 2013), com diversos mitos, crenças, ideologias, estereótipos e representações sociais associados aos dois géneros. São exatamente essas conceções que contribuem para moldar e criar os diferentes papéis sociais de género que se atribuem quer aos homens, quer às mulheres e que, concomitantemente, minimizam e/ou negam atos de violência.

Embora, nos últimos anos, se tenha assistido a profundas transformações no que diz respeito ao papel social e familiar da mulher, ainda muitos são os mitos e ideias pré-concebidas associados ao fenómeno da violência doméstica que, não só distorcem tal realidade, como legitimam este tipo de crime, chegando mesmo ao ponto de culpabilizar a vítima pela ocorrência da situação de violência (*ibidem*). Uma vez que a violência doméstica assume significativas dimensões, esta torna-se uma questão pública que ultrapassa o foro privado e é assim que deixa de ser um problema apenas entre agressor e vítima e passa a ser um problema, igualmente, não só dos/as familiares, como dos/as profissionais e das instituições que, diariamente, lidam com esta realidade, e do Estado que tem responsabilidade na proteção e segurança de cidadãos/ãos.

Na presente dissertação, a abordagem da violência doméstica perspetiva-se como um problema social em que, na esmagadora maioria dos casos, a pessoa vitimizada é a mulher, que vê os seus direitos violados e desrespeitados. Não obstante a frequente ocorrência deste crime, e não constituindo este um problema novo, como é que a violência doméstica passou de ser uma realidade silenciada e escondida no seio familiar privado,

para a sua identificação como um problema social de urgente resolução? Isabel Sá Dias (2000) enuncia algumas possíveis razões: maior sensibilidade social contra comportamentos violentos e maior intolerância perante estes mesmos; grande atenção por parte dos meios de comunicação social; nova atitude face a este fenómeno por parte dos serviços sociais de apoio e proteção à vítima, resultante de uma formação mais adequada; maior visibilidade conferida à violência contra as mulheres em contexto das relações conjugais, através de estratégias de apoio e prevenção levadas a cabo por diversas ONG; produção de recomendações internacionais, desde a década de 1980, às quais o nosso país não ficou insensível, pelo menos no âmbito jurídico, tendo ratificado as convenções internacionais.

Considerada um problema social grave, que constitui uma violação dos direitos humanos, a violência doméstica, segundo Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), é um comportamento violento continuado, ou um padrão de controlo coercivo que é exercido sobre qualquer pessoa, de forma direta ou indireta, que habite no mesmo agregado familiar (mãe, pai, filho/a, cônjuge, companheiro/a, etc.) ou que, mesmo não coabitando, possa ser companheiro/a, ex- companheiro/a ou familiar. É um tipo de violência que pode ser infligida contra crianças, idosos/as, adultos e pessoas com necessidades especiais e/ou em situações de vulnerabilidade e indefesa, como dependência económica, casos de doença e gravidez que coabitem com o/a agressor/a. Como tal, o conceito de violência doméstica não é uma questão apenas familiar, por um lado, porque abrange pessoas que coabitem ou tenham coabitado no mesmo espaço doméstico e relações de intimidade sem coabitação, e, por outro, porque a violência se inscreve numa matriz de relações sociais de dominação.

Através da análise da definição de violência doméstica em cima utilizada, entende-se que este tipo de violência pode ser perpetuado contra vários membros de uma família, mesmo que estes/as não estejam a residir no mesmo espaço doméstico. Como tal, encara-se a violência conjugal e a violência nas relações de intimidade como dimensões da violência doméstica sendo que, respetivamente, a primeira é menos abrangente do que a VD e a segunda surge através da necessidade de ampliar a noção de VD, e em particular, da violência conjugal, de forma a ser possível abranger a violência que é exercida entre pessoas envolvidas em diferentes tipos de relacionamentos íntimos, como é exemplo a violência entre casais do mesmo sexo, violência no namoro, etc. (*ibidem*).

Deste modo, será correto afirmar que a violência conjugal e a violência nas relações de intimidade são dimensões da violência doméstica, porém, não se deve ignorar ou desvalorizar a violência que é infringida contra outros membros de uma família, que estabelecem entre si outras relações de parentesco que estão para além das relações de conjugalidade e intimidade. É, então, um acontecimento que se pode expressar através de violência física, psicológica, sexual, atos de discriminação e/ou constrangimento social e pode ocorrer quer em lugares públicos, quer em lugares privados, embora seja uma realidade vivida, principalmente, no espaço doméstico.

Isabel Dias (2000) apresenta o mito da “família idealizada” (*ibidem*: 1), no sentido em que habitualmente se aborda e pensa a família apenas como um lugar de afetos, expressividade e realização pessoal. Em oposição a esta visão, estão os dados apresentados pela autora, resultantes da análise da legislação e das principais medidas públicas promovidas neste âmbito e de alguns dados da ocorrência de violência doméstica em Portugal. Tal análise demonstrou que a família representa o espaço em que a maioria dos indivíduos são vítimas de diversas agressões, o que se contrapõe à ideia transmitida pelo mito da família idealizada.

Em consonância com a visão dada pela análise de tais dados, está a ideia de que é no espaço privado, no seio familiar, que a mulher, através da ideologia patriarcal, carrega a responsabilidade do bem-estar familiar e é igualmente nesse mesmo espaço que sofre maior risco de ser agredida (Martins, 2013). Assim, denota-se que é no seio familiar/doméstico/de intimidade que a violência doméstica pode ter o seu início e a sua perpetuação. Diretamente ligada a esta realidade está a transformação do papel da mulher na sociedade e na família, algo que, como foi dito anteriormente, embora tenha vindo a sofrer significativas mudanças e alterações nos últimos anos, continua a fomentar uma visão dicotómica entre homens e mulheres, em que ambos assumem papéis e funções específicas diferentes. Se, por um lado, nessa visão dicotómica estereotipada, o homem desempenha função de sustento da família, possuindo toda a autoridade dentro da mesma, por outro, a mulher fica responsável pela vida doméstica e, como tal, submissa ao poder masculino.

O conceito de género está intrinsecamente relacionado a esta divisão de papéis sociais para o homem e a mulher, uma vez que limita as ações de ambos na sociedade, ao envolver normas, valores e modelos limitados que se vão reproduzindo ao longo do

tempo. Segundo Raewyn Connell (2002), as mulheres são ensinadas a ser desejáveis e bonitas e os homens a serem duros e dominantes, quer queiram, quer não. Os papéis são distribuídos assim que se nasce e há a separação em homens e mulheres; é aqui que reside a ideia do feminino e do masculino, em que a mulher deve ser tolerante, passiva, amorosa e o homem deve ser ativo, imperativo, rude e, acima de tudo, dominante (Sousa, 2017). São, assim, visões como esta que contribuem para que a masculinidade e a feminilidade

(...) [sejam] frequentemente entendidas e representadas como categorias naturais, separadas por certas diferenças biológicas enraizadas, duráveis e universais, que produzem desiguais capacidades e aptidões e, como tal, justificam até certo ponto uma divisão sexual de papéis sociais. (Pereira, 2012: 19)

Como tal, é o modo como se performatizam os diferentes papéis de género que foram internalizados nos processos de socialização que define se o modo como se atua está de acordo com o que é adequado e expectável (Amâncio, 1992 in Mendes, 2016). Muitas vezes, é a transgressão, real ou imaginada, daquilo que é adequado e expectável que as mulheres façam, que é usado como justificativa pelos agressores para a violência contra elas perpetrada. Tal violência, para além de ser doméstica, e como já foi mencionado anteriormente, pode ser de cariz sexual. Uma vez que o foco da presente investigação, inscrita na intervenção em casa de abrigo, consiste em construir narrativas biográficas de mulheres vítimas de violência doméstica, residentes numa casa de abrigo, com foco na violência sexual, torna-se pertinente, agora, abordar tal temática, juntamente com algumas questões que lhe estão subjacentes.

Em estudos de violência doméstica, as agressões físicas e psicológicas estão, maioritariamente, em foco o que, por sua vez, e não querendo desvalorizar a gravidade de tais tipos de violência, tende a obscurecer a realidade que, em muitos casos, a violência sexual é também uma componente integrante deste fenómeno (E. K. Martin, C.T. Taft & P.A. Resick, 2007 in Rocha, 2017). Segundo Manita (2009 in Martins, 2013), a violência sexual é todo o ato que envolve a imposição, através de força física e/ou ameaças, de práticas sexuais contra a vontade da vítima. O facto de as mulheres serem socializadas para aceitar o dever sexual no casamento, podendo, assim, a prática sexual ser encarada como uma obrigação para com o/a seu/sua companheiro/a, pode levar as vítimas a não explicitar a violência sexual como tal. A vergonha de não querer referir essa dimensão das suas vidas pode também contribuir para o pouco re/conhecimento da violência sexual como parte integrante da violência doméstica.

Advém exatamente desta percepção perigosa de obrigação implícita, a necessidade de salientar a ocorrência de tais crimes em contexto de violência doméstica, uma vez que a extensão da componente sexual da violência contra as mulheres em contexto de relações de intimidade, incluindo mesmo atos de violação por parte do próprio cônjuge, é ainda pouco re/conhecida (Rocha, 2017). A pouca visibilidade e reconhecimento conferido à violência sexual torna-se prejudicial para as mulheres vítimas, uma vez que estas passam a encarar e a ler as suas relações e as dinâmicas abusivas e violentas que aí ocorrem, através de ideias baseadas em representações tradicionais de género e sexualidade, casamento, amor e família (Mendes, 2016).

Os casos de violação, ou outros tipos de violência de cariz sexual, ao contrário da ideia que possa ser dominante na sociedade de hoje, ocorrem em variados locais, desde a rua, chegando mesmo a ocorrer no lar da vítima. Embora, segundo Renata Sousa (2017), seja ensinado às raparigas que não se devem aventurar no ‘beco escuro’, a verdade é que os crimes de violência sexual ocorrem, de igual forma, no espaço doméstico, onde se parte do pressuposto, estarem totalmente seguras. Aliás, contrariamente às ideias generalizadas em torno da violação, e corroborando Tatiana Mendes (2016), este é um acto que ocorre entre pessoas conhecidas (familiares ou amigos), no seio das relações de intimidade.

Geralmente, a ideia de senso comum acerca de um agressor vai de encontro ao sujeito desconhecido, padecente de uma doença mental, com uma conduta violenta e que se esconde na rua mais escura, à caça da vítima mais próxima. Embora tal realidade não possa ser totalmente descurada, pois ocorrem situações que se desenrolam precisamente dessa maneira, a verdade é que a generalização desta ideia chega a ser falaciosa e desvia a atenção dos crimes de violação cometidos em âmbito familiar. Tal ideia se deve ao facto de que, segundo Vera Andrade (2005), é mais fácil rotular como violação um ato que é cometido por um estranho da rua, do que aquele que é cometido ora pelo pai, irmão, namorado, marido, entre outros, visto que familiares não correspondem, de todo, ao estereótipo de violador. Esta realidade leva a que se repense a família, pois esta funciona, muitas vezes, como lugar iniciador de violência sobre a mulher, o que reproduz um modelo de relações sociais de género desproporcionais e assimétricas que, mais uma vez, remetem a mulher a uma posição de inferioridade (Costa, 2017).

Donna Chung (2005 in *ibidem*) considera mesmo o amor romântico uma instituição que sustenta o sistema social patriarcal, ao dar espaço a que as mulheres interpretem os comportamentos violentos de seus parceiros como sinónimo de amor e não como uma expressão de poder e controlo. Esta visão realça o facto de que o crime sexual nem sempre é motivado por um desejo sexual, mas sim pela vontade de controlar, humilhar e magoar a vítima. Este desejo de poder e de controlo tem por base valores machistas e patriarcais que são, igualmente, a origem de estereótipos e construções tradicionais que legitimam as diversas formas de violência sexual contra as mulheres e que são perpetuados no tempo. Se os homens são socializados para assumirem uma postura de procura sexual ativa, em que sempre lhes é permitido o direito à satisfação sexual e aos serviços sexuais prestados por parte de suas companheiras ou de outras mulheres, por outro lado, está a socialização perigosa das mulheres, em que estas são ensinadas a ser mais passivas, submissas e agradar ao sexo masculino, e, portanto, a estarem, ou parecerem estar, disponíveis para satisfazer os pedidos de seus companheiros.

Simultaneamente, da mesma forma que a sociedade idealiza uma imagem de agressor, como um homem perturbado e violento, desconhecido à vítima, é igualmente idealizada uma imagem de vítima que corresponde a critérios, por sua vez, bastante limitados. A correspondência, ou não, a tais critérios, irá definir se a mulher pode, ou não, ser considerada vítima (Sousa, 2017), o que vem sendo designado como ‘vítima ideal’. Uma das estratégias utilizadas para desacreditar as vítimas é a culpabilização destas mesmas.

Aquando da ocorrência de crime de violência sexual, muitas são as situações em que, em vez de se julgar a conduta do agressor, se julga antes a conduta da vítima. O enfoque incide mais na justificativa da vítima como vítima real e não do agressor como culpado. Esta realidade contribui para que, na maioria das vezes, as vítimas se encontrem numa posição de medo de denunciar o ato, pois sabem que, logo de seguida, a sociedade as culpabilizará, desacreditará e menosprezará a violência sofrida (Oliveira & Souza & Canuto & Vasconcelos, 2015). Toda esta situação resulta no silêncio por parte das vítimas, por medo de represálias sociais.

Este tipo de violência conta a mulher fica instantaneamente naturalizado quando se procuram identificar, nos comportamentos das vítimas, motivos para justificar a ocorrência da violação, remetendo a mulher para a condição de culpada pelo

comportamento do agressor (*ibidem*). A ideia generalizada é que a mulher ou se sujeitou a ser violada, ou mereceu, ou pediu para tal. Evocando verbos como sujeitar, merecer, pedir, entre outros, promove-se o mito que a mulher poderia ter evitado a violação e, mais uma vez, se desvia a atenção da conduta violenta do agressor.

Os argumentos utilizados para culpabilizar as vítimas vão desde o facto de vestirem uma peça de roupa curta demais, beberem demais, saírem à rua durante horas tardias, principalmente sozinhas, entre muitos outros (Peixoto & Nobre, 2015). Constrói-se, assim, uma ideia que certos comportamentos, vestes, gestos, atitudes, palavras por parte da mulher, fazem com que esta se torne uma potencial vítima de violação, devido ao seu desleixo, falta de cuidado ou apresentação.

Mesmo quando não se encontram motivos diretos para a culpa da vítima, ignorando a culpa total e exclusiva do agressor, existem sempre motivos indiretos que conseguem levar a mulher ao mesmo fim: posição de culpada. Neste sentido, segundo Peixoto e Nobre (2015), é comum se procurar sempre uma justificação para a realização do crime no comportamento anterior da mulher. Não basta a mulher já se colocar nas situações de perigo, se esta também não segue as regras de conduta esperadas para o seu género, é julgada pela sociedade. Isto é,

“para ser reconhecida como vítima de estupro, não basta sofrer violência física; é preciso, também, que a mulher, antes da ocorrência do fato, tenha sido classificada dentro da reputação de ‘mulher para casar’, caso contrário, o estupro (...) não será nada mais do que a consequência de um comportamento inapropriado” (Sousa, 2017: 17)

Este ato de culpabilizar as mulheres pela violência sofrida tem as suas consequências. É Maria José Magalhães (2005) que ressalta uma dessas consequências, sendo esta a forma como as mulheres se passam a autculpabilizar, isto porque se culpam por ter causado o abuso ou por, simplesmente, o terem tolerado. Isto ocorre porque, segundo a autora, as mulheres são socializadas para serem responsáveis pelo espaço privado (doméstico), algo que já foi abordado anteriormente. Caso a violência ocorra, estas culpam-se e assumem tal ato como consequência do seu projeto falhado de construir a família ideal (*ibidem*).

O silêncio das vítimas de violência sexual e a ausência de queixa devem-se também, por vezes, à falta de confiança no sistema judicial, isto porque, quando ganham a coragem de denunciar, nem sempre recebem o tratamento que esperam. Segundo Tatiana Mendes (2016) é comum que estas mulheres

“sejam responsabilizadas pelo próprio sistema de justiça que se apoia em crenças erradas relativas à violação e representações tradicionais de gênero e sexualidade, dando, não raras vezes, sinal de impunidade e de legitimidade aos perpetradores” (Mendes, 2016: 4)

Isto é, segundo Vera Andrade (2005), ao recorrer ao sistema, a vítima espera que a conduta definida como crime, violação, seja julgada, porém vê-se ela própria julgada pela visão masculina da lei e da Justiça, ao ser obrigada a provar ser uma vítima real e não dissimulada. É que, segundo a autora, ser considerada vítima não implica, necessariamente, que o autor do crime seja punido, até porque o mesmo Sistema que promete dar proteção às vítimas, acaba a absolver mais do que a condenar. Em vez de se julgar o crime sexual cometido e, por conseguinte, o homem pelo seu ato, julga-se a vítima, a mulher, pelo seu comportamento.

Segundo Fernanda Dantas e Melissa Vasconcellos (2017), em nenhum momento se analisa o crime cometido, mas sim o comportamento das vítimas, isto porque alguns juízes julgam o comportamento das mulheres, mediante estandares que se lhes consideram apropriados, punindo aquelas que não vão de encontro a esses ideais estereotipados. Assim, denota-se que a mulher, mesmo não querendo, sofre sempre violência. Se por um lado esta advém das condutas violentas dos homens e resultam em atos criminais nem sempre punidos, por outro lado são também vítimas da violência institucional plurifacetada (Andrade, 2005) ainda marcada por valores machistas e sexistas.

É assim que atitudes e perspectivas sexistas facilitam a perpetração de atos de violência sexual contra as mulheres, uma vez que, através de falsas crenças e estereótipos, se procura constantemente negar e/ou justificar a agressão sexual masculina (Peixoto, Matos & Machado, 2013 in Rocha, 2017). Simultaneamente, ocorre a relutância, por parte de algumas mulheres vítimas, em denunciar as suas experiências, uma vez que elas próprias têm dificuldade, ou vergonha, em designar a sua experiência como uma experiência de violência sexual (Reisenhofer & Taft, 2013 in *ibidem*).

Em suma, por isso se torna importante entender de que forma as mulheres vítimas de violência sexual encaram as suas experiências e que significados lhes atribuem, quais são as ideias, mitos e representações sociais, subjacentes aos seus discursos e percepções sobre o fenómeno, e de que forma perspectivaram a resistência nas suas experiências e como concebem, atualmente, o seu combate. O presente trabalho propõe-se a tal, através

de uma abordagem mais direta e pessoal com as vítimas, por forma a ter contacto com tais construções, em primeira mão. Se, durante toda uma vida, muitas mulheres se encontram restringidas e silenciadas através de intensas e graves situações de violência, dominação e opressão, ninguém melhor que elas próprias para assumirem o lugar de protagonistas de suas histórias e darem voz às suas experiências.

Capítulo II – Fundamentações Epistemo-Metodológicas

O presente capítulo foca-se nas questões epistemo-metodológicas e éticas inerentes ao processo de estágio que desenvolvi. Abordarei, de igual modo, como foi o processo de entrada no terreno e a familiarização com o contexto. É de notar que as opções realizadas foram determinadas em função do próprio contexto e a natureza e objetivos dos processos de intervenção e investigação. Como tal, tiveram uma influência significativa na minha postura enquanto estagiária.

2.1 Entrada no Terreno

Embora as questões que pretendia trabalhar fossem, de certo modo, familiares ao contexto em questão, a verdade é que, e corroborando Almeida, Boterf e Nóvoa (1996), qualquer novo projeto é sempre um projeto novo e, como tal, tem de se adaptar a contextos que são, de algum modo, únicos. Aquando da entrada no terreno, para pensar e, acima de tudo, descobrir os modos e os lugares da minha intervenção, tive de o fazer em conjunto com as pessoas do contexto e nunca sozinha. Aliás, como figura estranha e exterior ao contexto, numa fase inicial, teria de ser assim. Enquanto entidade externa e desconhecida ao contexto, fui tentando conhecer, apreender e compreender as práticas e hábitos, não só institucionais mas também das pessoas.

Não obstante o trabalho de investigação que foi desenvolvido ao longo do estágio – narrativas biográficas de mulheres vítimas com foco na violência sexual – houve também um trabalho de intervenção fundamental que foi a base da minha permanência no terreno, da minha própria integração na dinâmica da Instituição e, em última instância, na própria vida das vítimas. Isto é, e como referido anteriormente, o meu contato com a instituição foi dividido em dois pólos distintos: existia a vertente do trabalho mesmo em contexto de Casa de Abrigo, que me proporcionou um contato mais direto e pessoal com as vítimas (mulheres e suas crianças), e a vertente de um trabalho mais de “escritório”, o que me proporcionou um conhecimento mais aprofundado de todos os procedimentos formais envolvidos no acolhimento, encaminhamento e acompanhamento do novo projeto de vida das vítimas.

Traduzindo a minha permanência no terreno para um esquema mais prático e de fácil compreensão, a minha intervenção era a seguinte: durante a semana estava no escritório e acompanhava os atendimentos e as diligências das vítimas até que, em

determinada altura, cheguei mesmo a ter a oportunidade de ser eu própria a executar essas mesmas diligências e atendimentos. Durante o fim de semana, a minha permanência era mais na Casa de Abrigo, onde assumia a posição de técnica coordenadora da casa durante o período do meu turno. Porém, embora em locais diferentes, a minha intervenção mesmo em contexto de Casa de Abrigo e a minha intervenção no escritório não são dissociáveis e apenas fazem sentido se lidas em conjunto, uma vez que o trabalho que se desenvolve numa vertente está sempre em ligação com o trabalho desenvolvido na outra.

A execução de todas estas tarefas, num momento inicial, e até no decorrer de todo o estágio, revelaram-se extremamente essenciais na afirmação do meu lugar na instituição e na vida das vítimas, assim como na construção de uma relação de confiança com as mesmas. Tendo sempre em vista as questões que queria trabalhar, desde o início que soube que, devido à fragilidade e sensibilidade do contexto em si e do público, as minhas intervenções teriam de ser aos poucos reconhecidas e legitimadas, quer por parte da instituição, quer por parte das utentes, de forma a serem frutíferas. O meu fio de intervenção/investigação não foi, nem podia ter sido construído apenas por mim. Foi sim construído por mim, em equipa com as pessoas da instituição e com as vítimas, através do que fui percebendo e apreendendo. Mais do que seguir procedimentos impostos hierarquicamente, fui conhecendo, ouvindo, vendo, participando e, posteriormente, criei a minha visão e a minha intervenção.

Em todo este caminho percorrido, a avaliação foi sempre uma ferramenta importantíssima, uma vez que me permitia reavaliar as minhas práticas e a minha postura perante os desafios que me eram propostos, ao mesmo tempo que ia construindo um fio condutor da minha intervenção e investigação. Se, por um lado, a avaliação se revelou um instrumento útil na (re)produção de boas práticas, ao permitir compreender os sucessos e insucessos das minhas ações (Capucha, 2008), por outro lado, foi também através dela que fui revendo algumas opções quanto às minhas intervenções que envolviam diretamente as/os participantes da minha investigação e de quem dependia a mesma, neste caso, as vítimas alojadas na casa. Foram elas sempre as participantes das minhas intervenções e foram elas as figuras principais da minha investigação. Como tal, não poderia deixar de (re)avaliar constantemente a minha postura e ações perante elas mesmas.

Toda a minha intervenção foi moldada de forma a que as vítimas, figuras centrais da minha investigação, tivessem o máximo de conhecimento possível acerca da intervenção que pretendia junto delas. Neste caso, e como o intuito era a construção de narrativas biográficas, focadas nas suas histórias de vida, fui sempre informando as participantes do processo da construção do guião para a entrevista, quais os meus objetivos e a razão da sua participação ser fundamental. Não obstante este processo de cooperação com as participantes, todos os meus passos e decisões foram igualmente supervisionados pela Diretora da instituição que, acima de tudo, tinha sempre a palavra final.

A consideração do contexto e das pessoas nele inseridas, neste caso as vítimas, foi sempre um dos elementos presentes em todos os momentos do meu estágio. Os primeiros dois meses de contacto com o contexto foram os meses em que realizei uma avaliação de diagnóstico. Foi necessário conhecer o contexto, conhecer o que se faz e como se faz. Ainda que o meu interesse pelas questões da violência sexual tenham estado presentes desde o início, quando entrei na instituição estava tudo em aberto; o modo como a minha intervenção iria decorrer não estava definido de início, o meu conhecimento do contexto era nulo e a minha relação com as vítimas, figuras centrais da investigação que queria iniciar, era inexistente.

Como tal, ficou acordado com a Diretora que teria de ganhar a confiança das utentes, de me dar a conhecer e, acima de tudo, de as conhecer, antes de decidir o caminho que queria seguir. Neste sentido, a avaliação diagnóstico ocorreu antes da intervenção, como o seu próprio nome indica (K'CIDADE, 2007). Porém, Luís Capucha (2008) vai mais além e afirma que a avaliação é mais do que o que antecede a intervenção: é um instrumento que se revela decisivo do ponto de vista da criação de condições sociais e institucionais de sucesso da intervenção. Este foi um trabalho que se revelou bastante pertinente no conhecimento daquelas que eram as dinâmicas e práticas do dia a dia da instituição e, de igual modo, na introdução da minha pessoa na vida das vítimas como técnica.

Para que as minhas intervenções fossem frutíferas, as utentes teriam de confiar em mim e, acima de tudo, tinham de me reconhecer legitimidade. Desta forma, “é fundamental que o diagnóstico se traduza num dispositivo de relacionamentos positivos e valorizantes envolvendo os diferentes agentes que se inscrevem num território ou que

têm responsabilidades sobre o mesmo” (K’CIDADE, 2007: 40). De nada me iria adiantar chegar ao fim dos primeiros dois meses de estágio e ter um diagnóstico negativo, onde nenhum progresso tivesse feito e nenhum passo em direção à minha afirmação no contexto tivesse sido dado. Como tal, para promover um diagnóstico dinâmico e participativo, foi importante a criação de relações de confiança e credibilidade com as pessoas (*ibidem*).

Tais relações de confiança foram construídas ao longo dos primeiros meses de estágio e apenas em Fevereiro dei início às entrevistas para a construção das narrativas biográficas. Mesmo assim, duas das utentes recusaram, pois não se sentiam à vontade. Este trabalho de avaliação diagnóstica e de conhecimento do contexto e das vítimas revelou ser algo bastante desafiante e complexo, uma vez que foi um processo de ritmo lento e com alguns altos e baixos. As tais tarefas que me eram delegadas consistiam no tratamento das diligências com as vítimas e foram momentos fulcrais de conquista da confiança das vítimas e de legitimação e afirmação do meu lugar na instituição. Acompanhar as vítimas ao centro de saúde, como técnica representante da Casa de Abrigo; acompanhar as vítimas à Segurança Social para auxiliar no processo de entrega e preenchimento de requerimentos; realizar atendimentos de boas vindas e de esclarecimento de regras aquando da chegada de novas utentes; foram algumas das tarefas que tive de executar e que foram uma oportunidade de integração da minha figura, enquanto profissional, tanto na vida destas mulheres, como na dinâmica da instituição.

Todo este trabalho de avaliação diagnóstica, de conhecimento do contexto, de envolvência das utentes no processo de construção da minha intervenção/investigação, da tentativa de atender sempre a cada pessoa nos diferentes momentos, levou à necessidade de adotar uma metodologia que remete para uma avaliação de natureza mais qualitativa, de modo a ser possível conhecer e construir conhecimento acerca destas vidas e situações. Segundo Freitas (1997: 10), “sempre que na apreciação entram aspetos predominantemente qualitativos introduz-se uma margem de subjectividade que não pode ser ignorada.” À abordagem qualitativa se associa, ainda, a empatia, a abertura aos valores e também a possibilidade de um aprofundamento que permite a compreensão da realidade na sua complexidade (K’ CIDADE, 2007). Era essa mesma subjectividade que fazia sentido captar, uma vez que, tendo o contexto em consideração e as questões de investigação que nortearam a minha intervenção, não faria sentido que fosse de outra forma.

Quer no momento de entrada no contexto, quer ao longo da permanência no terreno, agiu-se sempre com o maior respeito e consideração pelas pessoas nele inseridas. A forma como a integração na vida das vítimas se foi desenrolando e se ia ganhando a sua confiança foi um processo lento e gradual, porém, é compreensível que não tenha sido de outra forma, uma vez que, e corroborando Cristina Tavares (2012), entrar na vida de outras pessoas é tornar-se um intruso e, como tal, torna-se necessário obter permissão que vai para além da que é dada sob formas de consentimento.

2.2 Opções Epistemo-Metodológicas

2.2.1 Abordagem Qualitativa

Segundo Amado e Freire (2017), o modo como se formula o problema de investigação é fundamental para desenhar o caminho que se deve adotar em termos de metodologia de pesquisa e, segundo os mesmos autores, na investigação qualitativa, a problemática deve centrar-se no deciframento e compreensão dos significados dos fenómenos para os/as participantes na investigação (*ibidem*). Como tal, e tendo em conta que o que se pretende é chegar às vivências/experiências individuais e significações que as mulheres vítimas de violência doméstica atribuem/associam à violência sexual, privilegiar-se-á uma abordagem qualitativa, uma vez que, os/as investigadores/as que utilizam este tipo de abordagem, segundo Bogdan e Biklen (1994) têm interesse no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

Perante o problema de investigação proposto, fez mais sentido adotar a aproximação da visão de Bourdieu na investigação, visto que o foco da sua perspetiva está nas pessoas e na mobilização das pessoas para a mudança social, encarando estas como elementos fundamentais que possuem vozes e devem ser ouvidas. Aliás, segundo Bourdieu (2001), é através da investigação social que se mostra, de maneira empírica, por que motivo as pessoas agem de uma determinada maneira e que espaço de transformação existe para mudar tais ações.

O paradigma científico acompanha o/a investigador/a no decorrer de toda a investigação, pois este é caracterizado por um conjunto de normas, passível de ser visto como a identidade do/a investigador/a, visto que representa e revela os princípios e ideais científicos e éticos, segundo os quais este/a desenvolve a sua investigação. Segundo João Amado (2013), é no paradigma da investigação que está implícita uma fundamentação

filosófica (conceção de pessoa, realidade, sujeito, objeto, sociedade, etc) e uma fundamentação epistemológica, que justifica as escolhas do/a investigador/a ao nível das técnicas e estratégias metodológicas a aplicar numa investigação.

Mediante aquele que é o objetivo primordial que esta investigação-intervenção se propôs estudar, a posição a assumir, enquanto investigadora, insere-se no paradigma fenomenológico-interpretativo, uma vez que nas investigações que se posicionam no seio deste paradigma, é central a compreensão das intenções e significações que os seres humanos colocam nas suas próprias ações (Amado, 2017). Seguindo as orientações teóricas subjacentes ao paradigma em questão, deve procurar entender-se as realidades múltiplas e complexas a partir das perspetivas dos/as participantes (Lodico et al., 2006 in Amado, 2017), sendo que, neste caso, a investigação das realidades sociais foca-se no modo como estas são vividas/experienciadas, interpretadas e produzidas pelas próprias mulheres e pelos significados que atribuem e associam às práticas e ações subjacentes à problemática em estudo.

Estando já definida a abordagem que se privilegiou e o paradigma epistemológico em que se insere a investigação, segue-se agora para a definição do método e técnicas de recolha de dados a utilizar.

2.2.2 Método Biográfico e Entrevistas Semi-Estruturadas

De modo a poder chegar às vivências, experiências e significados das mulheres participantes, possibilitando que as próprias validem as suas experiências e, concomitantemente, dando voz a uma realidade complexa (Braun & Clarke, 2013), optou-se pelo Método Biográfico, de construção de narrativas biográficas, como método principal de recolha de dados da investigação.

O método biográfico refuta o ideal positivista de estabelecer uma distância entre investigador/a e “objeto” investigado e situa os/as entrevistados/as como sujeitos da investigação e protagonistas principais (Puig, Lafon & Alcaraz, 2009). Aqui, a investigação tem como foco principal a história de vida de mulheres, focando as suas vivências. Ao adotar este método, coloca-se as mulheres no lugar de protagonistas, no lugar de sujeito ativo, “a óptica do sujeito como portador de história” (Conde, 1993: 41), que participa na investigação, e não apenas como um objeto que se encontra a ser estudado, uma vez que, na abordagem em que a história de vida é tomada como

metodologia principal, o enfoque coloca-se no papel do sujeito e nas subjetividades e experiências pessoais (Magalhães, 2005).

Isabel Dias (2004) salienta que os sujeitos, ao reconstituírem as suas vidas sob forma de uma história, tornam-se mais conscientes do(s) significado(s) das suas experiências. Ainda a mesma autora refere que a “história de vida revelou-se crucial para a compreensão dos processos através dos quais um conjunto de encaminhamentos simultaneamente biográficos e familiares conduzem ao desenvolvimento de determinadas práticas de violência” (idem: 25).

Segundo Mattos (2008 in Amado, 2017), ao contarmos a história da nossa vida, não contamos apenas aquilo que aconteceu, mas explicamos igualmente como nos sentimos, como reagimos e o que é que tais vivências significam para nós. É nesta ótica que se encara a presente investigação; essencialmente, o que dá conteúdo ao trabalho de investigação-intervenção são as pessoas e é nesse sentido que se torna lógico e importante pensar estas mulheres como elementos centrais da investigação; são as suas experiências, perceções, visões, interpretações, vivências, perspetivas que são a base principal e caminho para se chegar ao que se pretende estudar. No cerne da pesquisa “está uma procura de ouvir as vozes das mulheres e é nesta medida que as perspetivas biográficas permitem a valorização das experiências, perspetivas e subjectividades das narradoras” (Magalhães, 2005: 287).

Este método pressupõe encontros biográficos com as participantes o que, por sua vez, exige a realização de uma entrevista. Esta é uma das técnicas de recolha de dados, que serviu de auxílio e complemento ao método principal. Segundo Amado e Ferreira (2003), a entrevista é considerada o método por excelência de recolha de informação. Isto porque, através deste método, é possível analisar o

“sentido que os[as] atores[as] dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados[as]: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 193 in Amado e Ferreira: 2003: 207)

O tipo de entrevista selecionado, no sentido de construir as narrativas biográficas das mulheres, foi a entrevista semi-estruturada. Segundo Isabel Dias (1998), esta tipologia de entrevista permite o acesso a várias informações complexas por parte do/a entrevistado/a, enquanto o/a mesmo/a tem a liberdade para falar sobre diversos temas, ou

seja, não implica uma imposição rígida de questões perante os/as entrevistados/as, o que possibilita que estes/as tenham uma liberdade de resposta maior e, ao mesmo tempo, permitirá ter acesso, em profundidade e na primeira pessoa, aos significados e percepções que atribuem e associam com a problemática a ser estudada, assumindo ainda que, tais vivências e representações poderão, no entanto, assumir significações distintas para cada mulher (Neuman, 2014). Outro elemento relevante na escolha deste tipo de entrevista é que o guião não deve conter uma série fixa de questões e a postura da investigadora não deve ser rígida e impessoal, o que, certamente, colocaria um entrave grande no estabelecimento de um ambiente confortável e seguro, onde as participantes se sentissem à vontade para partilhar as suas histórias de vida.

Ainda que, durante a realização das entrevistas, tenha estado presente uma epistemologia da escuta, destacada por Guy Berger (2009: 189), que reforça a ideia que, “quando nos colocamos numa posição de escuta, envolvemo-nos na temporalidade dos fenómenos, ou seja, envolvemo-nos na ordem do aparecimento e desenvolvimento dos fenómenos a que nos tornámos sensíveis”, tive de criar uma estratégia de ação diferente para cada vítima, uma vez que antes de as entrevistar, tive acesso aos seus processos e, como tal, ao historial de violência sofrido. Neste sentido, preparei-me de forma diferente para cada entrevista e, após cada intervenção, avaliei a minha prestação para ir fazendo as melhorias e adaptações necessárias à entrevista seguinte, uma vez que, estive sempre ciente que seria o processo de escuta acionado junto das entrevistadas que me iria permitir ter acesso à compressão dos significados atribuídos à problemática em questão.

A verdade é que este tipo de entrevista requer uma preparação atenta e cuidada e alguns pontos essenciais tiveram de ser tidos em conta quer na preparação, quer na concretização dos encontros biográficos.

O guião da entrevista foi algo a ter em atenção, pois a elaboração de um guião inapropriado pode levar ao distanciamento do foco da investigação. Tratando-se de uma entrevista semi-estruturada, tive de ter atenção de construir um guião que permitisse obter o máximo de informação, através do mínimo de perguntas, tendo sempre por atenção que não poderia transformar esse guião num questionário (Amado e Ferreira, 2003). Visto que foi o instrumento principal e fundamental para conduzir e orientar a entrevista de maneira mais correta, antes da sua devida utilização, foi avaliado e corrigido pela minha orientadora, profissional investigadora na área da violência de género. Teve de se ter em atenção a elaboração das questões para evitar perguntas que sugerissem respostas

fechadas, como “sim” ou “não”, tal como foi imperativo assegurar que, em momento algum, alguma questão colocada pudesse sugerir algum tipo de julgamento perante o/a entrevistado/a.

Não menos importante, esteve a atenção na sequência das questões. Segundo Amado e Ferreira (2003), as questões de carácter mais específico, isto é, de opinião e interpretação, foram deixadas para fases mais intermédias ou finais, isto porque, numa etapa inicial da entrevista, teve-se em conta que a entrevistada ainda está a ganhar confiança na investigadora, logo, as respostas iniciais esperam-se mais superficiais. No caso em questão, penso que este seja um ponto a ter em bastante consideração, devido à problemática em questão.

O guião foi construído de forma a que a entrevista seguisse um ritmo apropriado e equilibrado, de maneira a demonstrar às entrevistadas que estas se encontravam num lugar seguro para partilharem as suas histórias. Este foi um dos pontos a que se deu mais atenção e consideração, uma vez que, os seus testemunhos foram e são os pilares da minha intervenção-investigação e, corroborando Maria José Magalhães (2010 in Costa, 2013), o sucesso de uma intervenção, ao qual eu acrescento investigação, está dependente dos/as participantes e, neste sentido, é fulcral que esse trabalho se desenvolva com estes/as e não para eles/as.

2.2.3 Observação Participante e Notas de Terreno

Outras duas técnicas de recolha de dados seleccionadas e, não esquecendo que para além de investigação, me encontrei inserida num contexto onde era esperado a minha intervenção, foram a elaboração de notas de terreno e a observação participante.

Esta última é aquela que tem de ser posta em prática assim que se entre no terreno e tem como objetivo uma aproximação inicial entre o/a observador/a e o/a observado/a e um melhor conhecimento do contexto profissional, tal como das dinâmicas aí vividas e o acompanhamento de atividades desenvolvidas.

Segundo Freitas (1997), o ato de observar é uma atividade chave uma vez que quando se observa, percebe-se a realidade. Ainda segundo o mesmo autor, existem vários tipos de observação, sendo que a distinção principal é entre a observação participante e a não participante. Nas minhas intervenções eu realizei ambas as observações, pois tanto tive de me envolver nas situações que observei, como apenas as

observei com uma certa distância. Ambas foram necessárias, mas ambas tiveram de ser executadas de forma cuidadosa. A participação em certas situações foi obrigatória, uma vez que várias foram as vezes em que assumi a função de coordenadora da casa e, como tal, a minha intervenção não só era necessária, como indispensável.

Noutras situações apenas observei o que ocorreu, essencialmente, nos primeiros meses de estágio e se tornou um desafio, uma vez que, “(...) introduzir alguém estranho numa situação sem assumir o seu papel de elemento dessa mesma situação, além de poder constranger as pessoas que a vivem, também pode levar a alterar padrões de comportamento habituais (portanto, os mais importantes para ser observados)” (*ibidem*: 20). Esta foi uma situação bastante recorrente aquando da minha entrada no terreno, uma vez que me era permitido assistir a atendimentos individuais com as vítimas e acompanhá-las nas diversas diligências sem, no entanto, fazer totalmente parte da situação. Isto resultava, de forma bastante explícita, numa timidez súbita e contínua das utentes e no seu fechamento em relação à minha presença.

Não obstante a importância destas técnicas, Almeida, Boterf e Nóvoa (1996) mencionam a pertinência e utilidade da combinação de instrumentos estruturados (guiões de entrevistas) com combinações mais informais e conviviais (encontros e conversas individuais). Isto é, através de uma atitude de escuta ativa e observação e da combinação de técnicas diversificadas, será possível recolher informação e conhecer os contextos. Tais informações podem advir de meios mais indirectos, ou de reflexões que são resultantes de observações mais directas, ou seja, nem sempre aquilo que se observa ou recolhe em momentos formais de intervenção é o único meio ou fonte de conhecimento.

Na observação participante, uma das ferramentas auxiliares e, ao mesmo tempo indispensável, de pesquisa, é a elaboração de notas de terreno, uma vez que, é por sua via que nos distanciamos, mesmo estando imersos/as no contexto, porque nos permite ver, ler e reler o objeto de investigação e analisar o nosso próprio ângulo de visão (Ardoino, 1982).

Assim, no que diz respeito ao meu tempo de permanência no contexto, a observação participante com as respetivas notas de terreno constituíram uma componente central, não só na investigação, como na intervenção. A elaboração das notas de terreno foi uma atividade que me acompanhou ao longo de toda a investigação, o que me permitiu ter um registo escrito e quase diário do meu percurso e evolução no contexto, assim como

na investigação. Concomitantemente, a observação participante, aliada a esta última técnica, permitiu-me realizar uma imersão no contexto de uma Casa de Abrigo, contexto até então desconhecido para mim, o que se tornou extremamente relevante para um melhor conhecimento do contexto e das dinâmicas em si vividas, uma vez que, corroborando Puig, Lafon e Alcaraz (2009), é só através desta integração, acompanhamento e convivência que é possível conhecer melhor um contexto profissional.

2.3 Questões Éticas

Estritamente relacionadas com a aplicação de técnicas de recolha de informação ou de observação e conhecimento dos contextos e das pessoas, estão as questões de ética na investigação e intervenção, preocupações essas que estiveram sempre presentes. Aliás, tendo o estágio sido feito numa Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e todas as intervenções tendo sido com as utentes, as questões éticas acompanharam-me desde a entrada no contexto e, com toda a certeza, irão estar presentes até ao fim da elaboração do presente relatório de estágio. Desde o início e mesmo antes de ter contacto direto com as vítimas ou as suas crianças, houve a necessidade de assinar um termo de responsabilidade em como me comprometia respeitar todas as normas de confidencialidade e anonimato não só da instituição, como das pessoas com quem viria a ter contacto.

No campo da investigação, sendo que esta envolve, inevitavelmente, recolha de informação sobre indivíduos e sobre contextos, as questões éticas são algo que não poderia deixar de mencionar no presente documento, uma vez que nortearam a minha prática e intervenção desde o início ao fim. A elaboração de consentimentos informados e a solicitação da sua assinatura pelas participantes, o respeito pelos indivíduos envolvidos no processo, a garantia do anonimato e da confidencialidade, sendo alguns dos elementos que, na prática, a devem orientar (K'CIDADE, 2007), foram elementos não só presentes, como obrigatórios, nas minhas intervenções. Estas preocupações foram tidas em conta em todas as fases do estágio, nomeadamente na avaliação diagnóstica e na fase de recolha de dados, uma vez que tais práticas devem ser conduzidas pela garantia do bem-estar de todos/as os/as envolvidos/as no processo, e por aqueles igualmente afetados pelos resultados (*ibidem*).

Teve sempre de haver um senso de coerência e especial atenção presente, visto que não posso descurar as possíveis consequências e impacto daquilo que estou a produzir. Pelo contrário, tenho de antecipar aquilo que estou a fazer. Não posso produzir conhecimento sobre uma determinada problemática, e não ter preocupações de como essa informação, após divulgada, irá marcar esse mesmo contexto ou quais as consequências que trará para as pessoas que, efetivamente, vivem essa realidade. Isto é, a necessidade ética não pode, nem deve aparecer descontextualizada de um sentido de responsabilidade por parte de quem investiga ou intervém.

Em primeiro lugar, houve sempre a preocupação de garantir às mulheres entrevistadas a confidencialidade e anonimato dos dados e informações recolhidas. Este foi um dos pontos fulcrais para a aceitação, por parte das participantes, da sua continuidade na investigação, uma vez que, após todos os objetivos do estudo serem devidamente explanados e ter sido mencionado que a entrevista seria gravada em formato de áudio, era apresentado um consentimento informado que requeria a assinatura da entrevistada e da investigadora. Este documento “possibilitava quer a gravação áudio para o registo das conversas, quer a sua transcrição, quer o uso do seu conteúdo, alertando para o facto de a qualquer momento poderem recusar falar ou mesmo desistir da entrevista e da investigação” (Mendes, 2016: 18).

Neste sentido, denota-se que as entrevistas só se realizaram após a concordância das participantes e a sua concretização decorreu em lugares privados e seguros, previamente discutidos com as mesmas. Os ficheiros de áudio resultantes das entrevistas apenas foram utilizados para fins das transcrições das mesmas e não estiveram associados a si nenhum dado ou informação que possa levar à eventual identificação da participante. Isto é, tanto os nomes dos familiares, como as designações das cidades ou locais das suas histórias foram totalmente alterados e foi utilizado um pseudónimo para substituir o nome real da entrevistada.

Assim, a proteção dos dados das entrevistadas foi totalmente assegurada e a informação recolhida foi tratada com a confidencialidade e anonimato necessários. Mesmo após explanados os objetivos do estudo e apresentada a garantia de que as condições de segurança e anonimato seriam totalmente asseguradas, duas das senhoras residentes na casa recusaram participar, negando a realização da entrevista, mesmo sem a gravação de áudio. Indubitavelmente, a sua decisão foi respeitada e não influenciou a

relação positiva que continuei a construir com essas mesmas senhoras, até ao momento de término do estágio.

Capítulo III – Narrativas Biográficas

No presente capítulo apresentam-se as Narrativas Biográficas resultantes dos encontros biográficos realizados com as participantes, nomeadamente, as mulheres residentes na Casa de Abrigo que aceitaram e se disponibilizaram a dar o seu testemunho e a contar as suas histórias de vida. No total, foram entrevistadas 6 mulheres e, como tal, em seguida, apresentam-se 6 narrativas. A apresentação das mesmas não pretende seguir qualquer lógica sequencial ou preferencial propositada, sendo esta mesma feita de modo aleatório.

3.1 “Até eu entender que existia uma forma de carinho que não era aquilo que tinha passado, demorou muito.”

“Era maldoso, sofri eu, sofreu a minha mãe, sofreu o meu irmão.”

[Tenho] 26 anos [e sou] Brasileira. [Tenho o] 12º ano. [Estou] desempregada. [Sou] divorciada. [O meu agregado familiar sou] eu e o Tomás, o meu filho.

Sou filha de dois adolescentes. A minha mãe ficou grávida aos 17 anos, teve-me com 18, quase aos 19. O meu pai e ela namoraram mas foi um namoro muito curto. A minha mãe com 4 meses e o meu pai foi trabalhar para fora, a 200km da nossa cidade. Foi o patrão do meu pai que chegou junto da minha mãe e disse que o meu pai não voltava mais. [Ele] estava a viver numa casa de prostituição com a dona dessa casa.

A minha mãe tinha sido expulsa de casa pela minha bisavó e bisavô. Saiu de casa porque o meu bisavô é que a expulsou porque por vontade da minha avó ela tinha ficado. Naquela época, era uma vergonha muito grande uma rapariga solteira mãe e a minha mãe foi viver de favor na casa de uma senhora que era nossa vizinha e muito amiga da minha bisavó. Quando eu nasci, os meus bisavôs viram-me e ficaram logo apaixonados e disseram à minha mãe para voltar para casa porque aquilo não fazia sentido. Falassem o que falassem, era uma pessoa que eles amavam e não iam deixar assim.

A minha mãe sempre trabalhou como empregada doméstica em casa de familiares. Não teve grandes oportunidades de estudo. Na verdade, até teve mas acho que nós, para alcançarmos os nossos objetivos, precisamos de ter muita força de vontade. A minha mãe com 9 anos tinha de lavar e limpar a casa. Vivía com uma tia minha e as filhas dela não faziam nada. Se quebrassem um prato, era tudo culpa da minha mãe. Com 16, começou a namorar um rapazito que trabalhava num banco só que a minha tia não aceitava, mesmo

sendo pessoa de boas famílias. A minha mãe foi auxiliar numa clínica, enquanto estudava, mas não teve força de vontade e não conseguiu superar isso. Preferiu agarrar nas malas e ir-se embora. Faltavam dois anos para terminar o secundário e depois ia para uma faculdade. Era um sonho, mas a gente não pode só sonhar, precisamos de lutar pelos nossos objetivos.

Voltou para uma cidade do interior, conheceu o meu pai, engravidou, foi expulsa de casa e depois, quando nasci, ela voltou para casa. Tinha uma amiga da minha bisavó que disse que daí a uns dias ela ia engravidar de outro. Dito e feito! Tinha 1 ano e meio e a minha mãe estava grávida do meu irmão de um senhor com a mesma faixa etária.

Era maldoso, sofri eu, sofreu a minha mãe, sofreu o meu irmão. A minha mãe grávida e ele pendurou um fio de eletricidade, enfiou dentro da tomada, ela estava a lavar a roupa do meu irmão. Quando ela atirou a manta, ficou colada. Se não fosse uma vizinha a ver aquilo, ela tinha morrido. Eu com 2 anos e ele queimou-me o dedo porque me tirou a chupeta e eu coloquei o dedo na boca.

A minha mãe foi trabalhar e já estava mesmo no fim da gestação. Fazia 7km a pé. Quando chegou a casa, o meu padrasto estava na cama com a vizinha. A minha mãe expulsou-o e ele disse que ela é que tinha de sair. Ele não tem mais nada, amarrou a minha mãe à cama e abusou sexualmente dela. Uma pessoa com 2,02 metros de altura e a minha mãe com 1,50 metros. Na época ela pesava 45kg.

Saí com um berço, um tanque para lavar a roupa, um colchão para o berço e um colchão de solteiro. O meu tio mais novo tinha um anexo que o pai lhe deixou. Lembro-me que tinha um quarto, uma sala com cozinha e naquela época nem casa de banho dentro tinha. Tinha uma sanita fora, no quintal. Lembro-me que essa fase foi muito difícil. A minha mãe trabalhava de segunda a sábado.

“A minha mãe tinha uma paixão louca por ele, uma coisa muito doentia.”

Eu, com 3 ou 4 anos, a minha mãe conheceu o meu segundo padrasto. Era casado, a minha mãe era amante. Era uma pessoa que trabalhava para o Governo, tinha um bom ordenado mas nunca a ajudou. A minha mãe tinha uma paixão louca por ele, uma coisa muito doentia. Na época 20 e tal anos e esse senhor 40 e tal, quase 50.

Quando tinha 5 anos a minha avó teve um AVC e a minha mãe, de uma hora para a outra, disse que a gente ia embora. Fiquei um bocado sentida porque amo muito a minha bisavó e acho que ela ainda está presente. Sinto a presença dela a dar-me força para continuar. A questão dos meus princípios e dos meus valores, aprendi muito com ela. Era

uma pessoa que falava sempre de Deus, estava sempre bem disposta, trabalhou muito. O que me deixou mais triste foi quando ela teve o AVC e ficou totalmente dependente de nós. Sentia que ela se sentia triste porque nunca dependeu de ninguém. Se não tinha um homem, ela fazia! Pegava em pesos, em tudo.

Qual era o plano da minha mãe? Como era amante desse senhor, ele foi transferido para 120km dali. Nós fomos com ele porque ele tinha uma família nessa cidade e outra na outra. A minha mãe conseguiu um trabalho, tomava conta de casa que era enorme e dos dois filhos. Ele continuava a não ajudar com nada e ganhava muito. Lembro-me comprarem roupa de marca para eles e para mim e para o meu irmão ser da feira.

Depois começamos a estudar numa escola. A minha mãe ficou a saber de uma a tempo integral. Entrávamos às 7h da manhã e saíamos às 5h da tarde. Fazíamos tudo lá. Começamos a estudar nessa escola, fiz um curso de croché, aulas de violão, cheguei a ganhar um concurso de música. Fiz teatro, pratiquei futebol, aula de dança. Fiz muita coisa engraçada na minha vida.

“Eu não tinha nada mas me sentia tão feliz!”

Por volta dos 15 anos, comecei a namorar com o meu primeiro marido. A minha mãe descobriu que eu tinha perdido a minha virgindade. Aquela atitude que tiveram com ela no passado, ela teve pior comigo. Lembro-me que quando descobriu me deu uma bofetada que saí num quarto e parei no outro. Disse que não admitia e que se eu chegasse a casa grávida, não ia criar o meu filho. A minha mãe sempre foi muito agressiva e a desculpa dela era: eu apanhei a minha vida toda, porque é que vocês vão ser diferentes? Qualquer coisa que a gente fazia, ela dava surra. Com pedaços de pau, fio de extensão, fio de ferro de passar a roupa. Era uma pessoa muito revoltada e aquilo que tinha acontecido com ela no passado era ter sido expulsa de casa porque estava grávida. O medo era eu chegar a casa grávida e o rapaz não querer saber. Eu passar por tudo aquilo que ela passou.

Quando eu tinha 17 anos, ligou para o meu namorado e disse “Se não vieres buscar as coisas dela, eu vou meter tudo num saco de lixo, meter na porta da rua e o primeiro que passar, leva-a a ela e aos sacos.” Ele pediu-lhe 1 mês para me tirar de casa. Passado esse tempo a gente se juntou. Fomos viver para 300km dali.

Eu tinha 17 anos e ele tinha 19. Apesar da nossa imaturidade, nos dávamos muito bem. Apesar das nossas coisas, nunca tivemos uma briga de gritar um com o outro ou sermos agressivos. Sempre resolvíamos tudo em conversa. Foi um princípio muito difícil.

Arrendámos uma casa enorme, com 3 quartos. A casa só tinha uma cama e um sofá velho. Eu não tinha nada mas me sentia tão feliz! Sentia que a minha vida ia ser diferente. Digo até hoje que foi o primeiro amor da minha vida e nunca mais vou amar ninguém. O Renato [atual companheiro] é uma pessoa muito especial e pode ser que esse gostar que eu sinto um dia se transforme em amor mas aquele primeiro amor é o que fica.

O meu ex-sogro tinha uma casa de pneus e tinha uma sala vaga. O meu ex-marido era mecânico. Disse para irmos porque nos havíamos de ajeitar. Pegamos nas nossas coisas, que era nada e fomos para construir as nossas coisas. Cada coisa que comprávamos era uma vitória muito grande. Fomos crescendo. A mãe dele odiava-me, nem me podia ver à frente. Ele era o menino da mamã e quando nos casamos ela disse-me que eu lhe estava a tirar o filho.

“Em um mês perdi 20 kg porque só chorava e não comia nada.”

Casei com 56kg, tive um aborto espontâneo aos 3 meses, era uma miúda e depois disso eu tive uma depressão, ansiedade. Era uma tristeza tão grande. Comecei a engordar muito. O meu refúgio era a comida. O meu ex-marido fez-me a proposta de estudar à noite para o ajudar na empresa durante o dia. Nós frequentávamos a igreja, ele era músico. Um dia cheguei a casa porque tinha saído mais cedo da escola. Liguei-lhe, ele não atendeu e quando cheguei a casa não tinha ninguém. Liguei para um colega dele que me confirmou que não havia ensaio naquele dia. Fiquei à espera dele e quando chegou disse-me que tinha ido dar uma volta. Por fim, vi uma solicitação no Facebook dele de outra rapariga da nossa igreja. Ele tinha-se envolvido com ela.

De um casal amigo, duas pessoas compreensivas uma com a outra, tudo se transformou. Nesse dia começou a gritar, a chamar-me nomes, a dizer que tinha sido a pior coisa da vida dele. Eu não entendia. Olhava para ele e o olho dele estava vermelho, parecia endemoniado. Disse para eu pegar nas minhas coisas e ir embora. Nesse dia, dormi na casa do pai dele. No outro dia de manhã fui buscar as minhas coisas. Ele pediu-me para eu lhe fazer um café. Fiz tudo com as minhas calmas e pousei-lhe o café, dei-lhe um beijo na testa e disse “Eu vou-te amar para sempre.”

Vim 300km sempre a chorar. O pai dele, quando chegou a casa da minha mãe, agarrou nas minhas coisas e atirou tudo, parecia sacos de lixo. Cheguei numa quarta feira e na quinta feira já estava a trabalhar. Tinha saído do meu trabalho, de um dos que eu mais gostava, para ir com ele. Precisava de trabalhar. Saí de casa sem nada, fui para a advogada tentar reaver aquilo que era meu por direito e ele humilhou-me por causa de um

garfo. Foi então que eu disse que não precisava de nada porque ia conseguir dar a voltar por cima e assim foi!

Tinha uma casa com o meu irmão e a minha mãe vivia com o meu falecido padrasto. Disse à minha mãe que ia ficar um mês e depois voltar para casa. Chorava muito e quando estava em casa e a minha mãe não estava a prestar atenção, chorava também. Um dia, ela me viu e disse que me ia bater por estar a chorar por ele. Passei muita coisa.

Em um mês perdi 20 kg porque só chorava e não comia nada. Trabalhava tanto, ganhava muito pouco. Uma amiga minha convidou-me para ir viver com ela para outra cidade. Nunca tinha ido para lado nenhum e foi uma experiência! Estava a pesar 120kg. Emagreci 20kg e fiquei com 100kg. Apanhava três autocarros para ir trabalhar, às cinco estava em casa, calçava umas sapatilhas e ia caminhar para um parque com aparelhos de ginásio. Emagreci imenso mas era muito cansativo e por mais que ganhasse dinheiro, as minhas despesas eram muito grandes. A renda era muito cara, comida e transporte. Disse-lhe que ia embora porque não conseguia continuar ali. Voltei linda e maravilhosa para a minha cidade. De 120kg fui para 62kg. Comecei a trabalhar numa banca de revistas. Nunca mais falei com ele. Depois tive namoricos mas nunca duraram quase nada.

“Fui feliz com ele um mês, só.”

Tinha um casal de amigas, homossexuais, e elas tinham o projeto de ir para o Luxemburgo. Eu disse que se fossem, eu também iria. Quando fui já falava com o pai do Tomás pela internet. Ele já tinha ido ao Brasil várias vezes, tínhamos amigos em comum. Eu trabalhava há 1 ano e tal e disse ao meu patrão que queria fazer a quebra de contrato.

Disse ao pai do Tomás que ia para a Luxemburgo trabalhar e ele perguntou-me onde iria ficar. Disse que ia ficar com um casal de amigas. Ele disse que tinha um apartamento de três quartos e havia um quarto de vago. Convidou-me e eu aceitei, porque já tinha trabalho em vista. Começámos com aquela amizade que se tornou numa paixão. [A nossa relação] durou 3 anos, quase 4 anos.

Passados três meses, tentei legalizar-me no Luxemburgo só que não consegui porque é muito difícil. Então, ele disse para irmos para Portugal tentar a nossa legalização e depois voltávamos. Ele andava em tratamento, eu sabia da toxicod dependência dele mas estava estabilizada. Estava tudo bem. Tinha as suas recaídas mas isso era normal. Quando chegamos, começamos a trabalhar numa Residencial até eu engravidar. Quando isso aconteceu, ele passou a ir para o trabalho sozinho. Foi buscar os seus amigos antigos e caiu outra vez.

Quando uma pessoa quer esconder alguma coisa, no começo, se mostra uma coisa e depois a máscara cai e apenas aí vamos descobrir quem ela realmente é. O Fábio [ex-companheiro] mostrou-se um príncipe encantado e depois se transformou totalmente numa pessoa desequilibrada, agressiva. Acho que trouxe aquele sonho que tive com Diogo [primeiro companheiro] para todos os meus relacionamentos. Ser mãe, construir uma família, ter estabilidade emocional, financeira, sair, passear, viajar. Ter e ser uma família e tudo foi por água abaixo. Com o Fábio não foi diferente.

Às vezes, pensava para mim própria o que estava a fazer mas depois havia sempre aquela esperança que ele mudasse com o nascimento do filho. Quando engravidei não foi planeado, aconteceu. Estava a sentir várias dores no peito e como já tive vários cistos nos ovários, pensei que fosse outro. Fui fazer um exame e o médico disse que estava a fazer a preparação para ser mãe porque estava grávida. Caiu-me o mundo. Fiquei extremamente feliz mas ao mesmo tempo só pensava como lhe ia dizer que ia ser pai. Só olhou para mim e perguntou se estava a gozar. Ficou calado. Desse dia até ao outro não falou comigo.

No oitavo mês de gestação foi a primeira vez que me deu uma bofetada. Tinha perdido o trabalho porque faltava muito. Eu grávida, comecei a chorar porque o bebé ia nascer dentro de uns dias, ele não tinha trabalho, eu não podia trabalhar porque tinha tido o descolamento da placenta e a gestação já estava em risco. Eu disse que ele era o homem da casa e tinha de ter a responsabilidade. Sem mais nem menos, deu-me uma bofetada. Liguei para a minha sogra e contei-lhe o sucedido. Disse para eu me calar caladinha e não dizer nada. Ele tratava muito mal a mãe, fazia-a de empregada. A mãe também o criou muito mal, sempre foi habituado a ter tudo na mãozinha. Por isso, o mandar-me calar era tudo o que ela fazia porque também sofreu violência doméstica. É o típico perfil de um agressor, o pai foi e o filho também.

O Tomás nasceu e o Fábio estava na Bélgica. Veio, conseguiu um trabalho com um contrato de 6 meses. Dizia-lhe sempre que só queria que fosse o Fábio que eu conheci, aquela pessoa amável. Fui feliz com ele um mês, só. Era isso que me dava esperança de vida porque nesse mês ele foi pai e marido. Foi meu amigo, cuidou de mim. Foi extremamente diferente de tudo aquilo que ele era. As coisas foram piorando, cada dia era uma agressão mais grave do que a outra.

“Só pensava que ele nos ia matar.”

Sinto-me desiludida comigo mesma. Como é que fui tão burra? Porque planeei a minha saída de casa toda, arrumei as roupinhas todas do menino. Fui ter com a assistente

social e contei tudo. Contou-me da APAV, estive a explicar-me tudo porque eu não tinha noção que esse serviço existia. Não sabia que existia o rendimento social [de inserção], alguma indemnização por ser vítima de violência doméstica. Disse-me que se quisesse andar com aquilo para a frente, devia voltar para casa, arrumar as roupinhas do miúdo e quando lhe disser que o dia de sair seria tal, voltar.

Em maio de 2016, no dia dos meus anos, o Tomás tinha uma vacina para tomar. Era para sair de casa mas, quando cheguei, ele estava lá. Inventei que ia pedir apoio psicológico. Ele bateu-me nas costas e disse que fazia bem porque eu não estava a conseguir lidar com a situação. Avisei-o muitas vezes que um dia iria chegar a casa e não ia ter lá ninguém. Ele dizia que me matava se eu algum dia fizesse aquilo. No dia 6 de Maio, tinha-me dado uma surra, mordeu-me o braço, quebrou uma tábua de passar a ferro. Esse dia foi para esquecer e eu disse chega.

No dia da vacina do Tomás, comecei a matutar as coisas de como ia fazer. Fui à Doutora e disse que precisava de sair de casa naquele dia, então ela ligou para a diretora da APAV de Aveiro e encaminhou-me. Só me disse que não o podia deixar suspeitar de nada. Fui para uma casa de emergência em Viseu. Cheguei e o Tomás teve outra convulsão, até estive internada com ele.

Fiquei lá três meses sem um cêntimo. Depois a minha ex-sogra ligou e pediu-me para visitar o neto. Fez-me uma proposta que era voltar para o Luxemburgo porque a senhora que precisava de ajuda para tomar conta dos filhos ainda não tinha ninguém. Eu aceitei e acreditei. Voltei para casa e era uma armadilha para voltar para ele. O começo foi muito complicado.

Passado duas semanas, ele foi para a Bélgica trabalhar. Fomos falando, as convulsões do Tomás foram ficando piores e mais frequentes. Pensava para mim que tinha de continuar ali por causa do meu filho, porque não tinha dinheiro, nem trabalho. Dinheiro nunca faltou mas faltou amor, carinho, compreensão, um pai presente, o principal. Uma coisa que a família dele sempre disse foi que ele não podia ir para Portugal porque se perdia, mas uma pessoa quando se quer perder, perde em qualquer lado. O meu pensamento era voltar para a Bélgica já que ele só se portava mal em Portugal. Cheguei em Outubro e, durante 15 dias, estive tudo bem. Comecei a trabalhar, quando fui ver o dinheiro na conta, tinha desaparecido tudo. Tinha sido ele que usou para consumir droga. Foi aí que percebi que tinha mesmo de sair de casa e deixar aquele homem.

Em 2 meses consegui poupar 800€ às escondidas. Tinha de lhe dar contas de tudo, até do meu ordenado. Na véspera do Natal, consumiu o dinheiro todo que tinha na

carteira. Deu-me um estalo, agarrou no Tomás e queria ir para casa. Começou a esbofetear-me. Corri para a rua e pedi ajuda, ele pegou no carro e saiu. A GNR perguntou se eu queria voltar para a casa de abrigo e eu disse que não porque tinha a minha vida toda encaminhada.

Em Fevereiro fui ao infantário. Eu liguei a informar que se ele o fosse buscar, para não deixarem, mas não fizeram isso porque não tinham nenhuma ordem do tribunal. Quando eu fui para o ir buscar, veio atrás de mim.

Voltei para casa e, passado uma hora, estava à minha porta. Ficou a bater até às 3 da manhã. Disse-me que ia furar os meus pneus todos para não sair de casa no seguinte. Às 6 da manhã acordei, fui verificar os pneus e estava tudo bem só que me esqueci de trancar a porta de casa. Quando estava a lavar os dentes, ele apareceu e começou a bater-me tanto. Por fim, ajoelhei-me e disse que o odiava. O meu filho estava no corredor a chorar. Agarrou em nós os dois, meteu-nos dentro do carro, sempre a enforçar-me. Começou a conduzir, estava a chover. Apertou o travão de mão e o carro do lado do Tomás bateu contra um muro. A porta abriu e o cinto saltou. Só pensava que ele nos ia matar. Eu podia saltar do carro mas o meu filho ia continuar lá. Seguiu sempre em frente, entrou num estacionamento e viu um camião. Investiu de frente mas a sorte foi que o senhor conseguiu travar. Continuou sempre em frente e quando passou um semáforo, foi direto a uma linha de comboio. Consegui sair e tirar o meu filho comigo e chameio socorro. Vieram uns vinte homens em meu socorro que trabalhavam numa fábrica lá perto. Levaram-nos para dentro, ele saiu do carro e foi-se embora. Quando a GNR veio, um dos agentes tinha sido o mesmo da minha queixa de Dezembro. Até me reconheceu. Fomos para o posto, prestei outra queixa. O superior era amigo dele e não me deu valor nenhum. A assistente social veio ter comigo de novo e eu contei-lhe tudo. Ou seja, passaram-se quase 2 anos e ela disse que então ia para uma casa na qual ela tinha muita confiança.

“O abusar sexualmente uma pessoa não é só o acto.”

Eu quando não queria [ter relações sexuais], não queria mesmo. Ele dormia no quarto e eu na sala com o Tomás. Quando ele estava bem e estabilizado, era tranquilo. Não [pensei em momento algum que estava a ser vítima de violência sexual]. Mesmo que ele quisesse sem o meu consentimento, eu dizia logo não e ele saía.

Só que houve um episódio em que fiquei um bocado constrangida. Ele tinha uma namorada que fazia sexo anal com ele. Então eu, por obrigação, também tinha de fazer.

Deitei-me, tinha uma mesa de cabeceira, ele deitou-se e veio com um óleo de amêndoas. Meteu em cima da mesa e disse “Hoje vais fazer sexo anal comigo e ponto!”. Recusei e disse que estava fora de questão. Ele disse “Dizem que só se faz sexo anal com quem se ama de verdade. Se tu me amas de verdade, vais fazer.” Recusei de novo, ele foi para a sala e eu continuei no quarto.

Uma das coisas que observo muito, não só na minha experiência, mas na experiência que tenho com as senhoras de casa e não só, é a questão de ele ir para a sala, ligar o computador e assistir a filmes pornográficos. O que aquelas mulheres ali faziam, eu também tinha de fazer. Disse-lhe que não era profissional do sexo e mesmo que fosse, há muitas que não fazem todo o tipo de serviço. Mas era uma coisa que nunca me pressionou, nunca chegou ao ponto de me obrigar. Uma vez virou-se para mim e disse assim “Se tu fizesses mais sexo comigo, eu se calhar não ia à droga porque é uma substituição.”

O abusar sexualmente uma pessoa não é só o acto. É o abalar psicologicamente, o constranger, o falar de questões. O constranger, estar sempre a bater na mesma tecla também é violência. Agradeço muito a Deus pelas pessoas que coloca na minha vida. E o Renato [atual companheiro], desde o início, sempre foi muito compreensivo. Já lhe disse que a melhor coisa que podemos ser um para o outro é [sermos] amigos. Compreendê-lo e ele a mim, chegarmos a um consenso sobre o que gostamos e vamos experimentar. Saber respeitar a vontade da outra pessoa.

Enquanto os homens se acendem num estalar de dedos, as mulheres não. É algo que precisa de vir de manhã até à noite. Se ele me fez uma coisa de manhã, chamou-me nomes ou me deu um estalo, claro que à noite não adiantar vir com beijinhos e abraços.

“O meu corpo ainda estava em formação.”

Tinha cerca de 14/15 anos quando fui abusada sexualmente. Foi por um patrão e eu era criança, não compreendia, não entendia o que era aquilo. Não houve penetração mas houve toque. Quando conheci o meu primeiro namorado, que foi o meu primeiro marido, pensei “O que será que vem agora?”. Cheguei a um ano e meio de namoro e ainda não tínhamos tido nada. Quando começamos a ter relações, o ele me tratar bem foi curando, foi tirando aquela coisa de tão negativa que eu tinha. Até eu entender que existia uma forma de carinho que não era aquilo que tinha passado, demorou muito.

O meu corpo ainda estava em formação. Foram apenas duas vezes. Estamos a falar que eu tinha 14 anos e esse senhor tinha 60 anos. Ele estava sentado e tinha qualquer coisa

na cabeça. Pediu para eu ver o que tinha e quando vi, tocou-me. Afastei-me logo. Na outra vez, eu estava a lavar a loiça e ele chegou por trás e apertou-me os seios. Fiquei parada sem saber o que fazer. Se reagia ele ainda me dava um estalo ou fazia pior. Fiquei totalmente imóvel porque nem sabia o que estava a acontecer ou o que fazer.

Mais ninguém sabe. Nem a minha mãe porque eu quando trabalhava, disse-lhe que queria sair dali. E a minha mãe não entendia, mas eu não tinha amizade com ela para lhe contar. Sabia que se lhe contasse, ia dizer que era mentira minha. A minha mãe sempre foi uma pessoa muito desconfiada e o dinheiro sempre estava à frente. Por mais que eu não ganhasse rios de dinheiro, aquele tanto que levava para casa ajudava. Ainda continuei naquele trabalho até conseguir outro.

Acho que depois disso habituei-me e aprendi a crescer muito cedo. Na minha zona, naquela época, havia muitos casos desses. Foi então que abri os olhos. Quando estava só eu e ele e a mulher saía, eu inventava qualquer coisa para fazer e estar fechada até ela chegar ou ele ir embora.

Agora digo que isso é grave. Por isso digo que o ato da penetração em si deve ser muito mais grave. Claro que o toque em si já é constrangedor. Vejo tantos casos de raparigas abusadas e fico a pensar no que essas pessoas sentem. Se já para uma criança de 14 anos foi difícil, imagina para uma mulher. O que passa pela cabeça de uma pessoa que faz uma coisa dessas? É grave, é difícil, é muito complicado para uma mulher já feita passar por isso. E só penso naqueles países em que as crianças são obrigadas a casar-se e serem abusadas. E o pior é quando é a própria cultura que incita isso e não há uma lei que proteja as crianças, mulheres.

“Se me dá um estalo, pontapé, me empurra, abusar-me sexualmente é só mais um passo.”

Depois de tanta porrada que já levei, acho que já consigo reconhecer [que pode ser difícil, quando uma pessoa está numa relação, perceber o momento em que estamos a ser vítimas de violência sexual]. Se chegar a acontecer, retiro-me. Acho que a partir do momento em que uma pessoa deixa de nos respeitar, não pode ser só “Mas eu quero!”. Por isso, acho que hoje é mais fácil de reconhecer isso.

Acredito que seja a falta de amor próprio também [uma das razões pelas quais a violência sexual acontece]. Quando uma pessoa não se ama e não se cuida, se submete a

muitas coisas. Submeter-me a levar uma chapada, a ter sexo sem o meu consentimento. Se me dá um estalo, pontapé, me empurra, abusar-me sexualmente é só mais um passo.

Acredito que há pessoas que passam por isso e, infelizmente, vão passar. Porque há pessoas que têm a auto-estima muito em baixo que se contentam com muito pouco. Acho que é tão importante para nós, não só mulheres, mas homens também, nos sentirmos amados por nós próprios, sabermos o nosso valor, sabermos dizer “Não preciso disto, não me vou humilhar por causa disto.” Eu sei a mulher que sou e o que passei. Já disse ao Renato que se alguma vez me der um estalo, nunca mais olho para a cara dele.

[O] amor próprio em primeiro lugar. Não se deixar humilhar e abater por uma pessoa que não merece. Sei que é muito difícil. Digo por mim que muitas vezes dizia que não ia conseguir pôr fim à relação. Uma casa de abrigo é muito triste mas comparado com o que passamos, é um fôlego de vida.

Há também a questão da dependência financeira. As mulheres dependem muito financeiramente dos homens. Há mulheres que nem dependem deles, mas trabalham e dão o dinheiro para o marido beber ou comprar tabaco. É onde digo que há falta de amor próprio porque é uma pessoa que não depende financeiramente da outra, consegue gerir uma casa sozinha, tem tudo e mais alguma coisa para se livrar dessa situação, porquê permanecer? A auto-estima está tão em baixo, o amor próprio não existe que ficam anos.

Infelizmente, a questão da própria denúncia é muito difícil chegar ao pé de alguém e dizer “Eu sofri de violência doméstica.” Agora imagina ser “Eu sofri de violência sexual.” É uma coisa tão íntima. Acredito que seja muito mais humilhante. A violência física são marcas que ficam sempre mas se calhar é algo que conseguimos superar muito melhor do que um abuso sexual. Até pelo facto do próximo companheiro: e se eu tiver mais alguém na minha vida? E se essa pessoa fizer o mesmo? Também porque nos abrimos para essa pessoa até conseguir chegar ao patamar da relação sexual.

Acredito que há muitas mulheres que fiquem em pânico só de pensar e de imaginar. O ato da penetração ser por obrigação, um acto que tem de ser por amor, por carinho, meigo. Com alguém que a gente ama e nos trate bem. Agora fazer isso com uma pessoa que nos chama nomes, nos agride fisicamente? Penso que seja horrível.

Estive à beira da morte e se não tivesse saído [da relação], talvez não estivesse aqui para contar a minha história. As pessoas às vezes se questionam porque estão a passar pelo que estão a passar, mas tudo é para o nosso crescimento e não só. O meu testemunho de vida pode salvar outras mulheres, dar força a outras mulheres que querem sair desta situação.

3.2 “*Nunca houve grande amor.*”

“Agora é que realmente vejo que eu não era feliz.”

Tenho 37 anos. Sou Portuguesa. [O meu agregado familiar são] três pessoas, eu mais dois filhos. Conheci-o [ex-companheiro] antes de fazer o meu curso. [Tinha] 18 anos. Não [tive nenhum namorado antes], ele foi o único. [Estivemos juntos] 19 anos. [Agora sou] divorciada.

Conheci-o no meu 11º ano, na escola onde andava. Ele estava no Luxemburgo e era amigo da minha melhor amiga. Conheçemo-nos através dela. Eu disse-lhe que era de Beja e ele estava no Luxemburgo. Entretanto, mantivemos o contacto e começámos a namorar por carta. Passado um ano, ele decidiu vir para [Portugal]. Eu tinha-lhe dito: “Então pronto, ficas no Luxemburgo e eu vou para lá trabalhar. Acabo o 12º ano e depois vou.” E ele disse: “Não, não, não. Eu venho para cá, casamo-nos, ficamos aqui e tu terminas o teu curso.” Começou a trabalhar nas obras e eu continuei os estudos. Mas eu não queria continuar. Andava ele a trabalhar e eu a estudar. Fiz o meu primeiro ano de Licenciatura [em] Educação Pré-Escolar. Entretanto, decidi casar ia já para o segundo ano da licenciatura. Ele disse para eu seguir [os estudos] e eu segui o conselho. [Agora sinto-me realizada] embora esteja desempregada, porque está complicado, [mas] tenho esperança [de voltar a exercer].

Decidi ter filhos só depois de terminar o curso. Casamos, compramos casa e depois continuei a fazer a minha licenciatura. [Terminei-a] sem filhos mesmo. Só depois de terminar a Licenciatura é que decidimos fazer o nosso primeiro filho e foi quando ele nasceu. Mais tarde, em 2009, é que fiz Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Foi quando nasceu a minha segunda filha. Aproveitei e fazia tudo no estágio durante o dia para conseguir. Ele ficava com a nossa filha para eu fazer o Mestrado.

A relação nem corria muito mal. Foi mais o ano passado com uma cena de ciúmes. No entanto, a nossa relação não era assim muito... Agora é que realmente vejo que eu não era feliz. Sinceramente, via-o muito mais como um pai que nunca tive.

Ele era muito ausente. Nunca estava quase comigo. Eu chegava ao ponto de, às vezes, lhe dizer “Dá-me um beijo! Nem me dás um beijo, já nem há afeto!” e ele nada. E muitas vezes pensava para mim “A sério? Nunca pensei!” mas sentia falta.

[Ele] trabalhava, chegava a casa, almoçava e ia-se embora para a aldeia. Só via terras! Trabalhava na aldeia e ajudava muito a irmã. Tantas vezes lhe dizia “Às tantas ainda casas com a tua irmã e nós é que ainda ficamos aqui!”. Até saídas com os miúdos, era sempre eu que saía com eles porque ele nunca participava em nada. Eu cheguei-lhe a dizer [mas a reação] foi de desvalorizar. [Ele] dizia que não era verdade, que tinha de ganhar dinheiro para termos as coisas em casa, que não era só sair. [Eu também] trabalhava.

“Casei com o único namorado que tive.”

Foi mais no ano passado que [despoletou a violência]. [Foi] um desgaste mútuo. Nunca pensei que ele fosse ter este comportamento. Casei com o único namorado que tive. E casei virgem. Esperava ser feliz e que o casamento durasse para sempre. [Esperava] viver uma vida feliz e estar bem na vida.

Também tinha a ver com a educação que eu tive dos meus pais. A minha mãe foi vítima de violência doméstica e eu assistia a tudo e via muita coisa, o que também ajudou a que eu tomasse esta decisão. Acho que [isso] me influenciou na minha educação. Mas também foi daí que eu disse “Não, não vou estar sujeita a isto que a minha mãe passou, não estou para que os meus filhos vejam isto” porque também sofri.

“... ele a fazer força e eu a sentir-me pressionada.”

Agora, pensando em termos de relações sexuais, até mais recente, eu nunca queria. Ele nunca percebia porquê e eu, sinceramente, também não sei. Havia ali qualquer coisa. Sinceramente não sei, eu olhava para ele ... Porque ele era mais velho 14 anos.

Às vezes [sentia-me pressionada a fazer algo que não queria]. Eu quase nunca queria fazer [relações sexuais]. Era quase todas as semanas. E, às vezes, várias vezes por semana e eu não queria. Nunca quis ter relações depois de ter os miúdos. Depois de ter o meu primeiro filho. Nem sei como é que tivemos os nossos filhos. Quase durante um ano nem tivemos relações. Não me apetecia, dizia mesmo “Não me apetece!”. E ele dizia sempre “Mas porquê?”. [Não reagia bem] mas acabava por aceitar.

Quase sempre foi assim [desde o início]. Nunca houve grande amor. [A nossa vida sexual era] ele a fazer a força e eu a sentir-me pressionada. E ele dizia sempre como fazer, ou por cima ou por baixo e era sempre por trás. Era eu [que queria assim]. Não sei, só de costas é que eu ... Não sei explicar. Até fui à psicóloga e ela disse que seria porque assim nem teria de olhar para ele.

Mais recentemente [insultava-me]. Dizia que era porque tinha outro, [que eu] não gostava dele e tínhamos de ir ao médico. Chegou a uma altura, não recentemente, em que ele insistia que tínhamos de ir à médica ver o que se passava. Então fomos e ela chegou a perguntar se eu ainda gostava do meu marido. E eu disse que sim, que gostava.

[Ainda falei] com a minha irmã [sobre o assunto]. Ainda estava na relação. [Ela] disse que lhe acontecia o mesmo. Não me disse [mais] nada.

“Porque sou mulher tinha de o satisfazer ...”

Não [pensei que estava a ser vítima de violência sexual], não [reconhecia isso como tal]. Agora sim. Porque sou mulher tinha de o satisfazer, entre aspas. Era a vontade dele. [Acho que isso acontece muito] e agora tenho consciência de que aconteceu comigo.

[Os meus conselhos para quem esteja a passar pelo mesmo] é que mal se apercebam destas situações, saiam logo. Não deixem arrastar. Resistam. É muito importante [proceder à denúncia da violência sexual]. Os homens são aquele tipo de pessoa que eles é que sabem, porque são homens e acham que têm de liderar.

3.3 “Uma mulher não é nenhum objeto. Não é uma coisa que se usa e deita fora. É a minha maneira de pensar. Só que agora já tenho maneira de pensar, nessa altura não.”

“A minha infância também não foi assim muito boa”

[Tenho] 45 anos [e] sou portuguesa. O agregado familiar sempre fui eu mais os meus dois filhos.

A minha infância não foi assim muito boa. [O meu pai] já morreu. A minha mãe ainda é viva. Com a minha mãe tinha [muita boa relação], o meu pai nunca foi muito agarrado a mim. Os meus irmãos sempre tiveram brinquedos e eu fui a única que nunca tive nada. Ao todo, éramos sete mas já morreu um. Nessa altura, éramos sete, eu era a mais pequenina. Raparigas eram quatro e rapazes eram três.

[O meu pai] trabalhava em Lisboa, em pinturas de automóveis. Saía sempre às cinco da manhã e umas vezes vinha à sexta à noite, outras vezes vinha ao sábado. Sempre trouxe coisas para os meus irmãos e para mim nunca trouxe nada. Eu estendia a mão e ficava a olhar. Nunca me esqueci disto. A minha mãe ralhava com ele e uma vez discutiram, a dizer que ele nunca trazia nada para mim. Disse que eu também era filha dele. A reação dele não foi muito boa. Eu, depois, ía para o quarto a chorar e a minha

mãe ia atrás de mim. Cheguei a questionar a minha mãe porque é que ele, cada vez que ia a Lisboa, trazia coisas para os outros e para mim não. Eu chorava, chorava... Tinha por volta de uns 7 anos, já tinha noção das coisas. Era pequenina, mas quando era maior também foi sempre assim. Sentia-me magoada. [Os meus irmãos] viam mas não falavam nada disso. Eu também era uma criança muito triste. Na escola não se notava, mas depois, em casa, sim. [O pai] chegava a casa e dava beijinhos aos meus irmãos e a mim nunca me deu um.

“Eu fiz muita coisa desde cedo...”

Coisas boas, é assim, era a escola. Gostava [de ir à escola]. Antigamente, havia aquelas cantinas onde nós comíamos e havia lá uma senhora empregada que gostava muito de mim. Já faleceu. Ela chamava-me “a minha gatinha”. Se houvesse qualquer coisa com os meus colegas, estava sempre pronta a ajudar-me.

Tenho o 4º ano mas para todos os efeitos só tenho o 3º. Fiz o 4º ano completo, mas houve uma professora que não me passou e não me deu o diploma para o 5º ano, colocou-me no 3º. Muita gente acha estranho mas antigamente faziam isso.

Depois tive uns problemas de saúde, nada de muito grave, foi por causa da minha fala. A minha fala foi sempre assim. Nasci com o céu da boca todo aberto mas fui operada, tinha 2 anos, só que correu mal. Já foi há mais de trinta e tal anos. Eu era a mais pequenina, nessa altura, também era muito caro e a minha mãe não me queria trazer para Lisboa e já tinha os outros filhos. Correu mal a operação. Não voltei mais [à escola]. Também foi por causa de uma professora. Fiz a quarta classe toda, tinha o diploma para ir para o quinto ano, mas ela não me passou porque se eu fosse para outra escola, ninguém me percebia. Chorei imenso e a partir daí, deixei os estudos por completo. Perdi o interesse pela escola.

O meu primeiro trabalho foi numa pensão que já não existe. Era novinha, ainda não tinha 20 anos. Penso que tinha 16/17 anos mas não me lembro [bem]. Não gostava assim muito, era uma coisa muito parada, mas também não havia nada melhor. Também estive num lar de idosos. Eu fiz muita coisa desde cedo. [Agora], estou desempregada, infelizmente. Só quando estive no lar é que já não ia a casa porque já andava a namorar com o [meu ex-companheiro].

“.. e eu lá cá na esparrela”

Já tinha tido outros relacionamentos mas não foi nada sério. Tive um namorado, o Rui, que me enganou e eu vi com os próprios olhos e deixei-o. [O meu ex-companheiro] tinha 24 ou 25 anos, era mais velho que eu 5 anos e já tinha estado casado. Divorciou-se.

Ele é padrinho de um sobrinho meu. A minha irmã batizou esse filho e ele tinha ido ao batizado, juntamente com outra rapariga que era a madrinha do meu sobrinho. Ele andava interessado nela, porque ela tinha carro. Mais valia ter ficado com ela porque ela também era divorciada e hoje era um e amanhã era outro. Ele andava de olho nela mas teve azar porque não o quis. O batizado aconteceu e estava lá toda a minha família. Ele estava mais à frente e eu estava mais para trás. De vez em quando, ele lá olhava mas eu pensava que ele estava à procura de alguém. Eu virava sempre a cara!

Acabou o batizado e ele andava sempre a perguntar ao meu cunhado se sabia o meu número de telemóvel, qual era o meu nome. A minha irmã, de vez em quando, mandava umas piadas, mas eu dizia sempre que não queria saber nada, até porque ele tinha uma filha. De vez em quando havia umas festas na terra e uma vez, eu estava em casa da minha mãe e a minha irmã ligou-me a perguntar se queria ir a um baile. Perguntei com quem ela ia e ela disse que só ia ela, os filhos e mais ninguém. Acabei por aceitar, preparei-me toda e, quando lá cheguei, era ele que lá estava. Ele é que tinha dito à minha irmã para me ligar a mim. Andávamos lá na festa, eu com a minha irmã e cunhado e ele, de vez em quando, vinha para trás de mim, olhava-me de cima a baixo. Eu era magrinha, andava sempre bem vestida e tinha uma saia até ao joelho. Eu só pensava “estás com azar que daqui não levas nada”.

Primeiro, não gostei mas depois comecei a achar uma certa piada. O meu cunhado dizia-me que ele gostava muito de mim e eu dizia que não queria saber porque ele tinha uma filha e eu não gostava de homens com filhos. Passados uns tempos, já no novo ano, voltou a insistir e eu voltei a dizer que não. Andava sempre a insistir comigo. Só que ele também falava com a minha irmã e com o meu cunhado e eu lá cá na esparrela.

Ele já gostava de mim, mas eu não sabia. Parecia ser uma boa pessoa até porque as pessoas diziam bem dele e, aos poucos, comecei a gostar dele mas não foi logo. Fui caindo. Uma vez disse à minha irmã que gostava dele e ela ficou toda contente. [A minha mãe] sabia, porque uma vez a minha irmã convidou para irmos tomar café e fomos. Nesta altura, ela ainda não tinha problemas de saúde. No café, eu vinha ao longe e já o via.

Passados uns tempos é que comecei a ver, só que já era tarde demais. Depois nasceu o António [primeiro filho].

Era um grande amor. Era uma pessoa espetacular, nunca pensei. Foram 16 anos. Nunca fui casada. [Agora], estou separada do meu ex-companheiro. Esperava que ele fosse uma boa pessoa. Construir uma família, ter uma vida mais ou menos, que ele trabalhasse sempre e tivéssemos a nossa casinha. Mas era só eu que trabalhava porque ele tinha um trabalho, passados 15 dias não tinha mais e depois vinha de baixa muitos meses. Era sempre eu, tivesse trabalho ou não, que arranjava as coisinhas para os meus filhos. Quando fui operada à tiróide, ele foi-me ver e ia bêbedo. Só que eu não podia chorar por causa dos pontos, não me podia enervar. Passei uma vergonha.

[Eu] nem sempre falava. Era por causa da mãe que ele estava assim. Eu desculpava muitas vezes. Sempre acreditei que ele mudasse porque em pequenino tinha problemas com a mãe. Ajudei-o sempre, encobria-o muitas vezes. Até me prejudicava a mim para o encobrir a ele mas aos poucos comecei a abrir os olhos.

“De tudo o que me aconteceu, a única coisa boa foram os meus filhos.”

Da minha parte [a relação] foi sempre boa. Da parte dele já não tanto, uma vez estava bem, outras vezes não estava. Eu sempre disse que ele tem duas personalidades. É que agora está bem e depois já está tudo mal. Cinco minutos ou dez estava bem e depois já não. [Quando estava bem] tratava-me bem. Dava-me graxa a ver se lhe dava dinheiro. Muitas vezes mandava os filhos virem pedir-me dinheiro para ele e eu dizia que não. Ele tem cabedal para ir trabalhar porque é um homem e se quer dinheiro, tem de ir. Dizia-lhe isso e ele mudava logo. Houve diferenças no comportamento dele. A primeira bofetada que meu deu estava grávida do António.

Sempre quis ser mãe desde nova. [O meu sonho] era ser mãe, ser feliz, ter uma família, o que infelizmente nunca aconteceu. Se tivesse um namorado ou marido, que me desse filhos. Tivessem problemas ou não, tinham o amor. De tudo o que me aconteceu, a única coisa boa foram os meus filhos. Graças a Deus é a melhor coisa que tenho, tenho uns filhos bons e lindos. Nem de infância tive algo bom. É por isso que, hoje em dia, dou muita coisa aos meus filhos. Coisas que nunca tive. Sempre os protegi. Podia levar porrada de manhã à noite, que já cheguei a ficar marcada nas costas, mas nunca faltei com nada a eles. Quando disse à minha filha que nunca tive um brinquedo, ela agarrou-se a mim a chorar e a perguntar porquê e eu nunca soube explicar.

O António foi [desejado por ambos] mas a Elisa não foi muito na cabeça dele. Quando soube que estava grávida da Elisa, tive de fazer análises ao sangue e deu positivo duas vezes. Depois contei-lhe a ele. Começou a dizer que lhe destruí a vida, que tinha feito de propósito. E depois queria que abortasse, disse que arranjava maneira de fazer isso. Dizia que me agarrava pelos cabelos e me levava àquelas clínicas ilegais. E eu disse que só por cima do meu cadáver. Não chegou [a fazê-lo] mas dizia que fazia, ameaçava-me e uma vez fez isso com uma pistola. Ele sempre disse que a Elisa não era filha dele. Nunca contei isto a ninguém. Ele fechou-se comigo num quarto e disse que ou matava a mim e à criança ou se matava a ele. Nunca partilhei isto com ninguém, há muita coisa que tenho aqui guardada dentro de mim. A minha menina já sabe mas diz que não tem mal porque também não precisa de um pai destes para nada.

Ele teve [uma boa relação com os filhos]. Mas não era uma relação boa porque ele quando estava com os copos, vinha sempre às quinhentas com os filhos. Uma vez, foi antes de eu sair de casa, ele saiu com eles, foi jantar. Nunca mais vinham, comecei a ver as horas, eu ligava e os garotos já estavam aflitos que queriam vir para casa. Ele deu o telemóvel ao meu garoto, ele ligou a pedir para os ir buscar, mas eu não sabia onde é que eles estavam. Ele tirou-lhe o telemóvel e disse que não ia voltar com eles e eu disse que ia à polícia. Pouco tempo depois ligou-me a mãe dele porque ele ligou à mãe e ela foi buscá-los e foram todos para casa dela. Ela ligou a ameaçar-me, a dizer que se chamasse a polícia, nunca mais iria ver os meus filhos. Chamou-me nomes tão grandes. Mas não fui porque se saísse de casa, depois ele chegava e mudava a fechadura. Por isso é que já nem à polícia fui.

“Sentia muita vez que era culpa minha.”

Era muito raro [pedir desculpa]. Mesmo que pedisse, passado um bocado já estava outra vez. Eu nunca percebia aquela mente. Ele dizia sempre que a culpa era minha! Que eu era isto e era aquilo. Ele dizia muitas vezes que era uma demente. Ao início, nem sabia o que queria dizer essa palavra porque nunca a tinha ouvido, mas depois fui ver. Pedi ao meu filho para ir ver o que queria dizer. Então ele é que tinhas os problemas e eu é que era a demente? Eu dizia-lhe que demente era ele e a família dele. Então ele quando falava mal da minha família e dos meus, eu também dizia dos dele. Não queria mas também tinha de dizer.

Sentia muita vez que era culpa minha. Cheguei a culpabilizar-me para ver se já não havia mais problemas e mais confusões. Tantas vezes para ver se ele se calava porque

já não conseguia ouvir a voz dele assumia que a culpa era minha e mesmo assim não valia a pena.

Várias vezes [me senti forçada a fazer algo que não queria]. Ele nunca ligava ao que eu dizia. Quando ele queria alguma coisa, eu dizia que não, não e não. A partir daí, ele ofendia-me, batia-me e [acontecía na mesma]. Na altura, eu não tinha noção. Se fosse hoje, já não deixava. Metia-me nojo. Tinha vergonha. Nunca contei a ninguém.

Para aquelas mulheres que ainda estão a passar por isto, que fujam o mais rápido possível e peçam ajuda e denunciem. Só que, infelizmente, a ajuda não vem logo. Eu também pedi tantas vezes ajuda e nunca quiseram saber. Tantas vezes pedi ajuda à polícia. Por isso é que fiquei mais tempo.

Não percebo [as razões pelas quais a violência sexual acontece]. Talvez porque o homem vê a mulher como um objeto e ele é o dono dela. Não sei, não sei explicar. Na maneira de pensar do homem, deve ser assim. A mulher é que está em casa de manhã à noite, quando ele chega ela tem de estar pronta para ele nesse sentido. Uma mulher não é nenhum objeto. Não é uma coisa que se usa e deita fora. É a minha maneira de pensar. Só que agora já tenho maneira de pensar, nessa altura não.

3.4 “Ele dizia que eu era diferente das outras, era uma mulher que não prestava, nem para a cama, nem para nada.”

“Estive 20 anos debaixo do domínio dele.”

[Tenho] 55 anos [e] sou Portuguesa. [Tenho] o 6º ano. Neste momento, [estou] desempregada. [Sou] divorciada [e o meu agregado familiar] sou eu mais o meu filho.

[O meu primeiro relacionamento] também foi um relacionamento de violência doméstica, saí de casa porque já não aguentava mais. Estive 20 anos debaixo do domínio dele. Bebia muito, era desconfiado. O meu filho mais velho era mongoloide e ele dizia que os filhos não eram dele. Ele é que fazia a lista para as compras. Andava sempre a ameaçar-me, sempre atrás de mim.

Uma vez, inclusive, fechou-me e à força toda e tentou mesmo violar-me. Mas eu resisti. Os meus filhos estavam no quarto. Ele vinha para me “coisar” e eu dei-lhe um murro, abri a porta e fugi. Ainda tentou várias chantagens, mas nunca conseguiu nada. Chegou a espancar-me, a chamar-me nomes, tudo.

Libertei-me porque tive uns padrões que foram uma jóia para mim, porque me ajudaram muito. Fui a Tribunal e a situação ficou por ali. Tive também uma advogada

que foi excelente e eu consegui sair da relação. Desse casamento tive 2 filhos. Vai fazer 20 anos que saí de casa. Graças a Deus, separei-me dele. Ele não queria dar o divórcio mas eu lá consegui. Muitos anos a batalhar pelo mesmo. Depois estive bastante tempo sem ninguém, até porque eu dizia que não queria mais ninguém, até que apareceu-me este último [ex-companheiro].

“Foi muito diferente da primeira [relação] mas igualmente abusiva.”

Este último foi inesperado. Pensei que ia ser diferente. Tive uma surpresa negativa. Foi muito diferente da primeira [relação] mas igualmente abusiva. Já dava uns bons livros! Conheci-o em São João da Madeira. Eu tinha saído do primeiro casamento, era divorciada. Estava muito em baixo, tinha falecido o meu sogro.

Quando o conheci, era como um bom amigo. As minhas amigas sempre me diziam que ele gostava de mim mas neguei até porque não queria ninguém, podíamos sair mas em grupo, nunca sozinhos. Ele ajudou-me imenso, eu já estava separada há dois anos. Dizia que era solteiro. Tudo muito bem, gostava dele como um bom amigo, não mais do que isso. Tanto andou que lá conseguiu. Insistiu tanto que eu comecei a gostar dele também. Ele queria [casar] mas eu não quis.

Ele era pouco de estar com uma mulher mas, graças a Deus comigo ele melhorou muito. Até a senhora [que o criou] dizia que ele mudou da água para o vinho. Juntamo-nos e ele foi trabalhar para o Algarve e eu fui com ele. Engravidei lá e nos primeiros meses foi tudo muito bonito. Nos inícios sempre me tratou bem, era uma coisa diferente.

“Só me começou a bater quando começou as coisas com essa mulher.”

Depois disso foi começando a mudar. Vim a saber de situações que nunca tinha sabido. Ele tinha já um comportamento que eu não sabia: mulherio, andar de noite, dizer que era solteiro. Comecei a apanhar-lhe mentiras atrás de mentiras. Ele escondia o telemóvel.

Como ele trabalhava de noite, houve umas situações que começaram a mudar a nossa vida. Comecei a apanhar coisas que para mim não me agradaram muito, porque fui eu, ele e mais duas moças que lhe arranjaram trabalho. Ele andava a trabalhar para ele, para mim e para essas raparigas. Eu nessa altura não podia trabalhar, não conseguia arranjar trabalho. Até que ele andou, andou e arranjou-me trabalho mas como eu andava de bebé e me sentia mal, pouco fazia. Ele era o meu chefe de trabalho.

Antes de o apanhar nessas tais situações, ele teve um acerto de contas e foi espancado. Eu nem sabia bem o que se passava. E aí começou a nossa vida a complicar-se. Mas não foi por ele, foi por causa dessas duas moças. Houve histórias que não se encaixaram noutras verdades. Depois ele começou a dizer que andava a trabalhar para me manter e eu disse que não. E ele disse que não era para me manter a mim mas às outras. Uma dessas também andava de bebé do mesmo tempo que eu.

Estava já no fim do tempo, 8 ou 9 meses quando ele foi novamente espancado e eu jurei que não queria ficar mais e quis ir embora. Fui para casa da mãe que o criou. Aí ele foi trabalhar para fora com familiares. A mãe verdadeira tentou abordar o que queria falar comigo mas como eu estava na casa da mãe que o criou, elas não se davam e começaram ali as complicações também comigo. Foi só esta senhora que me ajudou, foi ela que andou comigo para trás e para a frente, para médicos e assim. Agradeço muito a essa senhora que o criou porque me ajudou sempre. O pai e tudo, foi como se fossem os meus sogros. Lógico que ele tinha a mãe dele, mas ela não queria saber dele e dizia muitas coisas contra ele.

Ele estava habituado que eu trabalhasse para ele porque só estava metido em casa. Depois fiquei desempregada e ele arranjou trabalho. Fui pedir ajuda à Segurança Social que me ajudou, deu-me o rendimento social. Ele estava desempregado e ao mesmo tempo fazia biscates e a técnica disse que enquanto não fizer declarações para a Segurança Social, vai-se andando assim.

O pai da mãe que o criou tinha um filho na Alemanha e precisou que a mãe fosse tomar conta do filho nas férias. Como a senhora se aleijou e não podia ir, pediu-me se podia eu ir e eu aceitei, mas o Paulo [filho] tinha de ir comigo. O menino já tinha 6 aninhos e ela disse que o menino ia ficar com ela durante o mês de Agosto porque não podia ir e em vez de ficar na casa onde nós estávamos, que era um apartamento, e como ele [o pai] trabalhava com o marido, ficava lá enquanto ele ia trabalhar.

Fui para a Alemanha trabalhar aquele mês e foi muito difícil para mim. Foi muito duro, está muito marcado. Foi a altura mais dolorosa da minha vida porque vim a saber coisas que se tivesse um avião, vinha logo. Ele saiu da casa da mãe, foi para um apartamento, andava metido com uma vizinha. No dia dos meus anos eu ligo para falar com eles. Falei com o meu filho mas chorei muito. Disse que queria muito estar à sua beira e ele disse que tinha uma coisa para me contar. Nisto, chega o pai e ele não me disse. Eu já pressentia alguma coisa. Passou o telemóvel a uma mulher. Aquilo bateu-me tão forte e eu gelei.

Entretanto, o telemóvel foi de novo parar ao meu filho e eu insisti para que ele me contasse e ele disse que a mulher que tinha falado comigo ao telemóvel estava em nossa casa. Liguei ao meu cunhado e pedi que ele me arranjasse voo para ir embora. Depois liguei à mãe dele e ela respondeu que, passados 2 dias de eu ter partido, ele foi-se embora. Mal cheguei, o meu filho veio ter comigo, abraçado a mim e a chorar, mas eu já vinha com toda a certeza daquilo que se tinha passado, só que o meu menino contou-me tudo: que o pai namorava com outra mulher e que essa mulher tinha dormido em casa com ele muitas vezes e ele próprio os tinha apanhado bastantes vezes na cama.

Só me começou a bater quando começou as coisas com essa mulher. Cheguei num dia 5 e ele no dia 19 ia para a Alemanha. Continuou sempre a ter contato com ela mas negou sempre tudo. Passado um tempo, voltou. Nem dinheiro para o nosso filho mandava. Discutimos muito pelo Facebook e disse-lhe que tinha muitas dívidas que ele me tinha deixado. Ele disse que vinha cá para me tirar o menino e foi quando eu comuniquei à Proteção de Menores. Nessa altura senti-me muito mal e fui parar ao Hospital. Ele acompanhou-me, mas dizia sempre que eu era apenas a mãe do filho dele. Foi muito complicado. No dia em que eu saí do hospital, vinha de gatas porque estava cheia de medicamentos e ele deixou-me no meio da rua. Os carros paravam a buzinar.

Quando cheguei a casa, ele estava à porta com o meu filho e eu disse que ele só ia embora por cima do meu cadáver. Disse-lhe que se não queria estar connosco, também não iria entrar mais na nossa casa e ele virou-se a mim. Para me defender, peguei numa faquita da cozinha e espetei-lhe. Foi pena não ter espetado mais. Já estava perdida, estava por tudo. Toda a noite chorei, sofri com o meu filho porque estava a dormir no chão com o menino. Nem se importou se estávamos bem ou não. Só queria saber da outra. O menino queria o pai e [na altura] tinha 8 anos. O meu filho sofreu bem. Ele simplesmente teve aquele filho por ter, enquanto eu nunca faltei com nenhum compromisso em relação ao miúdo.

“Perdoei-o pelo meu filho e não por mim.”

Passou-se uma semana e foi aí que ele me veio bater à porta para pedir desculpa. Perdoei-o pelo meu filho e não por mim.

Eu trabalhava numa cantina de uma escola, a distribuir sopa às crianças e uma vez o Presidente da Junta de Freguesia chamou-me porque eu andava sempre triste e chorona. Conte-lhe tudo e ele disse que todos nós errámos e Deus que é Deus perdoa. Ele queria que eu perdoasse o pai do meu filho porque tinha sido a primeira vez e o perdão só faz

bem. Andei a moer aquilo durante uns tempos e depois o meu filho também insistia a dizer que gostava do pai e queria o pai. E assim foi. Ele admitiu que errou, que me queria pedir perdão, porque não sabia o que se tinha passado com ele.

Voltou a viver comigo, mas impus duas condições: portar-se como um homem e saber ter um filho. E também arranjar trabalho. Eu já trabalhava, ele arranjou um emprego mas depois cansou-se facilmente. O irmão ainda andou atrás dele porque ele abriu contas na Alemanha e tinha de lá estar legal. Ou seja, veio sem resolver nada e as coisas estavam a acumular. Isto foi um pretexto para ele não voltar lá mais, só que passados dois meses resolveu que tinha de lá voltar. Tornou a ir [depois de já estar a viver de novo comigo]. Ele estava bem, ganhava bem, 320€ por semana e meteu-se com uma estrangeira. Nunca me mandava dinheiro. Eu estava sozinha com o meu filho no colégio e andava para baixo e para cima com muitos problemas. Isto já da segunda vez.

“Dizia à boca cheia que eu, como mulher, era um nojo.”

Começou a tratar-me mal quando voltou da Alemanha. Vinha para, mais uma vez, levar o meu filho mas não conseguiu. Tiveram reunião na CPCJ. Ele disse que tinha muito dinheiro mas nunca teve porque destruiu tudo. Tudo o que ganhava, gastava. Enquanto cá estava deixou de trabalhar e andava eu a pagar as coisinhas e ainda tinha de pagar uma dívida dele.

As coisas começaram a complicar e ele ameaçou-me várias vezes e abusou-me várias vezes, psicologicamente e muitas coisas mais. O dinheiro que eu ganhava era só para ele. Comecei a não aguentar porque para não lhes faltar nada a eles, não comia. Muitas vezes [abordei com ele tudo o que me magoava]. Ele dizia que eu era diferente das outras, era uma mulher que não prestava, nem para a cama, nem para nada. Sempre a humilhar-me. Eu sabia que ele dizia aquilo porque as outras faziam aquilo que eu não fazia. Cheguei a dizer-lhe que era por isso que ele se tinha juntado à outra badalhoca que andava com todos os homens. Ele devia lá ficar, se eu não prestava na cama, nem como mulher. Dizia à boca cheia que eu, como mulher, era um nojo. Na cama, na vida de casa, em tudo. Daí em diante as coisas pioraram sempre.

“Fazer-me a mim é uma coisa, no meu filho é outra.”

Foi quando pedi ajuda às doutoras e elas disseram que se eu queria o meu filho, tinha de fazer assim. Foi quando saí. Ele continuava a dizer que eu é que andava tola, dizia a toda a gente que eu é que estava passada da cabeça, tirou-me muita coisa de casa,

partia-me tudo, fazia escândalos e depois dizia que era eu. Foi quando ele bateu no meu filho e aí eu disse “chega”. Fazer-me a mim é uma coisa, no meu filho é outra.

Não foi fácil e digo-lhe uma coisa: se não fosse as pessoas que eu tive do meu lado, eu não conseguiria. Foram elas e também pela força do meu filho. Se não fossem eles, eu não estava cá. Muitas vezes me arrependi de ter saído porque tudo que era meu, eu perdi. Mas pela minha liberdade e do meu filho ... [Foram] 15 anos.

[Só] esperava criar os meus filhos, ter o meu espaço, ter o meu trabalho. Não era pedir muito. Mas não foi o que aconteceu em nenhuma das duas relações. A primeira era apenas casa-trabalho, trabalho-casa. Com o segundo já era diferente. Eram diferentes tipos de manipulação. No fundo, só estava com ele por causa do meu filho. Só que cheguei a um ponto que pensei: ele não tem pena de mim, não tem do filho, não faz nada por nós, tenho de olhar por mim!

“Ele ia aos sites pornográficos, punha os vídeos a dar e queria que eu fizesse o mesmo.”

Várias vezes [me senti pressionada a fazer algo que não queria] em ambas as relações mas mais na última.

Ao longo do tempo [a nossa vida íntima] começou a ficar mais grave. Começou a esmorecer. [Ele] não era violento, era mais com palavras. Dizia que não entendia como é que eu era uma mulher fria na cama e eu respondia que era assim por causa dele. A saber que ele saía, várias vezes, durante a noite, a saber que ele estava muitas vezes com outras mulheres, o que é que ele queria? Queria que eu fizesse como elas. Eu dizia que não.

Ele ia aos sites pornográficos, punha os vídeos a dar e queria que eu fizesse o mesmo. Eu não via porque tinha nojo. Dizia-lhe que não ia fazer nada daquilo, nem ver nada porque odiava aquelas coisas. Elas não tinham culpa, era ele. Ele dizia sempre que eu era diferente delas. Sempre a humilhar-me com base nisso. Eu não fazia mas por aquilo que ele dizia, as outras sim. Eu era diferente das outras mulheres nesse sentido.

Dizia “Pois não queres, já estás farta de levar nele”. Estava sempre a implicar que eu tinha outros homens. Mas ele sabia bem o que eu fazia, até porque quando deixei de trabalhar, estava era em casa. A tratar da vida de casa e a tratar do meu filho. Tantas vezes ele ficava em casa a dormir porque não ia trabalhar e era só isso que eu fazia.

Comecei a resistir mais quando ele começou a dizer que eu era diferente das outras. Uma vez tentou mesmo [obrigar-me a ter relações] mas resisti e disse que ele podia ir ter com elas. Ele foi mesmo mas, quando chegou a casa, pediu-me desculpa, só

que comigo não adiantou nada. Chegou ao ponto de me dizer “Pois, tu com os teus amantes talvez faças as coisas” e aí comecei mesmo a bater o pé.

Muitas vezes ele queria e eu dizia que não. Ele virava o rabo, eu também e ficava assim. Outras vezes, até cedi e tive relações com ele mas sem querer mesmo, apenas para não haver barulhos e discussões. Fazia a relação, o resto não. Tantas vezes fazia só para ele se calar e me deixar em paz. Mal ele terminava, eu ia a correr para a casa de banho para tomar banho porque tinha nojo. Tantas vezes eu preferia dormir no sofá do que ter de ir para a beira dele porque ele para mim já era uma pedra, era como se não estivesse ali ninguém.

Para os fins da relação foi sempre assim. Era sempre um sacrifício para mim e eu não tenho problema nenhum de o dizer. Ele nunca teve em conta aquilo que eu queria, nunca se preocupou. Eu já estava cheia. A voz dele, a maneira dele me tocar já me enojava. Eu já estava cheia de o ouvir, cheia de o ver.

“Tinha muita vergonha mesmo.”

[Na altura] não reconhecia isso com violência sexual, porque nunca tinha ouvido falar disso em lado nenhum. [Agora] reconheço. Quando ouvia falar disso, fugia. Não achava um assunto interessante. Depois havia muitas vizinhas minhas que falavam disso e eu achava que era um nojo as coisas que faziam com os seus homens. Sentia-me mal e constrangida. Até porque ele se gabava e falava disso em frente às outras pessoas para me humilhar.

[Achei ser algo que acontecia fora das portas] mas dentro do casamento também há essa obrigação. Ele não era meu marido, mas era o meu companheiro. Mas não é fazer as coisas como eles querem, à vontade. Acho que tem de ter maneiras e horas para tudo.

Para mim não foi [fácil reconhecer como violência sexual]. Há muita maneira de fazer violência sexual. Nunca [conversei com ninguém sobre o assunto]. Tinha vergonha. Tinha muita vergonha mesmo. Explicar [porquê] não sei bem, mas que a sentia, sentia.

Pedir ajuda é mesmo o mais importante. Já me disseram várias vezes para eu sair e eu custava-me muito porque só pensava no meu filho. Não sabia o que fazer à minha vida porque não tinha ninguém, nem sabia para onde ir. E depois a vergonha... Tinha mesmo muita vergonha. Fechava-me dentro de casa, tinha vergonha de sair à rua. Tentava o mais possível não sair de casa para ninguém me ver. Mas saí de casa pelo meu filho. E sempre me disseram que não era só por ele, era por mim também.

3.5 “O sentimento era inexistente, ele é que ia atrás.”

“Eu já vinha de uma família que sofreu de violência doméstica.”

[Tenho] 19 anos. [Sou] Portuguesa e [tenho] o 9º ano. Estudei até ao 11º. Quando cheguei ao secundário fui para curso profissional de restauração. Tenho duas irmãs, sou a do meio. Tanto eu como as minhas irmãs sempre fomos boas alunas, passamos os anos todos, éramos sempre das melhores alunas. Foi porque engravidei [que não continuei os estudos]. [Neste momento] estou desempregada. [As minhas ambições são] voltar a estudar, principalmente. Vou entrar num curso profissional, seja o que for que haja para entrar mais rápido e depois logo se vê. Sou solteira e [o meu agregado familiar] sou eu mais o Dinis, o meu filho.

Eu já vinha de uma família que sofreu de violência doméstica. A mesma história modelo de violência doméstica, em que a mulher não acreditava, a minha mãe, que era vítima, mas como os outros casos todos, foi sempre igual. Nunca conheceu outra coisa. É uma história padrão de violência doméstica, não teve pai, conheceu-o aos 15 anos, aceitou tudo. Tinha de fazer o que ele [pai] mandava, ser submissa, [ele] zangava-se do nada. Quando se zangava com uma das filhas, com ou sem razão, ela não podia dizer nada. Às vezes até dizia que ela era como qualquer outra filha, não tinha qualquer mando. Ele era instável. Como o meu agressor. Tanto está bem, como depois está mal. Tínhamos todas de estar caladas e com medo, porque podia partir para a violência física mas muito raras foram as vezes em que partiu para a violência física. E para a minha mãe também, muito raramente. Era sempre psicológica e sempre a ameaçar.

A minha mãe descobriu as traições para além da violência doméstica, o que foi desde sempre. Sempre o conheceu e viveu assim. Quando descobriu isso, eu e as minhas irmãs incentivamo-la a divorciar-se porque ela não conseguia, não tinha força, coragem. Como todos os agressores, o meu pai andou atrás dela, era só ameaças que a ia matar. Nós fomos viver com ela. Depois queria voltar para ela durante o divórcio! Nunca aceitou até começar a aceitar. Até ela não dizer mais nada. Mas entretanto, ainda voltou para ele uns dias, depois separou-se de novo.

“(...) fiquei numa situação mais sensível da minha vida (...)”

Entretanto, quando tinha 15, 16 anos, conheci o agressor que vivia na casa ao lado. Foi quando os meus pais começaram o divórcio. [A relação durou] sensivelmente três anos. Aos 15 ainda era aquela amizade, começámos a namorar aos 16. Foi a primeira

relação a sério que tive. Era um bairro pequeno e ele conhecia algumas pessoas da minha idade que, por sua vez, andavam comigo na escola e então conhecemo-nos dessa maneira. Nessa altura, em que eles se divorciaram, eu já era amiga há uns 6 meses do agressor. Entretanto, fiquei numa situação mais sensível da minha vida porque para além de um divórcio normal dos pais, que já é difícil de lidar, era uma situação também de violência.

Nessa confusão toda, dei mais confiança e acabei por namorar com o agressor. Mas foi por estar numa situação assim porque era uma pessoa com quem nunca teria nada. Ele já usava drogas há muito tempo. Era aquele tipo mais velho, na altura, dez anos. Para alguém de 15 anos, era muito mais velho. Então foi aí porque antes da altura do divórcio dos meus pais, já o conhecia e ele já queria ter alguma coisa comigo e eu dizia sempre que não. A minha mãe tinha [conhecimento da situação]. Ela via-nos, porque eu ia ter com ele ao pé de nossa casa. Também não lhe escondia. Isto aconteceu numa fase da vida em que toda a família estava instável. O meu pai e a minha mãe não estavam a ser pais para mim porque estavam muito ocupados com a situação deles. Se não se tivesse passado essa situação, as coisas teriam sido de outra maneira. Porque eu já só estava com a minha mãe e não estava naquele agregado familiar em que o pai é que manda nas filhas e a situação não iria acontecer.

“Aos poucos, à medida que foi ganhando confiança, foi-se mostrando mais.”

Saí de casa depois de fazer 18 anos. Fomos viver com o pai dele e a madrasta e depois, só em Julho do ano passado, é que fomos viver os 3. Aos poucos, à medida que foi ganhando confiança, foi-se mostrando mais. Tinha menos preocupação em demonstrar aquilo que não era.

Apenas uma vez [me agrediu fisicamente]. Era maioritariamente violência psicológica e verbal. Foi em 2016, ainda quando os meus pais se estavam a divorciar, pela situação dos meus pais serem assim instáveis, eu e as minhas irmãs ficámos na CPCJ. A minha mãe falou que eu tinha esse namorado mais velho e não gostava. Claro que foram logo falar comigo sobre isso. Acabei logo com ele e disse que era melhor sermos amigos, porque não queria mais problemas, porque os meus pais já estavam naquela situação e a psicóloga estava a colocar este problema.

Aí foi a primeira situação em que se mostrou instável, que se mostrou agressivo com um comportamento fora do normal. Ficámos separados durante mais algum tempo mas como ele era muito insistente voltámos a falar aos poucos. Aparentemente aceitou mas depois começou a mandar muitas mensagens, a dizer que queria falar sobre a nossa

situação, que não podíamos terminar só porque a minha mãe queria, só porque a CPCJ mandou. E não aceitava a minha decisão. Apenas insistia cada vez mais. Ao menos se não era para voltar, era para ir falar com ele. Ameaçava[-me]. Às vezes não era ameaçar, era falar a bem mas mesmo muito insistente.

Uma vez estava na rua, antes de ir para casa e ele começou a mandar essas mensagens. Ele disse que ia encontrar onde quer que eu estivesse ou então ia ver a casa porque sabia qual era. Disse que ia bater à porta e falar com quem tivesse que ser. Entretanto, encontrou-me a meio do caminho e foi igual. Disse-me tudo aquilo de maneira agressiva mas nesta situação ele já nem sabe o que diz. Apenas sabe que quer gritar, mesmo que eu fale calmamente. Foi a primeira situação e depois são todas iguais. É sempre a mesma coisa; por uma situação, está bem, está calmo e depois chateia-se por uma coisa que, nós, pessoas normais, não nos chateamos. Às vezes porque acordou maldisposto, alguma palavra que ele não gostou.

Muitas vezes [abordei junto dele o que me magoava]. Dizia que assim não dava e então para parar, mas ele dizia que era mais forte do que ele fazer isso. Após uma das crises, ele pedia desculpas e dizia que não estava em si. Dizia que não se lembrava, tanto comigo como com as outras pessoas. Eu dizia para ele ir ao médico, dava-lhe esse conselho mas ele cortava-se sempre, à última da hora. Eu, com 15 anos, também não era fácil estar a mudar o pensamento dele para fazê-lo ir ao médico e ainda marcar consulta.

Havia [sempre uma tentativa de desculpabilização por parte da família], na medida em que, sempre que tinha crises, nunca havia uma reação. Nunca o colocaram fora de casa, de parte. Talvez por acharem que no mundo real não sobrevive. Se o colocarem na rua vai ser um mendigo. Por saberem isso é que não podem fazer mais nada. Têm consciência, chateiam-se mas de seguida não tomam uma ação.

Por causa disso tudo, não havia expectativas [face à relação]. Aconteceu o que aconteceu. Talvez não seja como uma pessoa que esteja nesta situação aos 40 anos onde as expectativas já são casar ou ter filhos, ter uma casa. Eu não tinha nada dessas expectativas. Era um dia de cada vez. O sentimento era inexistente, ele é que ia atrás. Era ele ser bastante insistente e eu, como estava nessa situação, não ter tanta força e paciência para o afastar.

“Se eu não quisesse mesmo [o bebé,] tinha abortado.”

[Fui mãe] aos 17 anos. Foi desejado da parte dele. Não [era algo que eu queria naquela idade]. Depois do normal, de ter dúvida se ficava com a criança ou não, admitiu

que tinha feito isso para eu ficar com ele. Disse-me que ia arranjar casa e trabalho, mas isso era para segundo plano. O que importava mesmo era não abortar.

Tentei entrar mais na linha no sentido de, em vez de lhe fazer o ultimato que ou ele se portava bem, ou aquilo acabava, fui tendo paciência. Estava a tentar ver que ele entrasse na linha, mesmo que isso não acontecesse. A cada crise que tinha, o que foi sempre igual durante a gravidez, eu achava que, em parte, a culpa também era minha. Não era culpa dele fazer as coisas, mas da maneira que via, era um pouco mais grave do que era porque estava grávida e toda a gente sabe que as grávidas ficam todas mais emocionais, mais sensíveis. Então pensava que a culpa também podia ser minha. Não das coisas que ele fazia, porque há muitas vítimas que acreditam que a culpa é delas, como eles as fazem acreditar. Eu não achava isso. Sempre achei que ele era responsável pelas suas ações, mas via as coisas de maneira mais dramática do que eram.

Se eu não quisesse mesmo [o bebé], tinha abortado. Ou mesmo que já não tivesse na data para abortar, há mil e uma maneiras da pessoa sozinha abortar. Mas ele queria, é claro. A minha mãe também. Na altura vivia com ela. Disse que devia ficar com a criança. Hoje em dia, aos 17 anos, pode haver pessoas que falem mal ou achem mal, mas daqui a um ano ou dois eu já ia ter 19 ou 20 anos, o que já é uma altura totalmente compreensível para ter filhos e poderia arrepender-me para sempre de ter abortado. Disse que me ia ajudar sempre e que não era por o dinheiro ou eu não trabalhar. Já estava sozinha, sem pensão de alimentos para mim ou as minhas irmãs. Mais um era igual. O meu pai só soube quando já estava de 6 meses. Mas depois aceitou bem. No início nem sabia por isso não teve a opção de dizer alguma coisa. Também tinha pouco contacto comigo e não queria cortar isso.

“Fui deixando de ter coisas com ele, até não ter completamente.”

Ao longo do tempo, eu já não queria ter nada com ele [a nível sexual], mais para o fim. Nem dessa maneira, nem de nenhuma outra. Já estava a tentar sair de casa. Fui deixando de ter coisas com ele, até não ter completamente. Ele chateava-se porque queria mas por eu dizer que não, não me forçava. Ficava chateado e eu deixava-o para lá. Não [pensei em momento algum estar a ser vítima de violência sexual].

Acho que [pode haver dificuldade por parte das mulheres que estão numa relação de intimidade em reconhecerem que estão a ser vítimas de violência sexual], porque as mulheres quando estão numa relação nunca querem admitir que estão a ser vítimas, nem para elas próprias, por isso é que a relação dura tanto tempo. Depois aquelas que ainda

estão na relação e ainda gostam, é porque não querem ver a dimensão do problema, não querem ver o quão mau o agressor está a ser ou o quanto as está a desrespeitar.

Tinha uma amiga que dizia que nunca foi vítima de violência sexual, que o namorado nunca fez nada, nunca a violou. Mas ela nunca teve a noção que quando dizia que não, ele batia-lhe. E era tanto que podia chegar a matá-la se continuasse a negar. Ele não chega ao pé dela e não a obriga, mas vai pedindo, vai-lhe batendo até acontecer. Cheguei a dizer-lhe que isso era igual a violar. Ela não me respondeu, também não admitiu. Nem para ela própria, porque se estivermos a falar entre amigas, não há problema nenhum em admitir. Ela gosta dele e não quer ver.

“É assim que já morreram não sei quantas mulheres.”

Falam muito da violência doméstica porque é o que se vê. Estamos também a tentar mudar essa consciência para que a [violência] psicológica também seja, mas muito a ideia que há, pelos advogados, pelo tribunal, é que a violência doméstica é só levar porrada. Uma mulher que leva porrada fica chateada, fica triste mas sabe que está a ser vítima. Psicologicamente, há muitas que não conseguem distinguir ainda. É essa a ideia geral que a sociedade tem.

Mas na violência sexual como não há uma explicação, então violência sexual é ser violada, é ir diretamente e violar. Por exemplo, nessa minha amiga, ele bate-lhe se ela não fizer. Ela não acha que é [violência sexual]. Como leva porrada, sabe que é violência doméstica, mas não tem noção que também é sexual. Por isso, sem dúvida [que considero ser importante que as mulheres procedam à denúncia].

No caso da minha mãe, ela passou por mentirosa. Era vítima, disse ao tribunal. A juíza, que até era uma senhora, perguntou se o marido a violava diretamente e se a obrigou a fazer algo. Inclusive, fez-lhe pressão a mencionar que não podia nunca mentir em tribunal. Questionou mesmo se o meu pai a agarrou diretamente e a violou. Mas a minha mãe teve coragem e enfrentou o agressor, que vive na mesma cidade, que a ameaça constantemente. Ela que nem carro tem e anda a pé, teve coragem de, em frente a ele, dizer que sim, que era violência sexual. Porque era! Mas a juíza ainda perguntou aquilo assim e a minha mãe passou por mentirosa porque não ficou nada provado. Ele, por se estar a tentar defender, afirmou que nunca a tinha violado. Então, a juíza voltou a fazer a mesma pergunta e a minha mãe foi obrigada a dizer que não porque, ao contrário dele, não está habituada a ser manipuladora e foi colocada entre a espada e a parede com uma pergunta dessas.

Como é que ele saiu impune? Havia situações de violência física e sexual e até havia testemunhas e não lhe aconteceu nada. Nem pena suspensa, nem uma medida de restrição ou afastamento. Com o tempo cada um foi à sua vida, mas podia não ter sido assim. É assim que já morreram não sei quantas mulheres. Depois ainda questionam como há mulheres que não dizem nada. Essas juízas, não foram elas que sofreram e talvez nem conheçam alguém que tenha sofrido. Todos os dias, juízes e juízas tomam decisões que afetam muitas vidas e vão perdendo a sensibilidade a humanidade.

As pessoas, quando estão numa guerra ou quando estão em grupos e há um problema, são sempre os mais fortes que ganham, como na Natureza. Isto é um crime que é sempre feito contra os mais fracos, os mais frágeis, ou aqueles que têm menos hipóteses de se defender, por isso é que são vítimas. Por isso é que isto está assim há tanto tempo e há muitos progressos aos poucos. Se a pessoa se soubesse defender bem, agia no momento. Como não age logo, temos de esperar que os outros vejam, que algum vizinho faça queixa, que a pessoa vá ganhando força. Nesta época em que estamos a mudar mas ainda não mudamos, é pior porque depois há aquela ideia de que as mulheres agora têm tudo do lado delas, o feminismo. Aquela ideia de que qualquer uma se pode fazer de vítima. Os advogados que são machistas e querem ficar do lado dos homens, aproveitam-se disso.

“Se pensamos em sair uma vez, não é sem motivo.”

Uma pessoa que não esteja muito dentro do assunto vê todos os dias, em 2019, nas notícias, no programa da manhã e tarde, violência doméstica. Então pensam que estão a dar muita importância, talvez até demais e estão a dar muita voz a isso assim do nada ou até a falar-se tanto deste tema, se calhar até há mulheres que não são vítimas e passam por vítimas e os homens estão a ser culpabilizados demais. Na verdade, ainda não existem grandes avanços feitos ou quase nada.

Não vale a pena pensar duas vezes se ficam ou não na relação. Se pensamos em sair uma vez, não é sem motivo. Nunca acreditem no que eles dizem ou se inferiorizem porque se fosse verdade o que eles dizem, mais gente o diria. Muitas vezes a mulher que sofre de violência doméstica, a maioria das vezes, no meu caso, no da minha mãe, nas mulheres que já conheci na casa, é a típica mulher que aceita tudo. Ninguém tem nada a dizer dela no trabalho, seja onde for, porque não levanta problemas com ninguém. Nunca aceitar ou acreditar naquilo que eles dizem. Mas todos os dias a ouvir que não prestamos,

não valem nada, é óbvio que vamos acreditando. O meu conselho é esse, para nunca acreditar porque se fosse verdade, mais gente dizia.

3.6 “... é como se tivesse sido todos os anos da minha vida com este homem.”

“A minha infância de manhã era ir para a escola e de tarde para o campo.”

[Tenho] 29 anos. [Sou] Angolana, divorciada e [o meu agregado familiar] sou eu mais os meus dois filhos. Gosto de trabalhar, cuidar dos meus filhos, passear e tudo mais. Gosto de estar com a minha família, embora eles estejam longe.

A minha infância foi um bocado complicada porque já se sabe como é a África. Nem sempre se tem aquela ajuda interna familiar. Tudo o que nós temos é do campo. A minha infância de manhã era ir para a escola e de tarde para o campo. Era trabalhar mesmo. Cuidar dos animais. Fazia isto porque os meus pais me obrigavam. Não tinha grande apoio. Tenho 7 irmãos.

Estudei até ao sexto ano. Na altura em que acabei de estudar já tinha para aí uns 12 anos. Não tinha mais condições e também tinha de conciliar a escola com o trabalhar. Vivia com os meus pais mas depois separei-me deles quando tinha 16 anos. Fui viver com uma prima minha [cerca de 1 ano]. Ela tinha uma criança e um marido e convidou-me para ir viver com ela e ajudar. Foi aí que me comecei a sentir sozinha. Ajudava-a e ela também me ajudava. Claro que também me pagava. Não era nada demais e eu dava aos meus pais porque ainda era criança. Comecei-me a sentir sozinha, até porque com eles não tinha relação.

[Nessa altura,] a minha irmã [mais velha] vivia noutra ilha e convidou-me para viver com ela. Vivia sozinha, entre aspas, porque tinha um marido que vivia na Bélgica e que a ajudava. Eu também tive de ir trabalhar porque embora vivesse em casa dela, ela não tinha tudo para me dar. Foi um bocado puxado. Foi aí que eu senti solidão e tristeza. Foi aí que senti tudo na minha vida. Já tinha a distância dos meus pais e a minha irmã não tinha aquele carinho suficiente para me manter. Mas sabia que tinha de batalhar porque já não podia voltar atrás.

“... porque éramos casados e ‘mulher casada é mulher prisioneira’”

Passado um tempo, conheci o pai do Vasco [primeiro filho]. Já tinha passado dos 16 para os 17 anos. Ele estava muito interessado em mim, dizia que queria fazer uma vida

comigo. Ele vivia [em Portugal]. Conheci-o através da irmã. Tínhamos contacto através do telefone até ele ir a Angola para me conhecer. Era tudo bom e normal, como no início é sempre.

Ele disse que gostava que eu fosse para Portugal e eu era novinha ainda. Passados 3 meses vim para cá. Ele esteve comigo cerca de 1 ano antes de irmos. Quando eu cheguei era outra coisa. Quando lá estava era tudo muito bonito e ele estava disposto a fazer tudo para me sentir bem. Quando cheguei é que me apercebi que havia muita coisa que já não era assim. Nunca foi agressivo comigo. Não podia falar com ninguém estranho. Não podia mostrar simpatia porque ele era muito ciumento mas nunca me bateu.

A única coisa que não gostava era de uma blusa que eu tinha e mostrava muito o peito. Se fosse uma blusa dessas, ficava muito zangado. Se fosse roupa grande, larga, gostava. Houve uma vez que estava com uma blusa assim e ele rasgou-a toda. Nem sei como levantei a mão e dei-lhe um tapa na cara! Disse-lhe que merecia porque não me podia dizer qual blusa podia ou não usar. Podia era chegar ao pé de mim e dizer que não gostava e eu, se quisesse, pensava e ia trocar. Assim mereceu! Naquela altura tinha mais atitude!

Na altura, era 2008, e poucos meses depois, fomos para Angola. Quando voltamos, pouco tempo depois engravidei. Antes de engravidar, ele deixava-me em Lisboa e ia até Angola. Dizia-me que ia a casa da mãe porque não tinha condições nenhumas. Ia de 3 em 3 meses. Estava tudo na normalidade porque achava que ele ia ajudar a mãe que bem merecia. Descobri que não era isso.

Numa altura ele disse que tinha de voltar e eu já estava grávida de 6 meses. Até queria ir com ele. Ele viajou e eu fiquei aqui com a minha tia. Foi ela que me disse “Sabias que o teu marido tem mulher em Angola?” e eu não sabia o que dizer! Pelos vistos, já toda a gente sabia, só faltava eu! Fiquei em pânico, foi como se o teto tivesse caído em cima de mim. Já não conseguia segurar as lágrimas, a tristeza. Senti-me traída porque não estava à espera. Ele tinha sido uma pessoa que tanto quis que eu viesse para cá e até gastou muito dinheiro comigo e estava a fazer-me uma coisa daquelas.

Falei com ele e ele assumiu. Fiquei revoltada. Quando chegou perguntei porque é que tinha feito isso e ele respondeu que a outra moça é que se tinha feito a ele. Disse para ficar tranquila, que mais nada ia acontecer e íamos ficar bem mas perdi a confiança nele. Tinha o meu filho para nascer. Ele continuou a ir porque já não o conseguia controlar. Naquela altura também perdi a paciência porque estava numa altura muito difícil da gravidez. Com aquela situação só queria chorar. Cheguei a descobrir que ele andava

envolvido com outras meninas. Fiquei com raiva e com ódio. Comecei a viver num quarto porque a casa era grande. Ele nem queria que eu fosse trabalhar. Ele dormia num quarto e eu vivia noutro.

Terminou assim mesmo [a relação]. Ficámos naquela situação e nunca mais nos entendemos porque eu quando falava uma coisa, ele dizia que só lhe tinha de obedecer porque eramos casados e mulher casada é mulher prisioneira. Dizia-me que não tinha de fazer nada ou reagir, só tinha de aceitar, porque ele não me estava a faltar com nada em casa. Naquela altura já tinha 19 anos, próxima dos 20. Ele ia fazer 47. Pelo meu filho aguentei.

Quando o meu filho fez 1 ano fui a Angola. Antes de voltar para [Portugal], já vivia numa casa sozinha porque ele não queria que eu vivesse com a minha irmã. Quando cheguei encontrei tudo de cabeça para baixo. Cheguei cá com o meu filho doente mas ficámos naquela situação. Ele só dizia que tinha de aceitar porque já não aguentava ter só uma mulher, precisava de estar com mais. Só dizia que já me tinha dito muitas vezes que só tinha de aceitar, mas eu disse que já não ia fazer esforço nenhum para ficarmos juntos. Disse-lhe para fazer a sua vida que eu iria fazer a minha. Ele apenas perguntou “Como vais fazer a tua se sempre dependeste de mim?” e respondi-lhe “A minha vida é uma miséria. Não é porque tenho comida na mesa, roupa para vestir, um teto, uma cama que tenho de aguentar isto.” Sentia-me sozinha. Ele não ligava ao filho. Foi um desafio grande para mim dizer-lhe isto porque ele não aceitava quando dizia que o ia deixar. Deixei tudo para trás e fui para Lisboa com o meu filho. Ele disse que só me ia dar 200€. Concordei, até porque ia viver com a minha prima. Comecei a trabalhar e ao fim de semana ela ficava com a criança. No início estava tudo na normalidade, depois decidi ir para um quarto e fiquei lá durante 6 meses.

Naquela altura sentia-me normal, não sentia falta de nada mas, depois, as coisas continuaram e comecei a sentir-me sozinha outra vez e senti que o Vasco precisava do pai. Já estava a trabalhar há 6 meses e disse à encarregada que ia de férias e fui atrás dele, mas foi uma tristeza para mim. Fingiu que não me queria mas ficámos naquela. Passados 15 dias não voltei e perdi o trabalho. Ele depois disse que já não me queria mais em casa dele porque na altura tinha dito que tinha de aceitar e eu como não quis, ele agora também não queria. Foi uma desilusão muito grande. Voltei para um quarto com o meu filho A minha vida era só trabalho para não faltar nada.

“A mãe discutia comigo e ele nunca me defendia ... “

Passei mais 2 anos sozinha e conheci o pai da Violeta, a minha outra filha, depois de estar separada. Naquela altura, o Vasco já tinha 4 anos. Estivemos quase 5 anos juntos. Ele não era controlador. Era uma pessoa que, se alguma coisa não o agradava, não se sentava e conversava. Ficava mudo. Se tocasse nele, fazia aquela manifestação de me bater mas tentava sempre evitar, até porque já conhecia a maneira dele ser. Quando estava chateado eu já sabia que não podia falar e não podia tocar. Só uma vez é que me bateu e jurou que nunca mais.

Entre 2008 e 2009, os pais dele vieram para [Portugal]. Naquela altura vivia apenas com ele e o meu filho. A Violeta nasceu e passado 1 mês, os pais telefonaram e disseram que era melhor ir viver com eles porque as coisas não estavam fáceis. O pai era doente e a mãe não trabalhava. A cultura deles também era de família unida. Ele falou comigo e eu achei que era também uma ajuda para mim porque sabia que a Violeta ia estar ao pé dos avós e podia ser uma ajuda, como criei o Vasco sozinha e nunca tive oportunidade.

No início, ela [sogra] conversava muito comigo e eu ficava no meu cantinho porque não os conhecia. Durante a noite não dormia porque a minha filha era recém-nascida e eu ainda tinha de levantar cedo para cozinhar e arrumar a casa porque a mãe dele não aceitava fazer nada. Falava com o filho deles e ele dizia-me para eu fazer se quisesse, se não quisesse, não fazer porque a mãe estava habituada. Durante 6 meses fiquei naquele ritmo de cozinhar e depois levar o Vasco à escola, dar de mamar à Violeta de 3 em 3 horas. Ele estava desempregado e andava sempre na rua, só voltava à noite. Ficámos assim até eu começar a trabalhar. Mas mesmo aí o ritmo foi o mesmo.

Chegou uma altura em que cheguei do trabalho, peguei na minha filha para dar de mamar. Cheguei e disse “Boa tarde” ao pai dele. A minha sogra olhou para mim e disse que tinha respondido mal, quando tinha feito como todos os dias. Levantou-se e começou a gritar, a bater com a mão na mesa, a dizer que não aceitava que falasse daquela maneira para o marido. Pedi que falasse com calma, mas não a conseguia controlar. Pensei que fosse uma discussão do momento, mas não foi. O pai do meu filho chegou e ela foi-lhe dizer tudo. Na cultura deles, eles têm de falar com os filhos e eles não podem responder, mas eu não respondi. Nesse momento, pedi-lhe desculpa e ela disse que me podia sentar no sofá e esperar. Esperava que o filho ficasse do lado dela mas assim não foi. Ficou calado porque não tinha estado presente para ver. Ela estava é à espera que chegasse para

me bater, até porque no outro dia de manhã veio perguntar se ele não me tinha feito nada, se não me tinha rebentado. Foi aí que me pôs fora de casa.

Fiquei desorientada. Até emagreci. A mãe discutia comigo e ele nunca me defendia, até eu ter decidido sair. Antes disso já tinha pedido ao banco uma casa e liguei a dizer que estava num momento difícil. Como tinha crianças, o processo andou mais rápido. Naquela semana fiz a escritura para a minha casa nova. Apenas limpei o pó que tinha no chão, não tinha água, luz. Fiquei com os meus filhos. Trabalhava, deixava a Violeta na ama e o Vasco já tinha escola. Foi uma loucura.

A minha filha fez anos em 2016 e entre Setembro e Outubro o pai dela foi para Londres. Passados 6 meses arranjou trabalho e disse que queria continuar comigo para criarmos os nossos filhos. Já que tinha criado o Vasco sozinha, não queria o mesmo para a minha filha. Nós não estávamos bem por causa das coisas com a mãe dele e nem a minha família me apoiava porque diziam que eu não tinha necessidade, que era uma mulher batalhadora. Mas como não queria criar a minha filha sozinha, fui. Já não ouvia o que a minha família dizia.

Na véspera antes de ir, ele foi dizer à mãe que íamos com ele. Foi aí que a mãe lhe rogou uma praga e disse para ele não querer saber mais dela nem na vida, nem na morte. Na mesma tarde, descobri que ele andava com outra rapariga. Foi tudo no mesmo dia. Naquela noite dormiu com essa mulher e eu nem dormi porque estava chateada. Quando chegou a hora de irmos para o aeroporto perdemos o avião. Compramos outro bilhete para as três da tarde.

Chegamos [a Londres] e foi uma tristeza. Senti que o mundo estava a acabar, senti-me totalmente perdida. Ele acabou por me dizer que já não dava para continuar, até por causa da praga que a mãe lhe fez. Eu disse-lhe que ele devia seguir a vida dele porque, durante isto tudo da minha vida, sempre tive a minha mãe do meu lado e se ele perdesse a mãe dele, seria pior. Ainda para mais ele tinha outra mulher. Fiquei confusa e triste. Pensei que tinha de voltar para Lisboa outra vez para ver se continuava normalmente com a minha vida. Foi então que uma prima minha falou com a sua cunhada que vivia noutra cidade de Inglaterra e pediu para eu ir ter com ela. Na segunda semana consegui trabalho. Fiquei com ela 2 ou 3 meses e depois consegui arranjar o meu T1.

“Eu não me conseguia mais entregar por já ter sofrido no passado ...”

Depois de um mês, conheci o meu ex-companheiro. Conhecemo-nos em Novembro de 2017 e começámos a namorar. Ele vivia no mesmo prédio, vivia em cima

de mim. Trabalhava na mesma empresa que eu. No trabalho nunca reparei nele, só um dia quando ia a entrar na minha casa.

Quando entrei na terceira relação pensei logo que era mais um que ia entrar na minha vida e sair logo, não vinha para ficar porque se ele dizia que uma coisa era assim, era assim que tinha de ser e quando eu não aceitava, acabava com agressões. Não aceitava [um não]. Eu não me conseguia mais entregar por já ter sofrido no passado, não me conseguia apaixonar, mesmo quando ele dizia que queria ficar comigo. Ele até dizia que eu não estava interessada nele. Eu sabia que não ia dar certo.

Entre nós dois não havia regra: ou ele estava na minha casa, ou eu na dele. Naquela altura, ele só tinha o filho, não tinha a filha. Nós tínhamos a mesma cultura, fazíamos anos no mesmo mês, eu estava toda contente. No início reparei que ele tinha uma agressividade. Na minha experiência, é aos poucos que se vai conhecendo a pessoa mas ele, desde o início, sempre mostrou que era assim.

Ele vivia com o sobrinho e com o filho que tinha 7 anos. De uma semana para a outra não entendi o que aconteceu. Percebi que estava com ciúmes do sobrinho que vivia connosco. Eu via uma criança no sobrinho dele, apesar de já ser de maior idade. Até aceitava que ele achasse que tinha relações com um colega de trabalho, mas agora o sobrinho dele? Fiquei completamente doida.

“Quando estava em casa, tinha de estar só para ele.”

Ficava com o filho dele e ele vinha de trabalhar às tantas da noite. Chegava à 1h da manhã e eu tinha de me levantar às 5h para tratar das crianças para a escola. Quando chegava a essa hora queria ter relações e eu não queria porque ficava muito cansada. Chegava às seis da tarde, ia buscar as crianças, fazia comida e ainda tinha o filho dele ao meu encargo. Todos os dias queria ter relações comigo e eu não conseguia. Logicamente não era por não ter vontade, era porque estava cansada. Chegou um dia que questionou o que se passava comigo porque já não o aceitava. Não aceitava que estava cansada. Não entendia que não me deixava em paz! Bastava recusar uma vez para ele achar logo isso. Entrei em pânico e em depressão porque já não conseguia dormir. Quando não queria ter relações com ele, entrava em conflito comigo a dizer que eu me interessava por outra pessoa. Acabávamos por nos desentender mas as coisas ficavam bem no final.

Por acaso nunca [me senti pressionada a fazer algo que não queria]. Apesar de tudo, acabávamos por ter relações e sem ele me forçar. Apesar de haver episódios em que

estava cansada e dizia que não, acabava por aceitar, às vezes, para ele me deixar descansar. Mas sempre foi assim.

Não [pensei que estava a ser vítima de violência sexual]. Num ponto ficava confusa porque era uma coisa que falava bastante com ele e tentava dizer para ter mais calma porque acho que um casal, não é por estar sempre a fazer amor que é um bom casal. Ele era carinhoso, procurava por mim mas havia um ponto da semana que uma pessoa se sentia mais carregada, mais cansada. E isso era algo que era difícil explicar-lhe e ele perceber. Mas agora das últimas vezes que estivemos juntos, já era melhor. Até quando estava com o período, ele deixava passar para depois termos relações e antigamente nem se importava. Nem sei explicar porque antes ele só queria ter relações comigo e não aceitava um não. Quando eu estava no trabalho estava tudo bem. Quando estava em casa, tinha de estar só para ele. Ou eu fazia para depois poder descansar, ou tinha de estar preparada para lhe explicar que não queria. Não era obrigada mas na minha cabeça sentia isso. Não sentia verbalmente porque ele não pegava em mim e forçava, mas na [minha] cabeça era assim. Cheguei a falar com a minha amiga de Londres [sobre estas situações]. Ela dizia que tinha de ser forte e aguentar porque sou nova. Na mentalidade dela, ele chega a casa e como a mulher está lá, se tem de ser, tem de ser. Dizia que tinha de estar preparada para as coisas se manterem bem.

Chegou um dia que me bateu no rosto. Foi a primeira agressão. Acabei com ele muitas vezes por causa do seu comportamento. Quando acabava, vinha sempre atrás de mim porque era só sair da porta e entrar noutra. Nunca aceitava! Todas as semanas tínhamos zangas. Era difícil porque ele já não se conseguia controlar e tínhamos as crianças por perto.

“Às vezes ficava mesmo confusa. Será que aqueles erros todos eram meus?”

Acabei por vir embora e disse que já não dava para continuar. Não podia voltar para Londres porque não tinha quem ficasse com o meu filho. Mesmo quando os tribunais foram envolvidos e falávamos ao telefone, ele falava como se nada tivesse acontecido. Então, fui a Angola passar férias com os meus familiares, por volta de Março, e tirei fotos com um amigo do meu irmão. Quando voltei, tinha combinado ir ter com ele. Quando cheguei estava doido. Começou a perguntar se tinha tido relações com porque nos tínhamos de prevenir. Simplesmente não acreditava que eu tinha estado 1 mês em Angola simplesmente com a minha família.

Eu tinha chegado e o telemóvel estava sem bateria, mas ele insistiu que queria vê-lo e nunca me passou pela cabeça que a intenção fosse outra. Estava a descansar durante a noite e ele viu a foto. Começou a bater-me tanto e a perguntar qual a justificação. Colocou uma faca em cima da minha cabeça e disse que se não lhe dissesse, me matava.

Estive lá 4 dias e não comia como devia de ser, nem dormia. Fiquei em pânico, ele tirou o meu telemóvel, o meu passaporte e não aceitou dar-me a mala. Cheguei num dia e no dia seguinte ele não me deixou sair de casa, mas eu disse que tinha de ir ter com a minha amiga ou então ela ia a nossa casa. Ela foi a casa falar com ele e ele deu-me os meus documentos. Voltei para Lisboa e disse-lhe que já não queria namorar com ele, mas ele nunca aceitou. Dizia que se descobrisse o que andava a fazer me matava. Passado x tempo começou a mandar-me mensagens a insultar-me.

Quando as coisas aconteciam ele estava sempre bêbado e depois no dia seguinte as coisas estavam normais como se nada tivesse acontecido. Eu questionava se ele sabia o que tinha acontecido, dizia que sim e pedia desculpa. Dizia que não voltava a acontecer. Mas dizia sempre que eu é que fazia as coisas mal. Às vezes ficava mesmo confusa! Será que aqueles erros todos eram meus? O pai do Vasco saiu da minha vida e eu não percebi. Com o pai da Violeta também não fiz nada de errado. E agora tinha-o e estava sempre a acusar-me. Já passei por isto tudo e sinto como se não tivesse feito nada. O meu primeiro relacionamento durou 3 anos, o segundo 5 e este último foi apenas 1 mas é como se tivesse sido todos os anos da minha vida com este homem.

“Temos que ser nós a acabar porque ele não o vai fazer.”

Gostava de ter estudado mais, ter a minha educação, uma casinha, uma vida normal. O meu conselho [para quem está a passar pela mesma experiência] é fazer sempre o que o nosso coração manda. Pensar mais em nós, mesmo que seja para não magoar os outros. Tentar perceber mais a pessoa antes de se entregar completamente. E não aceitar certos comportamentos porque isso vai ser sempre assim e acaba-se por sentir que ele é que manda. Ele é que vai acabar sempre por controlar.

Acho [ser importante denunciar a violência sexual] porque quando já estamos nessa situação, só nós mesmas é que temos de levantar a cabeça e pensar “Isto tem de acabar”. Temos de fazer esforço, mesmo que achemos que o mundo já acabou porque ele vai tentar, ao máximo possível, nos controlar. Vamos ser só dele e nem amigas podemos ter. Somos mesmo nós que temos de pensar em nós no momento e na nossa família. Temos que ser nós acabar porque ele não o vai fazer.

Capítulo IV – Análise e Discussão de Dados

Apresentadas as Narrativas Biográficas, segue-se agora a análise e discussão dos dados resultantes das mesmas. Fatores como o tempo, disponibilidade, aceitação das participantes e, ainda, a investigação em questão ter sido desenvolvida em paralelo com a intervenção necessária e inerente a um contexto de estágio, foram preponderantes na decisão da realização de seis entrevistas. Inicialmente, oito das mulheres residentes na Casa de Abrigo, no período da minha permanência, foram convidadas a participar no estudo. Porém, duas das senhoras recusaram-se a participar e, como tal, respeitando a sua decisão acima de tudo, a recolha de dados ficou finalizada com seis entrevistas. Não foram estabelecidas novas marcações, pois, para além do condicionamento do tempo disponibilizado, os dados obtidos nas entrevistas realizadas revelaram-se suficientes e significativos para a reflexão teórico-empírica a que o presente estudo se propõe.

A escolha das participantes não obedeceu a nenhum fator de seleção inicialmente definido, isto é, desde o início que estava proposto que as participantes seriam algumas mulheres que estariam a residir na casa durante o período da minha permanência no contexto, com disponibilidade para serem entrevistadas e que já tivessem passado a fase inicial de crise e adaptação à Casa de Abrigo. Não obstante, foi-me dado acesso aos processos de cada uma das utentes, o que permitiu ter conhecimento do historial da violência. Independentemente de conhecer, de antemão, se tal mulher tinha sido, auto declaradamente, vítima de violência sexual, esse não foi um fator de seleção privilegiado para participação no estudo. Todas as mulheres, nas condições atrás referidas, e suas histórias foram devidamente valorizadas e aproveitadas.

Estritamente relacionado com o fator da limitação do tempo para a realização das entrevistas, não pode ser descurado o facto de ter estado no terreno como estagiária. Acima de tudo, teve sempre de haver tempo para uma intervenção esperada da minha parte. Tal intervenção não assumiu um formato diferente para a instituição, antes, inscreveu-se naquele que já era o trabalho desenvolvido pelas técnicas. Como tal, paralelamente à investigação em causa, foi desenvolvido um trabalho de intervenção com as vítimas e suas crianças que disse respeito ao seu acolhimento, atendimento, acompanhamento do novo projeto de vida e acompanhamento e deslocação para a realização das mais diversas diligências (idas à Segurança Social, Escolas, Centros de Saúde, Tribunais, Centros de Formação, etc). Ao mesmo tempo, houve toda uma dinâmica

de acompanhamento do seu dia-a-dia, no sentido em que também assumi, por diversas vezes, a função de coordenadora do quotidiano da Casa.

Todo este trabalho de intervenção torna-se pertinente referir no presente capítulo do presente relatório, pois foi um trabalho extremamente importante para a recolha dos dados. Ou seja, o trabalho de intervenção andou sempre de mão dada com o trabalho de investigação e vice versa, pois um, sem o outro, não fariam sentido ou não teriam sido tão frutíferos. Foi toda a intervenção junto das vítimas/sobreviventes, que resultou numa maior abertura e, acima de tudo, confiança para a realização da entrevista e para a partilha de algo tão íntimo e pessoal, como as suas histórias de vida em todas as suas vertentes e, especialmente, na vertente da sexualidade.

Importa, ainda, referir que não se privilegiou a investigação em prol da intervenção, nem se instrumentalizou a investigação para a intervenção (Miranda e Resende, 2006). Ambas seguiram processos com alguma distância mas dialeticamente articulados entre si (idem). Sabíamos, desde o início, da necessidade de todo um trabalho prévio de construção de uma relação, com bases na segurança e confiança, com as vítimas/sobreviventes, pois estas não foram apenas o meio de contribuição para a reflexão que aqui se pretende, mas sim as protagonistas principais de todo o trabalho realizado tanto no campo da investigação, como da intervenção.

Associada às afirmações feitas nos parágrafos anteriores, está a escolha da realização de Narrativas Biográficas. Embora o que se pretenda compreender sejam questões e perceções relacionadas com a violência sexual, o foco, em momento algum, foi exclusivamente na violência sofrida, ou estaríamos a desviarmo-nos do método biográfico. Como tal, e como já foi referido no capítulo das fundamentações epistemo-metodológicas, a narrativa biográfica permitiu que as biografadas abordassem para além daquilo que, em primeiro lugar, as levou a recorrer a uma casa de abrigo. Pretendeu-se a valorização dos seus percursos de vida, o que foi utilizado também como estratégia para que o momento da entrevista não se revelasse algo emocionalmente pesado, independentemente dos seus relatos.

Uma vez já abordadas algumas questões que estavam pendentes de explicação, relativamente à recolha de dados e à forma como o processo decorreu, segue-se agora uma apresentação e análise muito sucinta dos dados sociodemográficos das biografadas para, posteriormente, proceder à discussão dos resultados, mediante os objetivos que

foram definidos inicialmente. Tal discussão será dividida por temáticas, focando apenas a Violência Sexual em relações de intimidade, com base naqueles que foram os discursos e as narrativas das participantes.

	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	Situação Profissional	Estado Civil	Agregado Familiar
B1	26	Brasileira	12º ano	Desempregada	Divorciada	Filho
B2	37	Portuguesa	Mestrado	Desempregada	Divorciada	Filho e filha
B3	45	Portuguesa	4º ano	Desempregada	Solteira	Filho e filha
B4	55	Portuguesa	6º ano	Desempregada	Divorciada	Filho
B5	19	Portuguesa	9º ano	Desempregada	Solteira	Filho
B6	29	PALOP	6º ano	Empregada doméstica	Divorciada	Filho e filha

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das biografadas (Bn)

No seu total, as biografadas são mulheres sobreviventes de violência nas relações de intimidade, sendo que, mais do que uma já tiveram diversos relacionamentos onde sofreram de violência doméstica. Quatro das participantes afirmam ter sido vítimas de violência sexual, no entanto, na sua maioria, afirmam que apenas agora é que conseguem reconhecer tais ocorrências. Não obstante apenas quatro das seis considerarem ter sido vítimas de violência, todas relatam experiências de sexualidade que contribuem para uma reflexão teórica pertinente, inclusive as restantes duas que afirmam não terem sido vítimas. Note-se que o guião da entrevista foi pensado para que, na eventualidade das participantes considerarem não terem sido vítimas de violência sexual, ainda assim, poderem partilhar as suas perspetivas, opiniões e perceções sobre a temática.

Quatro das participantes são Portuguesas e as duas restantes são de nacionalidade Cabo Verdiana e Brasileira. As suas idades variam entre os 19 e os 55 anos, sendo que a biografada com 19 anos foi mãe adolescente com 17 anos. Todas as participantes têm um/a ou dois/duas filhos/as resultantes da sua relação com o respetivo agressor. Duas encontram-se separadas do ex-companheiro e as restantes, todas elas, são divorciadas. Apresentam um grau de escolaridade que varia entre o 4º ano e o Mestrado, a nível de Ensino Superior. Porém, na sua maioria, relatam um abandono escolar precoce, muitas vezes contra a sua vontade, o que resulta que, com a exceção de uma participante, todas

se encontrem atualmente sem emprego. Assim, os seus percursos escolares e as consequentes situações profissionais apontam para um nível socioeconómico baixo.

4.1 A Fachada do Príncipe Encantado

Independentemente das suas histórias de vida terem sido pautadas por situações de violência, em certos casos, extrema, a verdade é que, na sua maioria, os agressores das biografadas, nos momentos iniciais das suas relações, mostraram ser algo que, no fundo, não eram. Ocultando e disfarçando comportamentos agressivos e abusivos, surgem na vida das biografadas como príncipes encantados que cortejam suas princesas (Mendes, 2016) e, daí em diante, vão prometendo e alimentando um sonho de conto de fadas.

Porém, rapidamente a máscara caí e a fachada do príncipe encantado desaparece e dissolve-se no meio da desocultação de comportamentos inesperados. A desilusão e a surpresa surge na narrativa das biografadas como componente inicial de um projeto falhado:

“Quando uma pessoa quer esconder alguma coisa, no começo se mostra uma coisa e depois a máscara cai e apenas aí vamos descobrir quem ela realmente é. O Fábio [ex-companheiro] mostrou-se um príncipe encantado e depois se transformou totalmente numa pessoa desequilibrada, agressiva.” (B1)

“Nunca pensei que ele fosse ter este comportamento. Casei com o único namorado que tive. E casei virgem. Esperava ser feliz e que o casamento durasse para sempre.” (B2)

“Era um grande amor. Era uma pessoa espetacular, nunca pensei. (...) Esperava que ele fosse uma boa pessoa. (...) Da minha parte [a relação] foi sempre boa. Da parte dele já não tanto, uma vez estava bem, outras vezes não estava. Eu sempre disse que ele tem duas personalidades. É que agora está bem e depois já está tudo mal. Cinco minutos ou dez estava bem e depois já não.” (B3)

“Este último foi inesperado. Pensei que ia ser diferente. Tive uma surpresa negativa. Foi muito diferente da primeira [relação] mas igualmente abusiva. (B4)

“Aos poucos, à medida que foi ganhando confiança, foi-se mostrando mais. Tinha menos preocupação em demonstrar aquilo que não era.” (B5)

Em contraste com a realidade que acabou por ser um projeto falhado de vida a dois, no discurso das biografadas, está patente esse mesmo reconhecimento, associado ao desejo de ter tido uma vida pacífica com o parceiro por si escolhido. Na sua maioria, revelaram desejo de ter filhos, uma casa, uma família e, embora não patente no discurso de todas, o desejo por ter estudado mais.

“Acho que trouxe aquele sonho que tive com Diogo [primeiro companheiro] para todos os meus relacionamentos. Ser mãe, construir uma família, ter estabilidade emocional, financeira, sair, passear, viajar. Ter e ser uma família e tudo foi por água abaixo.” (B1)

“[Esperava] viver uma vida feliz e estar bem na vida.” (B2)

“Construir uma família, ter uma vida mais ou menos, que ele trabalhasse sempre e tivéssemos a nossa casinha.” (B3)

“[Só] esperava criar os meus filhos, ter o meu espaço, ter o meu trabalho. Não era pedir muito. Mas não foi o que aconteceu em nenhuma das duas relações. A primeira era apenas casa-trabalho, trabalho-casa. Com o segundo já era diferente. Eram diferentes tipos de manipulação.” (B4)

“Gostava de ter estudado mais, ter a minha educação, uma casinha, uma vida normal.” (B6)

Se, na prática, todas estas mulheres cumpriram os seus desejos de maternidade, de criar família e constituir um lar, por que motivo é que a sua história tomou um rumo tão inesperado? Corroborando Mendes (2016), porque os seus ditos príncipes encantados não corresponderam à expectativa do sonho do conto de fadas e, como tal, as várias formas de violência das quais foram vítimas não estavam na carta de apresentação dos mesmos. A violência sexual assume um desses tipos de violência sofridos.

4.2 Violência Sexual e o seu Reconhecimento

Embora o guião da entrevista utilizado para os encontros biográficos com as participantes não ter focado, apenas, as questões da sexualidade nas suas relações, a verdade é que, desde início, as biografadas sempre estiveram cientes que a dimensão que se esperava aprofundar era a violência sexual. Tal conhecimento, no entanto, nem sempre tornou a dinâmica da entrevista mais fácil, pois um desconforto e até uma certa vergonha, estiveram, por vezes, presentes. Segundo Kersti Yllo (1996), as vítimas têm habitualmente relutância de falar acerca de sexo forçado, a menos que o assunto seja abordado sensivelmente.

Não obstante, das seis entrevistadas, quatro afirmaram ter sido vítimas de violência sexual ainda que, apenas agora, reconheçam tais experiências como tal. Contudo, uma das biografadas que afirmou ter sido vítima de violência sexual, partilhou que tal acontecimento ocorreu no decorrer da sua adolescência.

“Tinha cerca de 14/15 anos quando fui abusada sexualmente. Foi por um patrão e eu era criança, não compreendia, não entendia o que era aquilo. Não houve penetração mas houve toque. Quando conheci o meu primeiro namorado, que foi o meu primeiro marido, pensei “O que será que vem agora?”. Cheguei a um ano e meio de namoro e ainda não tínhamos tido nada.”

Quando começamos a ter relações, o ele me tratar bem foi curando, foi tirando aquela coisa de tão negativa que eu tinha. Até eu entender que existia uma forma de carinho que não era aquilo que tinha passado, demorou muito. (...) O meu corpo ainda estava em formação. Foram apenas duas vezes. Estamos a falar que eu tinha 14 anos e esse senhor tinha 60 anos.” (B1)

Hallet (1995 in Dias, 2004) considera que o abuso sexual foi primeiramente assumido por mulheres que o sofreram durante a infância. Estudos feitos (Kolko e Stauffer, 1991; Raiha e Soma, 1997 in *ibidem*) demonstraram que tal fenómeno vitima cerca de 80% de crianças do sexo feminino. No caso da biografada em questão, esse é um fator que se confirma, pois a mesma afirma que:

“Mais ninguém sabe. Nem a minha mãe porque eu quando trabalhava, disse-lhe que queria sair dali. E a minha mãe não entendia, mas eu não tinha amizade com ela para lhe contar. Sabia que se lhe contasse, ia dizer que era mentira minha.” (B1)

Ainda que não tenham revelado ter sido vítimas de abuso sexual durante a infância, as restantes biografadas revelaram ter passado por situações que, na altura, não reconheceram como violência sexual. A verdade é que, tendo sido todas vítimas de violência doméstica e, conseqüentemente, violência física e psicológica, a violência sexual é apenas mais um dos diversos tipos de violência perpetrados pelos companheiros (Mahoney & Williams, 1998).

“Eu quando não queria [ter relações sexuais], não queria mesmo. Ele dormia no quarto e eu na sala com o Tomás. Quando ele estava bem e estabilizado, era tranquilo. Não [pensei em momento algum que estava a ser vítima de violência sexual]. Mesmo que ele quisesse sem o meu consentimento, eu dizia logo não e ele saía.” (B1)

“Às vezes [sentia-me pressionada a fazer algo que não queria]. Eu quase nunca queria fazer [relações sexuais]. Era quase todas as semanas. E, às vezes, várias vezes por semana e eu não queria. Nunca quis ter relações depois de ter os miúdos. Depois de ter o meu primeiro filho. Nem sei como é que tivemos os nossos filhos. Quase durante um ano nem tivemos relações. (...) Não [pensei que estava a ser vítima de violência sexual], não [reconhecia isso como tal]. Agora sim. Porque sou mulher tinha de o satisfazer, entre aspas. Era a vontade dele. [Acho que isso acontece muito] e agora tenho consciência de que aconteceu comigo.” (B2)

“Várias vezes [me senti forçada a fazer algo que não queria]. Ele nunca ligava ao que eu dizia. Quando ele queria alguma coisa, eu dizia que não, não e não. A partir daí, ele ofendia-me, batia-me e [acontecía na mesma]. Na altura eu não tinha noção. Se fosse hoje, já não deixava. Metia-me nojo. Tinha vergonha. Nunca contei a ninguém”. (B3)

“Várias vezes [me senti pressionada a fazer algo que não queria] em ambas as relações mas mais na última. (...) [Na altura] não reconhecia isso com violência sexual, porque nunca tinha ouvido falar disso em lado nenhum. [Agora] reconheço. (...) Era sempre um sacrifício para mim e eu não tenho problema nenhum de o dizer. Ele nunca teve em conta aquilo que eu queria, nunca se preocupou. Eu já estava cheia. A voz dele, a maneira dele me tocar já me enojava. Eu já estava cheia de o ouvir, cheia de o ver.” (B4)

“Ao longo do tempo eu já não queria ter nada com ele [a nível sexual], mais para o fim. Nem dessa maneira, nem de nenhuma outra. Já estava a tentar sair de casa. Fui deixando de ter coisas com ele, até não ter completamente. Ele chateava-se porque queria mas por dizer que não, não me forçava. Ficava chateado e eu deixava-o para lá. Não [pensei em momento algum estar a ser vítima de violência sexual].” (B5)

“Por acaso nunca [me senti pressionada a fazer algo que não queria]. Apesar de tudo, acabávamos por ter relações e sem ele me forçar.” (B6)

“Não [pensei que estava a ser vítima de violência sexual]. Num ponto ficava confusa porque era uma coisa que falava bastante com ele e tentava dizer para ter mais calma porque acho que um casal, não é por estar sempre a fazer amor que é um bom casal. Ele era carinhoso, procurava por mim mas havia um ponto da semana que uma pessoa se sentia mais carregada, mais cansada. E isso era algo que era difícil explicar-lhe e ele perceber.” (B6)

Nas suas narrativas, está implicitamente presente o contexto de controlo, medo e poder em que estas mulheres viviam e, como tal, a violência sexual era encarada pelas mesmas como apenas mais uma dentro das múltiplas formas de violência sofridas. O casamento desempenha, aqui, uma figura importante na legitimação social de atos de violência sexual na intimidade, pois, para algumas das biografadas, a atividade sexual revelou ser um ato desempenhado não por própria vontade, mas por obrigação, com vista a satisfazer o seu companheiro.

“[Achei ser algo que acontecia fora das portas] mas dentro do casamento também há essa obrigação. Ele não era meu marido, mas era o meu companheiro.” (B4)

“(…) ele dizia que só lhe tinha de obedecer porque eramos casados e mulher casada é mulher prisioneira.” (B6)

A dificuldade no reconhecimento da existência de tais atos no seio do próprio matrimónio advém de uma cultura enraizada que garante o direito dos homens sobre as mulheres. De acordo com Clara Sottomayor (2017), durante milénios as sociedades patriarcais transmitiram às mulheres, através dos mais variados meios (cultura, religião, costumes) que os seus corpos eram propriedade dos seus maridos e, como tal, não teriam direito de decidir sobre eles, visto que não lhes pertenciam, nem sobre a sua sexualidade. Este sentimento de propriedade advém desde as guerras tribais, onde os corpos femininos eram representados de significado territorial, cuja existência se encontra sob custódia dos homens (Almeida, 2014). Depreende-se, assim, que a violência sexual sobre as mulheres se traduz numa forma de controle cultural sobre os corpos destas mesmas e, por isso, constitui uma das formas de expressão mais graves do patriarcado (Filho & Fernandes, 2014).

Se o patriarcado impõe que os corpos das mulheres sejam propriedade do homem, não se esperava que, no seio do matrimônio, um ato sexual imposto à mulher seja considerado crime, isto porque “com o domínio económico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus ‘deveres conjugais’, que incluíram o ‘serviço sexual’” (Berger & Giffin, 2005: 418). Assim, o sexo vaginal forçado no casamento não era considerado violência, pois se considerava algo socialmente normal na relação (*ibidem*). Segundo Aimê Peixoto e Bárbara Nobre (2015), situações como essas não são consideradas crime porque, aos olhos da sociedade, a prática sexual obrigatória, nas relações conjugais, tem de ocorrer sempre que o homem desejar.

Na mesma lógica de argumentação, Carole Pateman (2003) reflete sobre o conceito de contrato social de Rousseau, não só entre classes sociais, mas através do casamento. Pateman denomina de contrato sexual e defende que a subordinação está presente nesse contrato. Pois “a subordinação é condição necessária para que (...) a exploração possa ocorrer” (Miguel, 2017: 5).

Neste caso, tanto o trabalhador, como a mulher, nos seus contratos, abrem mão da sua autonomia e liberdade em prol de, no caso do primeiro, um salário e no caso da segunda, a proteção do marido. Em ambos, há o estabelecimento de uma hierarquia, sendo que um dos contratantes, patrão ou marido, ganha o direito a exercer a autoridade sobre o contratado, trabalhador ou mulher (*ibidem*). Essa autoridade recai, direta ou indiretamente, sob os direitos de propriedade da pessoa. Carole Pateman (2003) afirma que uma análise aos contratos demonstra que o corpo das mulheres é precisamente o que está em questão no contrato. Neste sentido, a sociedade liberal a que Pateman tanto faz menção, constrói as mulheres e meninas como um objeto sexual, onde elas não só são consideradas naturalmente inferiores, como devem, *voluntariamente*, subscrever-se à posição de inferioridade que lhes é atribuída.

Crenças perigosas que assentam na noção de que: a sexualidade de uma mulher é uma comodidade/mercadoria que pode ser ganha pelo seu marido; que o que acontece entre marido e mulher, dentro do quarto, é um assunto privado; que o homem tem, de antemão, o direito de ter relações sexuais com a sua esposa e que esta deve aceitar tais deveres (Mahoney & Williams, 1998), tornam a violência sexual um campo que, na maioria das vezes, é esquecido na sombra de todos os outros tipos de violência exercidos pelos companheiros/maridos.

No entanto, “uma agressão sexual é uma invasão da integridade física e uma violação da liberdade e autodeterminação onde quer que ocorra, dentro ou fora do leito matrimonial” (Brownmiller, 1975: 381)¹ o que, ainda assim, não impede que todas as construções sociais em torno do matrimônio, que definem o que é ou não aceitável/expectável tanto para o homem, como para a mulher, se vão propagando na vida social, chegando, assim, ao discurso das vítimas. Advém desse mesmo facto, a razão de muitas mulheres redefinirem a agressão sexual em termos não sexuais, passando a considerá-la como uma componente da violência geral experimenta (Dias, 2004) Assim, mesmo que sejam forçadas a ter relações com seus maridos/companheiros, ficam relutantes em considerar tais atos como atos de violência sexual.

“Por acaso nunca [me senti pressionada a fazer algo que não queria]. Apesar de tudo, acabávamos por ter relações e sem ele me forçar. Apesar de haver episódios em que estava cansada e dizia que não, acabava por aceitar, às vezes, para ele me deixar descansar. Mas sempre foi assim.(...) Ou eu fazia para depois poder descansar, ou tinha de estar preparada para lhe explicar que não queria. Não era obrigada mas na minha cabeça sentia isso. Não sentia verbalmente porque ele não pegava em mim e forçava, mas na [minha] cabeça era assim.” (B6)

“Ao longo do tempo [a nossa vida íntima] começou a ficar mais grave. Começou a esmorecer. [Ele] não era violento, era mais com palavras. (...) Muitas vezes ele queria e eu dizia que não. Ele virava o rabo, eu também e ficava assim. Outras vezes até cedi e tive relações com ele mas sem querer mesmo, apenas para não haver barulhos e discussões. Fazia a relação, o resto não. Tantas vezes fazia só para ele se calar e me deixar em paz. Mal ele terminava, eu ia a correr para a casa de banho para tomar banho porque tinha nojo. “(B4)

Em ambas as narrativas apresentadas em cima, se, por um lado, as biografadas assumem, por diversas vezes, terem cedido à relação sexual apenas para se verem livres da pressão do companheiro, por outro, assumem também dificuldade em conceptualizar o fenómeno: num dos casos, a biografada afirma nunca ter sentido pressão a fazer algo que não quisesse e no outro, a assunção que o companheiro nem era violento, eram só algumas das palavras de um lado do problema. Note-se que a falta ou presença de coação física pode ser um dos factores decisivos na dificuldade de denominação de determinada experiência como abusiva ou não (Kelly, 1987).

“Tinha uma amiga que dizia que nunca foi vítima de violência sexual, que o namorado nunca fez nada, nunca a violou. Mas ela nunca teve a noção que quando dizia que não, ele batia-lhe. E era tanto que podia chegar a matá-la se continuasse a negar. Ele não chega ao pé dela e não a obriga, mas vai pedindo, vai-lhe batendo até acontecer (...) Falam muito da violência doméstica porque é o que se vê. Estamos também a tentar mudar essa consciência para que a

¹ “a sexual assault is an invasion of bodily integrity and a violation of freedom and self-determination wherever it happens to take place, in or out of the marriage bed” (Brownmiller, 1975, 381)

[violência] psicológica também seja, mas muito a ideia que há, pelos advogados, pelo tribunal, é que a violência doméstica é só levar porrada. Uma mulher que leva porrada fica chateada, fica triste mas sabe que está a ser vítima. Psicologicamente há muitas que não conseguem distinguir ainda. É essa a ideia geral que a sociedade tem. Mas na violência sexual como não há uma explicação, então violência sexual é ser violada, é ir diretamente e violar. Por exemplo, nessa minha amiga, ele bate-lhe se ela não fizer. Ela não acha que é [violência sexual]. Como leva porrada, sabe que é violência doméstica, mas não tem noção que também é sexual.” (B5)

Finkelhor e Yllo (1985 in Yllo, 1996) distinguiram três diferentes formas de coação: a social que representa a pressão resultante de expectativas culturais ou convenções sociais que as mulheres podem sentir, no que concerne aos papéis sexuais do homem e da mulher no casamento; a interpessoal que abrange ameaças não violentas; a física. Embora, de certo modo, todos os tipos de coação enunciados se encontrem presentes na narrativa das biografadas, os atos de violência na intimidade, quando sustentados através de coações sociais e/ou interpessoais, podem contribuir para uma maior dificuldade na nomeação de tais experiências como violentas, uma vez que os seus efeitos negativos podem não ser tão óbvios para as mulheres que os sofrem.

Intrinsecamente relacionado com as representações sociais em torno do casamento, e com a figura que este desempenha na legitimação social de atos de violência sexual na intimidade, estão alguns estereótipos relacionados à violência sexual. Charlene Muehlenhard e Leigh Ann Kimes (1999) afirmam que há diversas razões pelas quais pessoas, cujas experiências atendem as definições legais de violência sexual, não usariam esse rótulo para definir as suas próprias experiências. Uma delas é porque a violência sexual sempre foi representada como um ato que acontece fora do espaço privado/doméstico e é cometido por um desconhecido à vítima. Na mesma linha de pensamento, Kersti Yllo (1996) argumenta que é muito mais fácil reconhecer a brutalidade entre os adoradores do diabo, que são considerados perigosos, do que entre maridos, cujas agressões ocorrem exatamente dentro da relação mais querida da sociedade – o casamento.

“Acredito que há muitas mulheres que fiquem em pânico só de pensar e de imaginar. O acto da penetração ser por obrigação, um acto que tem de ser por amor, por carinho, meigo. Com alguém que a gente ama e nos trate bem. Agora fazer isso com uma pessoa que nos chama nomes, nos agride fisicamente? Penso que seja horrível.” (B1)

Se o casamento pressupõe que os parceiros matrimoniais se envolvam em relações sexuais e ao mesmo tempo viabiliza, através dos votos de matrimónio, o consentimento automático por parte da esposa, será de esperar que seja complicado para a mesma

conceber que tem o direito de dizer “não” (Walker, 2017). Por esta mesma razão, se torna tão complexo o reconhecimento de tais atos por parte das vítimas. Ainda assim, e contribuindo para a discussão, Mahoney e Williams (1998) enumeram alguns fatores que podem contribuir para a relutância, por parte das mulheres, de discutir tais experiências e aplicar o rótulo de violência sexual às mesmas: lealdade ao marido; percepções sobre o papel da mulher no casamento e suas consequentes responsabilidades conjugais; incerteza sobre o que constitui uma relação sexual normal; falta de palavras para descrever a sua experiência; sentimento de culpa e responsabilidade pelo abuso.

Embora se reconheça a existência de experiências prejudiciais e indesejadas, ainda há uma tendência de negação da existência da violência sexual em contexto conjugal. Talvez porque as suas experiências não iam de encontro às suas próprias definições de violência na intimidade, ou talvez por só agora reconhecerem as suas experiências como tal, na narrativa das biografadas, as razões pelas quais a violência sexual ocorre não são claras. Concomitantemente, reconhecem a dificuldade no reconhecimento de tais atos.

“Para mim não foi [fácil reconhecer como violência sexual]. Há muita maneira de fazer violência sexual.” (B4)

“Acho que [pode haver dificuldade por parte das mulheres que estão numa relação de intimidade em reconhecerem que estão a ser vítimas de violência sexual], porque as mulheres quando estão numa relação nunca querem admitir que estão a ser vítimas, nem para elas próprias, por isso é que a relação dura tanto tempo. Depois aquelas que ainda estão na relação e ainda gostam, é porque não querem ver a dimensão do problema, não querem ver o quão mau o agressor está a ser ou o quanto as está a desrespeitar.” (B5)

“Depois de tanta porrada que já levei, acho que já consigo reconhecer [que pode ser difícil, quando uma pessoa está numa relação, perceber o momento em que estamos a ser vítimas de violência sexual]. Se chegar a acontecer, retiro-me. Acho que a partir do momento em que uma pessoa deixa de nos respeitar, não pode ser só “Mas eu quero!”. ” (B1)

“Não percebo [as razões pelas quais a violência sexual acontece]. Talvez porque o homem vê a mulher como um objeto e ele é o dono dela. Não sei, não sei explicar. Na maneira de pensar do homem, deve ser assim. A mulher é que está em casa de manhã à noite, quando ele chega ela tem de estar pronta para ele nesse sentido. Uma mulher não é nenhum objeto. Não é uma coisa que se usa e deita fora. É a minha maneira de pensar. Só que agora já tenho maneira de pensar, nessa altura não.” (B3)

Porém, uma das biografadas assume conhecer uma das razões pelas quais a violência sexual acontece, baseando-se na falta de amor próprio por parte da vítima.

“Acredito que seja a falta de amor próprio também [uma das razões pelas quais a violência sexual acontece]. Quando uma pessoa não se ama e não se cuida, se submete a muitas

coisas. (...) Se me dá um estalo, pontapé, me empurra, abusar-me sexualmente é só mais um passo.” (B1)

Embora não deixe de ser interessante a sua linha de pensamento e, até certo ponto, ser compreensível a mensagem que pretende passar, torna-se falacioso e, de um certo modo, perigoso, assumir a falta de auto-estima e amor-próprio como uma das razões, isto porque coloca o foco de agência da violência no ato da vítima se “submeter” à mesma. Não obstante, a última frase do seu pensamento remete à ideia de que, numa relação onde se sofre vários tipos de violência, a sexual é apenas mais uma e, como tal, a linha é ténue e fácil de ultrapassar no que toca à invisibilidade e silenciamento deste fenómeno na violência doméstica.

Por último, e tendo em conta a variedade de experiências narradas pelas biografadas, torna-se pertinente fazer alusão ao conceito de “continuum” utilizado por Liz Kelly (1987), quando esta fala das experiências da violência sexual por parte das mulheres sobreviventes, uma vez que ficou claro a existência de uma série de experiências possíveis dentro de cada forma de violência sexual discutida nos encontros com as biografadas:

“O abusar sexualmente uma pessoa não é só o acto. É o abalar psicologicamente, o constranger, o falar de questões. O constranger, estar sempre a bater na mesma tecla também é violência.” (B1)

A criação do termo em questão, por parte da autora, teve como objetivo descrever o alcance e extensão do fenómeno na vida das mulheres e tem em conta o facto de as mulheres poderem não definir, no momento ou ao longo do tempo, a sua experiência como violação (*ibidem*). Como tal, Liz Kelly (*ibidem*) defende que a violência sexual existe na maior parte das vidas das mulheres, ainda que, o formato que assume, a definição dos acontecimentos por parte de quem a sofre e o impacto sobre as mesmas no tempo e ao longo do tempo, pode variar. É na linha deste pensamento que se encaram as experiências de violência sexual narradas pelas biografadas, ainda que os processos de reconhecimento por parte das próprias não tenha assumido o mesmo ritmo e/ou as definições por elas assumidas variem consoante as suas histórias.

4.3 Estratégias do Agressor e Resistência das Vítimas

As estratégias do agressor para coagir ou, em certos casos, forçar a vítima a ter relações sexuais foi uma das temáticas que surgiu na narrativa das biografadas. Como tal, as estratégias de resistência por partes das mesmas também estiveram presentes. O uso

de pornografia, a desconfiança da presença de outras figuras masculinas na vida sexual das companheiras, a insistência numa atividade sexual várias vezes ao dia, a escolha da posição para o ato sexual e a chantagem foram algumas das estratégias mais relatadas pelas biografadas.

Lenore Walker (2017) afirma que não é incomum homens viciados em sexo, que requerem e exigem relações sexuais vaginais, orais e anais diversas vezes ao dia, abusar fisicamente e psicologicamente das suas parceiras. Inerentemente associado a este facto, surge a pornografia. Lederer (1980 in *ibidem*) e Rave (1985 in *ibidem*) argumentam que esta constitui um nivelador negativo dos homens contra as mulheres, que lhes permite ver as mesmas como objetos sexuais. A obsessão pelo sexo, aliada à exibição de pornografia como termo comparativo entre o que é expectável que a companheira execute e aquilo que, na realidade, ela executa, é uma das estratégias que mais surgiu patente nas narrativas.

“Uma das coisas que observo muito, não só na minha experiência mas na experiência que tenho com as senhoras de casa e não só, é a questão de ele ir para a sala, ligar o computador e assistir a filmes pornográficos. O que aquelas mulheres ali faziam, eu também tinha de fazer.” (B1)

“Ele ia aos sites pornográficos, punha os vídeos a dar e queria que eu fizesse o mesmo. Eu não via porque tinha nojo. Dizia-lhe que não ia fazer nada daquilo, nem ver nada porque odiava aquelas coisas. Elas não tinham culpa, era ele. Ele dizia sempre que eu era diferente delas. Sempre a humilhar-me com base nisso”. (B4)

“Todos os dias queria ter relações comigo e eu não conseguia. Logicamente não era por não ter vontade, era porque estava cansada. Chegou um dia que questionou o que se passava comigo porque já não o aceitava. Não aceitava que estava cansada. Não entendia que não me deixava em paz! Bastava recusar uma vez para ele achar logo isso. Entrei em pânico e em depressão porque já não conseguia dormir. Quando não queria ter relações com ele, entrava em conflito comigo a dizer que eu me interessava por outra pessoa.” (B6)

“Só que houve um episódio em que fiquei um bocado constrangida. Ele tinha uma namorada que fazia sexo anal com ele. Então eu, por obrigação, também tinha de fazer. Deitei-me, tinha uma mesa de cabeceira, ele deitou-se e veio com um óleo de amêndoas. Meteu em cima da mesa e disse “Hoje vais fazer sexo anal comigo e ponto!”. Recusei e disse que estava fora de questão. Ele disse “Dizem que só se faz sexo anal com quem se ama de verdade. Se tu me amas de verdade, vais fazer.”” (B1)

“Uma vez virou-se para mim e disse assim “Se tu fizesses mais sexo comigo, eu se calhar não ia à droga porque é uma substituição.”” (B1)

“Ele dizia que eu era diferente das outras, era uma mulher que não prestava, nem para a cama, nem para nada. Sempre a humilhar-me. Eu sabia que ele dizia aquilo porque as outras

faziam aquilo que eu não fazia. (...) Dizia “Pois não queres, já estás farta de levar nele”. Estava sempre a implicar que eu tinha outros homens”. (B4)

Nota-se que não é igualmente incomum os agressores utilizarem estratégias de coação sexual para humilhar e envergonhar as mulheres, facilitando o controlo psicológico (*ibidem*). Ainda assim, são enunciadas algumas estratégias de resistência e de evitamento da violência por parte das biografadas,

“[A nossa vida sexual era] ele a fazer a força e eu a sentir-me pressionada. E ele dizia sempre como fazer, ou por cima ou por baixo e era sempre por trás. Era eu [que queria assim]. Não sei, só de costas é que eu ... Não sei explicar. Até fui à psicóloga e ela disse que seria porque assim nem teria de olhar para ele.” (B2)

“Tantas vezes eu preferia dormir no sofá do que ter de ir para a beira dele porque ele para mim já era uma pedra, era como se não estivesse ali ninguém.” (B4)

“Enquanto os homens se acendem num estalar de dedos, as mulheres não. É algo que precisa de vir de manhã até à noite. Se ele me fez uma coisa de manhã, chamou-me nomes ou me deu um estalo, claro que à noite não adiantar vir com beijinhos e abraços.” (B1)

Algo que complexifica as estratégias de resistência por parte das mulheres, é o facto de muitos dos seus agressores serem, pelas mesmas denominados, pessoas inconstantes e instáveis. É na mesma Walker (*ibidem*) que argumenta ser difícil construir uma relação íntima e sexual positiva com uma pessoa inconsistente, visto que, mesmo quando os agressores não infligem qualquer tipo de abuso sexual, a impossibilidade de saberem se serão tratadas carinhosamente ou agressivamente, tem de ter efeitos na forma como as mesmas encaram a intimidade. Neste sentido, as vítimas são obrigadas a criar as suas próprias estratégias de resistência, mediante a situação.

Nesta linha de raciocínio, é urgente entender que os atos de violência sexual na intimidade, especialmente aqueles cometidos pelos maridos/companheiros, não são resultado de um desejo irracional, impulsivo e incontrolável mas antes de jogo de estratégias que constituem actos hostis, violentos e deliberados de degradação e possessão, destinados a intimidar e inspirar medo (Brownmiller, 1975).

Ainda assim, há que ressaltar e admirar a capacidade de resistência e, acima de tudo, resiliência por parte das mulheres sobreviventes, pois estas não indefesas de todo. Aliás, Walker (2017), argumenta que são extremamente bem sucedidas a permanecerem vivas e a minimizar as suas feridas, quer físicas, quer psicológicas, num ambiente de violência brutal. As biografadas em questão não fogem à definição.

4.4 Importância da Denúncia e da Sobrevivência

Um dos temas central que se revelava pertinente e importar abordar junto das mulheres sobreviventes era a questão da denúncia da violência sexual. Através de uma série de questões relativamente ao assunto, pretendia-se saber se a denúncia aconteceu e se sim, a quem foi feita; se não, o motivo de não a terem feito e, mesmo que não considerassem ter sido vítimas de violência sexual na intimidade, se consideraram importante proceder à denúncia. Embora nenhuma das biografadas tenha procedido à denúncia da violência sexual sofrida, esta questão não deixa de constituir um interessante ponto de reflexão, através de algumas daquelas que são as razões patentes na narrativa das mesmas, que contribuíram para a não denúncia.

“[Ainda falei] com a minha irmã [sobre o assunto]. Ainda estava na relação. [Ela] disse que lhe acontecia o mesmo. Não me disse [mais] nada”. (B2)

“Nunca [conversei com ninguém sobre o assunto]. Tinha vergonha. Tinha muita vergonha mesmo. Explicar [porquê] não sei bem, mas que a sentia, sentia.” (B4)

“Cheguei a falar com a minha amiga da Inglaterra [sobre estas situações]. Ela dizia que tinha de ser forte e aguentar porque sou nova. Na mentalidade dela, ele chega a casa e como a mulher está lá, se tem de ser, tem de ser. Dizia que tinha de estar preparada para as coisas se manterem bem.” (B6)

“Infelizmente, a questão da própria denúncia é muito difícil chegar ao pé de alguém e dizer “Eu sofri de violência doméstica.” Agora imagina ser “Eu sofri de violência sexual.” É uma coisa tão íntima. Acredito que seja muito mais humilhante. A violência física são marcas que ficam sempre mas se calhar é algo que conseguimos superar muito melhor do que um abuso sexual. Até pelo facto do próximo companheiro: e se eu tiver mais alguém na minha vida? E se essa pessoa fizer o mesmo? Também porque nos abrimos para essa pessoa até conseguir chegar ao patamar da relação sexual.” (B1)

Embora a violência sexual na intimidade seja uma realidade patente no discurso das biografadas e ainda que assuma as mais diversas formas nas suas narrativas, a vergonha de não querer expor essa dimensão das suas vidas e assumir a ocorrência de tais experiências, pode resultar na ausência de denúncia por parte das vítimas e, consequentemente, contribuir para o pouco (re)conhecimento da violência sexual como parte integrante da violência doméstica.

Aliado a este sentimento de vergonha, está a pouca confiança e até mesmo descrença que depositam no sistema de justiça (Mendes, 2016). Uma das biografadas em questão relata a experiência negativa que a sua mãe teve com o Tribunal, aquando do

julgamento do caso de violência doméstica contra o agressor da mesma, o seu pai, onde ocorreram diversas situações de violência sexual.

“No caso da minha mãe, ela passou por mentirosa. Era vítima, disse ao tribunal. A juíza, que até era uma senhora, perguntou se o marido a violava diretamente e se a obrigou a fazer algo. Inclusive, fez-lhe pressão a mencionar que não podia nunca mentir em tribunal. Questionou mesmo se o meu pai a agarrou diretamente e a violou. Mas a minha mãe teve coragem e enfrentou o agressor, que vive na mesma cidade, que a ameaça constantemente. Ela que nem carro tem e anda a pé, teve coragem de, em frente a ele, dizer que sim, que era violência sexual. Porque era! Mas a juíza ainda perguntou aquilo assim e a minha mãe passou por mentirosa porque não ficou nada provado. Ele, por se estar a tentar defender, afirmou que nunca a tinha violado. Então a juíza voltou a fazer a mesma pergunta e a minha mãe foi obrigada a dizer que não porque, ao contrário dele, não está habituada a ser manipuladora e foi colocada entre a espada e a parede com uma pergunta dessas.” (B5)

Corroborando Susan Brownmiller (1975), tem de haver uma preocupação relativamente ao tratamento que os agressores recebem na prisão, no entanto, há ainda uma maior prioridade do que isso, que será assegurar que estes acabam, efetivamente, por ir lá parar. É a ausência de condenação que, na maioria das vezes, pode levar as vítimas a não denunciar tais ocorrências, pois receiam da sua credibilidade perante o sistema judicial, uma vez que, ser considerada vítima não implica, necessária e automaticamente, que o autor do crime seja punido (Andrade, 2005). Este panorama resulta numa contínua desmotivação para apresentar queixa e numa significativa descredibilização e falta de confiança na eficácia de um Sistema de Justiça que, primordialmente, garante dar proteção às vítimas:

“Com o tempo cada um foi à sua vida mas podia não ter sido assim. É assim que já morreram não sei quantas mulheres. Depois ainda questionam como há mulheres que não dizem nada. Essas juízas, não foram elas que sofreram e talvez nem conheçam alguém que tenha sofrido. Todos os dias, juízes e juízas tomam decisões que afetam muitas vidas e vão perdendo a sensibilidade a humanidade.” (B5)

É que se, por um lado, há uma perceção, por parte das vítimas, na forma como o sistema judicial falha na condenação de tais atos, há também, por outro lado, no que concerne aos agressores, a perceção que a violência continua a funcionar com um meio para lhes garantir o que querem, de forma rápida e com poucas, ou até nenhuma, consequências (Walker, 2017).

Ainda assim, embora as biografadas não tenham prosseguido com a denúncia, deixam alguns conselhos para quem ainda está a passar pelo que passaram e reconhecem a importância da existência de tal passo na desocultação da violência sexual na intimidade

e, acima de tudo, no início de um caminho considerado, por muitas, difícil mas libertador, que é a saída das relações abusivas com os seus companheiros/maridos.

“Acho que é tão importante para nós, não só mulheres, mas homens também, nos sentirmos amados por nós próprios, sabermos o nosso valor, sabermos dizer “Não preciso disto, não me vou humilhar por causa disto.” Eu sei a mulher que sou e o que passei. (...) Não se deixar humilhar e abater por uma pessoa que não merece. Sei que é muito difícil. Digo por mim que muitas vezes dizia que não ia conseguir pôr fim à relação. Uma casa abrigo é muito triste mas comparado com o que passamos, é um fôlego de vida. (...) Estive à beira da morte e se não tivesse saído [da relação], talvez não estivesse aqui para contar a minha história. (...) O meu testemunho de vida pode salvar outras mulheres, dar força a outras mulheres que querem sair desta situação.” (B1)

“É muito importante [proceder à denúncia da violência sexual]. Os homens são aquele tipo de pessoa que eles é que sabem, porque são homens e acham que têm de liderar.” (B2)

“Para aquelas mulheres que ainda estão a passar por isto, que fujam o mais rápido possível e peçam ajuda e denunciem. Só que, infelizmente, a ajuda não vem logo. Eu também pedi tantas vezes ajuda e nunca quiseram saber. Tantas vezes pedi ajuda à polícia. Por isso é que fiquei mais tempo.” (B3)

“Nunca aceitar ou acreditar naquilo que eles dizem. Mas todos os dias a ouvir que não prestamos, não valemos nada, é óbvio que vamos acreditando. O meu conselho é esse, para nunca acreditar porque se fosse verdade, mais gente dizia.” (B5)

“Acho [ser importante denunciar a violência sexual] porque quando já estamos nessa situação, só nós mesmas é que temos de levantar a cabeça e pensar “Isto tem de acabar”. Temos de fazer esforço, mesmo que achemos que o mundo já acabou porque ele vai tentar, ao máximo possível, nos controlar. Vamos ser só dele e nem amigas podemos ter. Somos mesmo nós que temos de pensar em nós no momento e na nossa família. Temos que ser nós acabar porque ele não o vai fazer.” (B6)

Se, durante toda uma vida ou grande parte dela, as mulheres se encontraram silenciadas, minimizadas e restringidas a graves e intensas situações de violência, opressão e dominação, ninguém melhor que elas mesmas para darem voz às suas experiências e histórias de sobrevivência, dando o exemplo e, acima de tudo, assumindo a figura de agentes principais de consciencialização e mudança/transformação social nesta temática.

Conclusões

Antes de mais, e uma vez que se chegou à parte final do presente relatório, torna-se relevante mencionar que as reflexões aqui realizadas e as questões suscitadas, relativamente à temática da violência sexual, apenas pretendem refletir aquelas que foram as experiências e situações narradas pelas seis biografadas em questão e, em algum momento, se pretende sugerir que tais definições ou ocorrências são representativas de um padrão geral aplicável a todas as outras formas de violência sexual ou histórias de vida/sobrevivência. Corroborando Braun e Clarke (2013 in Mendes, 2016), não existe, apenas, uma versão correta da realidade ou do conhecimento, mas sim diversas versões, consoante o ângulo, a posição de quem perspetiva os acontecimentos. Através da presente experiência de estágio e, consequentemente, do trabalho realizado com as mulheres participantes, procurou-se contribuir para o entendimento do fenómeno social que é a violência sexual e para o reconhecimento social desta realidade que ainda afeta muitas mulheres em todo o mundo.

A melhor forma para entender a violência dentro do foro privado advém da escuta das descrições obtidas através daqueles/as que a experienciam (Kelly, 2017). Importa também reconhecer que a forma como a violência é definida tem as suas implicações, no sentido de que são as definições atribuídas aos diversos tipos de violência que irão influenciar não só quais os comportamentos considerados aceitáveis e normais, como a forma como as vítimas/sobreviventes explicam, designam, avaliam e assimilam as suas próprias experiências (Muehlenhard & Kimes, 1999).

Quanto à violência sexual, as narrativas das biografadas sugerem os mais variados tipos de experiências e interpretações das mesmas. Enquanto a violação clássica surge como o acto extremo deste crime, de fácil reconhecimento, a coação verbal e as ameaças de violência não são tão facilmente reconhecidas como parte integrante deste fenómeno. Como tal, torna-se urgente e fundamental a revisão dos conceitos de violência sexual como intuito de, nestes, englobar e incluir a

“diversidade de experiências de violação, abuso, assédio, coação e ameaça, reforçando a ideia do não consentimento como violação da liberdade e da autodeterminação sexual, e não ficar dependente das interpretações subjetivas e idiossincráticas que negam as experiências das mulheres e desresponsabilizam os homens.” (Mendes, 2016: 39)

É em consonância com esta linha de pensamento que se reforça e defende a utilização do conceito de *continuum de violência* criado por Liz Kelly (1987), pois este

chama à atenção para uma diversidade mais alargada de formas de abuso e violência que as mulheres experienciam. Como já foi referido na parte da discussão de dados, é o uso deste conceito que destaca o facto de que todas as mulheres sofrem violência sexual em algum momento das suas vidas, com a particularidade de, igualmente, permitir uma ligação entre aqueles que são os abusos mais comuns que as mulheres vivenciam e as experiências menos comuns classificadas como crime, como é o caso da violação clássica. É através desta ligação que as mulheres se encontram capazes de localizar as suas próprias experiências e histórias como exemplos de violência sexual (*ibidem*).

É premente deixar de encarar as relações sexuais forçadas no casamento como uma forma adicional de agressão física, entre muitos outros tipos de violência no quadro da violência doméstica, e passar a encará-la como uma violação em si mesma, quer seja acompanhada ou não de outros tipos de violência (Yllo, 1996). Para tal, e no sentido de alcançar o cumprimento de uma transformação/mudança social nesta temática, é precisar mudar comportamentos, crenças, estereótipos e mitos que fundamentam a supremacia do homem sobre a mulher e contribuem para a repercussão de ideias legitimadoras de qualquer tipo de violência no seio da intimidade.

Estando ciente que não é algo que ocorra do dia para a noite, é sim antes, algo que se deve lutar contra diariamente, quer a nível individual, quer a nível coletivo. Este processo é urgente e passa a constituir uma necessidade assim que se encara o machismo como uma arma, pois este “mata, oprime, agride e estupra” (Oliveira & Souza & Canuto & Vasconcelos, 2015: 9-10). Deste modo, o combate e desconstrução desta prática violenta passa por adotar políticas educativas para a promoção da igualdade de género e, em conivência com tal medida, encarar os crimes contra a dignidade sexual como práticas de violência de género e não como meras práticas sexuais (Filho & Fernandes), pois trata-se de uma realidade que se desenrola, todos os dias, por vezes de forma sistemática, na vida de milhares de mulheres.

Não basta as leis estarem no papel, no contexto formal, se não estão na vida real, nas relações sociais, na vida em sociedade. Parte significativa da mudança será desconstruir a sociedade machista e patriarcal, o que se poderá e deverá fazer empoderando as mulheres, ouvindo as suas vozes, ao invés de as silenciar. Como Maria José Magalhães (2005) afirma, é importante ouvir as mulheres vítimas de violência. Dar-lhes voz e não as desacreditar.

A punição isolada, por si só, não basta. Silva (2014 in Oliveira & Souza & Canuto & Vasconcelos, 2015) defende que enfrentar esta violência passa pela transformação da relação entre os homens e as mulheres, especialmente pela promoção da igualdade. E como se luta por esta igualdade? Marta Costa (2017) argumenta que é ao resistir, ao ir para a rua, ao denunciar e, acima de tudo, ao sermos conscientes da linguagem que usamos, de como agimos e do que aceitamos sem pensar. A nossa ação individual deve-se tornar um exemplo de compromisso de luta (*ibidem*).

Lenore Walker (2017) argumenta, ainda, que podemos fortalecer as raparigas e as mulheres para que estas sejam mais resistentes aos abusos e agressões a si direccionados e podemos alterar as atitudes dos agressores para que estes parem de agredir, todavia, a menos que mudemos e transformemos as condições sociais que facilitam, reproduzem e mantêm as variadas formas de violência contra as mulheres, não iremos conseguir erradicar qualquer tipo de violência. É aqui que a Educação e, essencialmente, os saberes não só teóricos, mas práticos das Ciências da Educação encontram o seu campo de atuação, ao contribuir para o desenvolvimento de um trabalho educativo, baseado e fundamentado numa perspetiva crítica e problematizadora das realidades sociais, que age sobre a desconstrução de construções sociais, ideais e mitos, contribuindo e promovendo a mudança/transformação pessoal e, acima de tudo, social.

A existência e criação de serviços de atendimento e acompanhamento especializados para vítimas de violência sexual torna-se igualmente urgente e deve andar de mão dada com uma maior formação e capacitação de profissionais especializados nesta área em questão, que lidem e atuem nesta realidade, no sentido de disponibilizar um atendimento que zele pela premissa número um destas situações: a segurança atual e futura da vítima.

A nível educacional e formativo torna-se também vantajoso a existência de programas de Educação Sexual, para jovens, que abordem componentes como uma comunicação sexual saudável e a vivência de uma sexualidade saudável (Mahoney & Williams, 1998), não só na sua vertente biológica, mas interpessoal e relacional. Assim, atua-se com base numa prevenção primária que, idealmente, munirá os jovens de ferramentas suficientes de (re)avaliação das suas relações pessoais, e não somente as amorosas, através de ideais de respeito, amor, sexualidade e intimidade que não aqueles que sustentam comportamentos e atitudes abusivos.

Em suma, e em paralelo a todo este panorama, idealiza-se o crescimento de uma sociedade que continue, diariamente, a batalhar ativamente a favor da igualdade de género entre homens e mulheres e da sua transversalidade e aplicação a todos os contextos, espaços públicos ou privados, e esferas da vida, pois talvez assim seja a forma de garantir que cada um/a tem o direito de viver os seus relacionamentos interpessoais sem que estes sejam pautados pelo abuso e violência.

Referências Bibliográficas

Almeida, Carlos; Boterf, Guy e Nóvoa, António (1996) “A avaliação participativa no decurso de projectos. Reflexões a partir de uma experiência no terreno (programa Jade)”. Lisboa: Fim de Século Edições Lda, pp 115- 137.

Almeida, Tânia Mara Campos de (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade E Estado*, 29(2), 329-340.

Amado, João (2003). Estratégias Gerais de Investigação: Natureza e Fundamentos. In João Amado [Coords.], *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (117-120). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João (2003). A Investigação em Educação e seus Paradigmas. In João Amado [Coords.], *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (19-71). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João & Ferreira, Sónia (2003). A Entrevista na Investigação em Educação. In João Amado [Coords.], *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (207-232). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amado, João (2017) *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Andrade, Vera Regina Pereira de (2005). A Soberania Patriarcal: O Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher. *Revista Sequência*, (50), 71-102.

Ardoino, Jacques (1982). "L'implication", Lyon, Vois Livres. [Tradução]

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. Sage.

Belchior, João Nuno Correia Pinto (2014). *Reconstruções Pós Violência Doméstica, vivências e significados das Casas Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Berger, Guy (2009). A Investigação em Educação: Modelos Socioepistemológicos e Inserção institucional. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 175-192.

Berger, Sônia Maria Dantas & Giffin, Karen (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cad. Saúde Pública*, 21(2), 417-425.

Bogdan, Robert, & Bilken, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, Pierre. (2001) Compreender. *A Miséria do Mundo*. (pp. 693-713). Petrópolis: Editora Vozes.

Brownmiller, Susan (1975). *Against Our Will: Women and Rape*. New York: Simon Schuster.

Capucha, Luis Manuel Antunes (2008). «Etapas do planeamento (de um projecto) e respectivos critérios de avaliação», in *Planeamento e Avaliação de Projectos. Guião prático*. DGIDC, Ministério da Educação, pp. 17-27; 47-50

Conde, Idalinda (1993). Problemas e virtudes na defesa da biografia. *Sociologia – Problemas e Práticas*, (13), 39-57

Connell, R.W. (2002). The Question of Gender. In Connell R.W., *Gender* (pp. 1-11). UK: Polity Press.

Costa, Diana de Carvalho (2013). *Entre a prevenção primária e terciária: Uma experiência de mediação socioeducativa na prevenção da violência de género/doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Costa, Marta Rios Nunes da (2017). Patriarcado, violência, injustiça – sobre as (im)possibilidades da democracia. *Debate Feminista*, 54(2017), 1-16.

Dantas, Fernanda Bethânia Cardoso & Vasconcellos, Melissa Meira (2017). Violência Sexual Contra a Mulher: culpabilização da vítima. *Revista Online FADIVALE*, (14), 1-19.

Dias, Isabel Sá (2000, Abril). *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Dias, Isabel (1998). Estratégias de Pesquisa Qualitativa no Estudo da Violência na Família. In António Esteves & José Azevedo (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais* (pp. 29-39). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dias, Isabel (2004). *O uso de metodologias qualitativas no estudo da violência doméstica: Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*, V, 19-26.

Dias, Isabel (2004). *Violência na Família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Filho, Francisco Humberto Cunha & Fernandes, Leonísia Moura. Violência Sexual e Culpabilização da Vítima: Sociedade Patriarcal e seus Reflexos no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=234>. Acessado em: 20/12/17

Freitas, Cândido Varela (1997). “Princípios gerais para a avaliação projectos”, in *Gestão e Avaliação de Projectos nas escolas*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 8-25.

Kelly, Liz (1987). The Continuum of Sexual Violence. In Jalna Hanmer & Mary Maynard (Eds.), *Women, Violence and Social Control: Explorations in Sociology* (46-60). London: British Sociological Association.

Magalhães, Maria José (2005). A Violência nas Relações de Intimidade: Um contributo para a definição de alguns conceitos. CIIE, FPCEUP.

Magalhães, Maria José (2005) *Mulheres, Espaços e Mudanças: o pensar e o fazer na educação das novas gerações*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Mahoney, Patricia, & Williams, Linda M. (1998). Sexual assault in marriage: Prevalence, consequences, and treatment of wife rape. In J. L. Jasinski & L. M. Williams (Eds.), *Partner Violence: A Comprehensive Review of 20 Years of Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Manita, Celina; Ribeiro, Catarina & Peixoto, Carlos (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Martins, Ana Raquel (2013). *Violência doméstica: Evolução, perspectivas e riscos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Mendes, Tatiana (2016). *A desocultação da violência sexual pelas vozes de mulheres sobreviventes, Um estudo exploratório em relações de intimidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Miguel, Luis Felipe (2017). Carole Pateman e a Crítica Feminista do Contrato. *RBCS*, 32(93), 1-17.

Miranda, Marília Gouveia de, & Resende, Anita C. Azevedo (2006). Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 511-565.

Muehlenhard, Charlene L. & Kimes, Leigh Ann (1999). The Social Construction of Violence: The Case of Sexual and Domestic Violence, *Personality & Social Psychology Review*, 3(3), 234-245.

Neuman, William Lawrence (2014). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. Harlow: Pearson Education.

Oliveira, Francisca Moana A. & Souza, Máisa Aline Alexandre & Canuto, Igor Vasconcelos & Vasconcelos, Vanessa L. (2015, Novembro). *O Crime de Estupro e a Cultura de Culpabilização da Vítima*. ANAIS do VIII Encontro de Pesquisa e Extensão. Faculdade Luciano Feijão, Sobral-CE, Brasil.

Pateman, Carole (2003). O Contrato Sexual: O fim da História?. *Ex Aequo*, (8), 31-43.

Peixoto, Aimê Fonseca & Nobre, Barbara Paula Resende (2015). A Responsabilização da Mulher Vítima de Estupro. *Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate*, 3(1), 227-239.

Pereira, Maria do Mar (2012). O estudo do género nas ciências sociais: dilemas e debates. In Maria do Mar Pereira, *Fazendo Género no Recreio: A negociação de género em espaço escolar* (pp. 19-44). Lisboa: ICS.

Puig, Marta; Lafon, Inés & Alcaraz, Inma (2009). Métodos de Investigación Cualitativa. In Rafael Alzina (Coord.), *Metodología de la Investigación Educativa* (pp. 293-328). Madrid: La Muralla.

Rocha, Luciana da Silva (2017). *Mulheres alegadamente vítimas de agressão sexual em situações de violência nas relações de intimidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Rosário, Maria João Pereira do (2017). *Contributos para a construção de um Roteiro sobre a Violência Doméstica para o Município do Porto: Uma experiência de estágio curricular numa Autarquia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Intervenção comunitária (GPS) (2007). Lisboa: Equipa K'CIDADE

Sottomayor, Clara (2017). Cumprir a Convenção de Istambul: A natureza pública ou semipública do crime de violação?

Sousa, Renata Floriano de (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Estudos Feministas*, 25(1), 9-29.

Tavares, Cristina (2012) *Adultos sem Juízo, Crianças em Prejuízo*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e ciências da Educação- Universidade do Porto.

Walker, Lenore (2017) *The Battered Women Syndrome*, New York: Springer Publishing Company.

Yllo, Kersti (1996). *Marital Rape*. Retirado em Setembro 29, 2019 de <https://www.bwjp.org/resource-center/resource-results/marital-rape.html>

Apêndices

Apêndice I - Guião de Entrevista

A presente investigação surge no âmbito de um relatório de estágio do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e tem como objetivo, através da construção de narrativas biográficas de mulheres vítimas e sobreviventes de violência doméstica, permitir e dar tempo e espaço de contarem os seus percursos de vida, numa perspetiva holística que não pretende colocar o foco apenas na violência sofrida ainda que, ao mesmo tempo, assumindo a violência sexual uma das dimensões que se espera aprofundar.

Pretende-se explorar as vivências individuais e a interpretação de tais experiências, juntamente com a compreensão das perceções e significados que mulheres vítimas/sobreviventes de violência doméstica atribuem e associam à violência sexual, através da construção das suas histórias de vida. Ao desocultar os seus discursos e escutar as suas vozes e experiências, abre-se uma oportunidade para compreender a forma como a violência da género controla e constrange as suas vidas e possibilidades de exercício dos seus direitos, e, também, conhecer como certos mitos, estereótipos, crenças e construções/representações sociais sobre a sexualidade, o papel da mulher, entre outros, são percecionados e surgem nas próprias vozes das mulheres vítimas de violência sexual, assim como as suas resistência(s) e/ou contributos para delinear estratégias de combate e de transformação social.

Através da realização deste estudo, espera-se contribuir para um melhor entendimento da problemática em questão, de modo a sobre esta refletir e atuar, no sentido de promover o empoderamento das mulheres e a desconstrução de mitos, crenças e ideias erradas e a mudança e transformação social, sobretudo, no modo como se encara e aborda esta realidade.

A sua história de vida como sobrevivente de violência doméstica revela-se muito importante para a realização do presente estudo e seria um gosto poder contar com a sua colaboração nesta entrevista, de modo a responder a algumas questões, com base na sua história e experiência. Em momento algum será colocada em causa a sua segurança ou identificação pelo que está indubitavelmente assegurada, desde já, a total confidencialidade e anonimato da sua participação. Neste sentido, por forma a assegurar

todas estas condições, poderá proceder à escolha de um pseudónimo que será utilizado no decorrer da entrevista.

Não será obrigada a responder a algo que não queira e apenas abordará as histórias ou situações com as quais se sentir confortável partilhar, sendo que, a qualquer momento da entrevista e da investigação, tem o direito de interromper ou recusar continuar com a sua participação e contributos, caso seja esse o seu desejo.

Com o intuito de manter um melhor registo da nossa conversa, gostaria de poder gravar esta mesma em áudio, atendendo que a transcrição da sua entrevista ser-lhe-á facultada numa fase mais posterior do processo, caso queira efetuar as alterações que considerar adequadas e será, posteriormente, destruída.

Agradeço muito, desde já, a sua participação.

1. Dados Sociodemográficos (idade, nacionalidade, escolaridade, situação profissional, estado civil e agregado familiar)
2. Como conheceu o/a seu/sua ex-companheiro/a? Quando se conheceram, a senhora era casada, divorciada, solteira? Anteriormente, já tinha tido outro/a namorado/a ou companheiro/a?
3. Em que época se conheceram e quanto tempo durou a relação?
4. No decorrer da relação, notou alguma diferença no comportamento e atitudes do/a seu/sua ex-companheiro/a, em comparação com o início?
5. Quando se conheceram, quais eram as suas expetativas face à relação? Concretizou-as? De que forma?
6. Como/quais eram os seus sonhos e ambições pessoais antes de o/a conhecer?
 - a. Enquanto mulher, quais eram os seus desejos para si?
 - b. O que esperava do futuro?
7. A vossa relação como era? Existia algo que a magoava ou que desejasse ser diferente?
 - a. Se sim, alguma vez abordou essas questões com o/a seu/sua parceiro/a?
 - b. Qual foi a reação que obteve?
8. Para além de agressões físicas e/ou psicológicas, em termos de intimidade sexual, como era a vossa relação? Alguma vez se sentiu pressionada a fazer algo que não queria?
 - a. Se sim, em que sentido? Com que frequência e gravidade?

9. Houve alguma mudança, a nível da sexualidade, na vossa relação? Sempre foi igual, do início até ao fim? Como se desenvolveu?
10. Em algum momento da vossa relação, pensou que estava a ser vítima de violência sexual? Se sim, como e quando é que reconheceu que era violência sexual?
 - a. Sentiu dificuldade nesse reconhecimento? Porquê?
 - b. O que sentiu? Como é que o sucedido a afetou?
 - c. O que fez a seguir e que estratégias usou?
11. Acredita que se pode perceber bem esse momento ou não? Foi óbvio para si? Pode-se não reconhecer tais atos como violência sexual durante a relação? Porquê?
12. Alguma vez chegou a falar com alguém acerca da ocorrência de tais situações de violência sexual?
 - a. Se não, porquê?
 - b. Se sim, a quem? Qual foi a reação? O que foi mais importante para si?
 - c. Qual foi a ajuda oferecida?
13. O que considera ser mais útil para ajudar outras pessoas que tenham passado pela mesma experiência? Quais seriam os seus conselhos?
14. Considera ser importante que as mulheres procedam à denúncia da violência sexual?
15. Quais acha serem as razões pelas quais a violência sexual acontece?

Apêndice II - Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado, confirmo que, tendo sido convidada a participar na investigação conduzida por Daniela Santos Almeida, no âmbito do relatório de estágio do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e orientado pela Professora Doutora Maria José Magalhães, aceito voluntariamente o convite para participar na presente entrevista de investigação.

Declaro que o objetivo do projeto de investigação, assim como os potenciais resultados da minha participação foram-me claramente explicados e confirmo que foi minha escolha continuar com a minha participação, tendo-me sido, ainda, explicitado que possuo o direito de querer interromper e/ou recusar prosseguir com os meus contributos, a qualquer momento do decorrer da entrevista e investigação.

Confirmo ter sido informada de que, no surgimento de alguma dúvida ou questão, estou livre para entrar em contato com a investigadora em questão e de que terei acesso à versão transcrita da entrevista na qual participei e oportunidade de a ler e rever, assim como concordei na preservação do anonimato dos meus dados pessoais em qualquer eventual publicação posterior ligada à investigação em curso.

Data: ____ - ____ - ____

Assinatura da Participante: _____

Assinatura da Investigadora: _____